

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / UFJF

REVISTA LATINO AMERICANA DE TURISMOLOGIA
RLAT

ISSN XXXX-XXXX

RLAT	Juiz de Fora	v.1	n.1	p. 1-78	Jan./Jun.	2015
------	--------------	-----	-----	---------	-----------	------

Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF



Reitor

Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebly

Editor Chefe

Thiago Duarte Pimentel

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Vinícios Chein Feres

Editor de Política Editorial

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa

Prof. Dr. Lyderson Facio Viccini

Editor Científico

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr^a. Ana Cláudia Peters Salgado

Projeto Gráfico

Gilberto Maurício Frade da Mata

Thiago Duarte Pimentel

Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Editoração

Nivea Maria Ferreira

Andrea Berendsen

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan

Capa

Nivea Maria Ferreira

Revista Latino Americana de Turismologia – RLAT /
Universidade Federal de Juiz de Fora. – v. 1, n. 1 (jan. /jun. 2015). –
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015 – . [on-line]
Semestral
Disponível em: <<http://rlaturismologia.ufjf.emnuvens.com.br/>>
ISSN XXXX-XXXX
1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

Editor

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alfredo César Dachary, Prof. Dr. – Universidad de Guadalajara (México)

Alonso Rodriguez Chaves, Prof. Me. - Universidad Estatal a Distancia / UNED (Costa Rica)

Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)

Daniel Arthur Jacques Ghislain Hiernaux Nicolas, Prof. Dr. – Universidad de Queretáro (México)

Eduardo Yázigi, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Eloy Mendes Sainz, Prof. Dr. – Colegio de Sonora (México)

Jéssica Faustini Aquino, Prof^a. Dr^a. – Arizona State University / ASU (Estados Unidos)

José Lazaro Quintero dos Santos, Prof. Dr. – Univerdad Tecnologica Equinoccial / UTE (Ecuador)

Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. – Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)

Maria Elena Monet Despaigne, Prof^a. M^a. - Universidad La Hanava (Cuba)

Robertico Croes, Prof. Dr. – Rosen College of Hospitality Management / UCF (Estados Unidos)

Rossana Campodónico, Prof^a. Dr^a. – Universidad de la República (Uruguay)

SUMÁRIO

El Largo Viaje de las Ciencias Sociales Hacia la Convergencia	7
<i>The Long Journey of Social Sciences Towards the Convergence</i>	
Carlos Javier Maya-Ambía	
El Turismo: un modelo de desarrollo.....	16
<i>Tourism: a development model</i>	
Alfredo César Dachary	
Una Propuesta para el Análisis del Turismo desde la Perspectiva de la Geopolítica Crítica.....	27
<i>A Proposal for the Analysis of Tourism from the Perspective of Critical Geopolitics</i>	
Alejandro Escalera Briceño	
Alejandro Palafox Muñoz	
Los Centros Integralmente Planeados (CIP's) en México.....	37
<i>The Integrally Planed Centers (IPC's) in México</i>	
Marco Tulio Inda	
Arturo Santamaría Gómez	
Retos del Turismo en la Sociedad Actual.....	55
<i>Tourism Challenges in Today' Society</i>	
Stella Maris Arnaiz Burne	
Escenarios Turísticos e Inseguridad en el Turismo.....	61
<i>Tourist Scenarios and Insecurity in Tourism</i>	
Víctor Vladimir Sánchez Mendoza	
Normas para autores.....	75
<i>Guidelines for the authors</i>	

EDITORIAL

Apresentação da RLAT e dos Artigos desta Edição

Estimados amigos, investigadores, colaboradores e leitores, é com imensa satisfação que realizamos o lançamento do nosso novo periódico científico: a Revista Latino Americana de Turismologia/RLAT.

Nascida como uma extensão do exitoso trabalho realizado na revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ABET, a RLAT surgiu quase como um caminho “natural” de segmentação de atividades e direcionamento, preponderantemente mas não exclusivamente, à demanda e audiência internacional.

Devido ao grande volume de trabalhos recebidos na ABET e à demanda qualificada, sobretudo de nível internacional neste periódico, realizamos inicialmente o aumento de sua periodicidade, bem como do número de artigos publicados por edição na revista ABET, culminando num ponto em que tornou-se mais interessante pensar em um novo periódico, que fosse dedicado sobretudo ao público internacional, enquanto a revista ABET se mantivesse direcionada à audiência e à difusão dos trabalhos nacionais, colocando-se como uma referência neste cenário.

Dessa forma, (se num primeiro momento foi possível ampliar e acomodar a demanda internamente às atividades na revista ABET) num segundo momento buscamos criar um novo canal que pudesse dar vazão às demandas dos pesquisadores latinoamericanos sobre o turismo.

É digno de nota, que a criação deste periódico não ocorre num vácuo. Em pesquisa, de cerca de 4 anos, realizada pelo grupo de pesquisa Cohecimento, Organização e Turismo / COGITO, intitulada *Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para delimitação do campo turístico mundial* (Projeto de Pesquisa Financiado pelo CNPq e pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF), onde buscou-se identificar quais as universidades e os centros de pesquisa e produção de conhecimento em turismo em 25 países no mundo; podemos também observar quais dessas universidades e desses centros de pesquisa possuem periódicos científicos dedicados ao turismo. Para nossa surpresa os números são irrisórios. Por exemplo, de milhares de instituições de ensino superior no Brasil apenas 18 revistas, ativas e vinculadas a tais IFES e seus cursos de turismo, foram encontradas; no Mercosul, 26; nos países analisadas da América Latina, 42.

É neste contexto também que se justifica a criação de um novo periódico, dedicado a veiculação e difusão do conhecimento em turismo em nível internacional e, mais

especificamente latinoamericano, já que neste cenário há uma carência muito grande deste tipo de iniciativa. (No México, por exemplo, país que têm o maior fluxo turístico de toda a América Latina, mais de 23 milhões de turistas em 2015, apenas 8 revistas científicas de turismo foram encontradas).

Portanto, queremos aqui contribuir não só para a criação de mais um veículo de difusão de informação e conhecimento, mas também para algo que possa servir para dar vazão a demanda dos pesquisadores em turismo na América Latina e, acima de tudo, ser instrumento de intercambio de informação, troca de conhecimento, de aproximação entre autores, pesquisadores, alunos e grupos e centros de pesquisa, potencializando a produção, circulação e apropriação do conhecimento em turismo gerado pelos distintos atores envolvidos no processo.

Outrossim, queremos ressaltar nosso compromisso com uma publicação de alto nível – demonstrada pela qualidade dos artigos, do conselho editorial, da equipe de avaliadores e da seriedade no processo editorial – cujo foco se diferencia do grosso das publicações em turismo (voltadas para as áreas de economia e gestão) e se assenta especificamente nas ciências sociais, com vistas a problematizar, teorizar e avançar na proposição e construção não só de conhecimentos adaptados ao objeto turístico, mas especificamente na elaboração de um conhecimento turístico.

De periodicidade semestral e formatada com base em dossies temáticos, RLAT se propõe a apresentar *l'état de l'art* do conhecimento em turismo, a partir de uma visão pautada nas ciências sociais, em cada país ou por temas transversais aos mesmos.

Deste modo, na elaboração desta primeira edição tivemos a fortuna de poder contar com a participação especial de pesquisadores de renome no México, cada um dos quais traz à baila questões fundamentais sobre o tema à luz das ciências sociais, em suas diferentes facetas, desde o nível macro ao micro, do individual ao coletivo, do público ao privado; enfim, mais do que responder, se quer questionar. E nesse sentido este número traz à tona problematizações que nos fazem refletir sobre o turismo.

No primeiro artigo desta edição, temos a honra de apresentar a reflexão teórica que nos brinda o Prof. Dr. Carlos Javier Maya-Ambía. Em seu texto intitulado *El Largo Viaje de Las Ciencias Sociales Hacia la Convergencia*, o catedrático da Universidad de Guadalajara, apresenta uma revisão histórica da evolução dos estudos em ciências sociais no ocidente, argumentando que o mesmo passou por três fases – a primeira, de um conhecimento universal baseado no modelo platônico; a segunda, já na modernidade, marcada por um especialização vertical e fragmentada; e a terceira identificada por uma compreensão universalizante dos

fenômenos sociais, levada a cabo por equipes de investigação, devido ao grande volume de informação disponível na contemporaneidade, o que impede um trabalho individual. Em sua visão o autor, propõe ainda que o conhecimento de tal trajetória nos leva a uma nova compreensão das relações sociais e das relações entre sociedade e natureza.

O segundo artigo deste número intitulado *O Turismo: um modelo de desenvolvimento*, de autoria do ilustre professor e investigador, Alfredo César Dachary, da Universidad Autónoma de Guadalajara (UdG), também de cunho teórico, é parte sintética de uma investigação mais ampla, de cerca de 5 anos, na qual o autor se debruçou sobre a história do turismo, sobretudo, dentro do marco do capitalismo, onde o turismo surge e se desenvolve, de forma específica, como um serviço, mas em nível macrossocial é tratado como um modelo de desenvolvimento sócioeconômico que interconecta distintas realidades dos países centrais e periféricos no mundo. Em seus achados defende que o turismo é um modelo próprio do capitalismo, que se ajusta de forma apropriada ao movimento massivo de pessoas, característico das sociedades contemporâneas, convertendo-se num dos eixos centrais de nossa sociedade e num modelo de desenvolvimento dos países, por meio de políticas públicas, sobretudo, aqueles de pequeno porte e de condições climáticas centrais (Mediterrâneo, Caribe e Sudeste Asiático).

Também numa perspectiva de análise macrossocial, em *Una Propuesta para el Análisis del Turismo desde la Perspectiva de la Geopolítica Crítica*, Alejandro Escalera Briceño e Alejandro Palafox Muñoz abordam, a partir de perspectiva geopolítica, como a atividade turística se distribui entre os territórios em nível global, onde os interesses transnacionais da indústria turística em uma economia globalizada implica em certas configurações específicas dos espaços (ou zonas: de emissão, de trânsito e de destino), mas também estabelece papéis para o Estado e para a própria indústria, muito distintos dependendo da região onde se instala. Em sua visão a geopolítica crítica nos ajuda a ver com base no Sistema Mundo e na Economia Mundo como se articula a divisão internacional do trabalho na indústria turística e qual a forma (subalterna) por meio da qual se insere tal indústria da periferia em relação ao circuito central do capitalismo.

Marco Tulio Inda e Arturo Santamaría Gómez assinam o artigo intitulado *Los Centros Integralmente Planeados (CIP'S) en México*, por meio do qual propõem uma revisão da concepção de tais centros e sua real forma de inserção na prática, como estratégia de planejamento de políticas públicas de turismo, bem como de investimento de empresas privadas. Concebidos como pólos de desenvolvimento turístico de médio e longo prazo,

estabelecidos em territórios marginais da República Mexicana desde o final dos anos 1960, os CIP's foram propostos para resgatar o desenvolvimento econômico e áreas deprimidas. Todavia, embora os investimentos iniciais tenham sido feitos pelo Estado, ao longo do tempo, os mesmos foram sendo ultrapassados pelos da iniciativa privada que passou então a direcionar tais projetos.

O quinto artigo deste número é uma reflexão trazida pela distinta Prof^ª Dr^ª Stella Maris Arnaiz Burne sobre o papel do turismo na nova sociedade de consumo e como isso impacta na formação dos futuros turismólogos. Em *Retos del Turismo en la Sociedad Actual* a catedrática argumenta que as mudanças no imaginário da sociedade contemporânea fornece um novo *script* para o comportamento dos indivíduos, trabalhadores e consumidores, em sua relação com o turismo. Devido ao dinamismo destas sociedades acelera-se e intensifica-se o impacto de tais símbolos sobre as pessoas, assim como o papel das novas tecnologias (naquele processo de aceleração) afetam a lógica de atuação e consumo turístico, que deixa de ser baseado em objetos (por exemplo, lembranças) para sê-lo em experiências (momentos), o que caracteriza ainda mais a especificidade desta nova era, da sociedade em rede, e que portanto, requer profissionais adaptados a ela.

Por fim, o sexto e último artigo desta edição, também aborda a questão dos imaginários turísticos nas sociedades contemporâneas, porém a partir de sua relação com a segurança – tema de caro interesse a todos os países, sobretudo, aqueles mais turísticos. Em *Escenarios Turísticos e Inseguridad en el Turismo*, o Prof. Dr. Víctor Vladimir Sánchez Mendoza nos apresenta um modelo, derivado de sua tese de doutorado, no qual desenvolve uma proposta de como analisar os imaginários de cada sociedade (a do destino turístico e a dos visitantes) bem como o diferencial destes imaginários, no intuito de compreender como e porque os turistas se comportam de uma determinada forma em relação aos estímulos de segurança/insegurança percebidos em relação a um determinado destino turístico. Partindo de um embasamento teórico fundamentado nos cenários turísticos (frente e verso) de um destino com a proposta de Dean MacCannell, o autor defende que a percepção e escolha de um destino turístico, como seguro ou inseguro, depende intrinsecamente do grau de familiaridade que este possui em relação à segurança em sua sociedade de origem, sendo, portanto o diferencial de percepção dos imaginários a chave para permitir a adequação exitosa dos visitantes a um destino visitado.

Tendo tido a satisfação da materialização deste número e sua apresentação, nos despedimos desejando a todos uma excelente leitura!

EL LARGO VIAJE DE LAS CIENCIAS SOCIALES HACIA LA CONVERGENCIA

Carlos Javier Maya-Ambía¹

Resumen: En términos metodológicos, el estudio de lo social en Occidente ha pasado por tres fases. La primera estuvo dominada por el modelo platónico de conocimiento universal; la segunda estuvo marcada por la especialización fragmentaria; la tercera está siendo dominada por una comprensión universalizante de los fenómenos sociales, llevada a cabo ya no por científicos individuales, sino por equipos de investigación multidisciplinarios, donde las tradicionales barreras entre las disciplinas científicas están siendo derribadas. Las enseñanzas de esta trayectoria convergente de las ciencias sociales son de enorme importancia para la una nueva comprensión de las relaciones sociales y de las relaciones sociedad-naturaleza.

Palabras clave: Ciencias Sociales. Teoría social. Sociedad moderna. Turismo.

A LONGA VIAGEM DAS CIÊNCIAS SOCIAIS RUMO A CONVERGÊNCIA

Resumo: Em termos de metodologia, o estudo do social no Ocidente passou por três fases. A primeira foi dominada pelo modelo platônico do conhecimento universal; a segunda foi marcada pela especialização fragmentária; a terceira está sendo dominada por uma compreensão universalizante dos fenômenos sociais, efectuado não por cientistas individuais, mas por equipes de investigação multidisciplinares, onde as barreiras tradicionais entre as disciplinas científicas estão sendo derrubadas. Os ensinamentos desta trajetória convergente das ciências sociais são de enorme importância para uma nova compreensão das relações sociais e das relações entre a sociedade ea natureza.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Teoria social. Sociedade moderna. Turismo.

THE LONG JOURNEY OF SOCIAL SCIENCES TOWARDS THE CONVERGENCE

Abstract: In terms of methodology, the study of the social in the West has gone through three phases. The first one was dominated by the Platonic model of universal knowledge; the second one was marked by the fragmentary specialization of knowledge; the third phase is being dominated by a universalizing understanding of social phenomena, carried out not by individual scientists, but by multidisciplinary research teams, where traditional barriers between scientific disciplines are being torn down. The teachings of this converging trajectory of the social sciences are of enormous importance for a new understanding of social relations , as well as of the relations between society and nature.

Keywords: Social sciences. Social theory. Modern society. Tourism.



Este obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não
Comercial-Sem Derivações 4.0
Internacional.

¹ Profesor investigador de la Universidad de Guadalajara (México). Cursó la Licenciatura en economía en la UNAM, la Maestría en Ciencias Políticas y el Doctorado en Economía en la Universidad Libre de Berlín (Alemania Federal). Se ha desempeñado como docente e investigador en universidades de México, Alemania, España, Estados Unidos y Japón. Ha publicado cinco libros como autor, once como coordinador y ochenta artículos publicados en revistas científicas nacionales y extranjeras. [carlosmayaambia@hotmail.com]

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 17 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 15 de dezembro, 2015.

Received on november 17, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 15, 2015.

1 INTRODUCCIÓN

Cuando los organizadores de este evento¹ tuvieron la gentileza de invitarme a participar en él, desarrollando el tema que me sugirieron, con seguridad tenían en mente la idea de que en las ciencias sociales actuales se está presentando una suerte de convergencia. Si esto es así, *de qué formas se está presentando y qué implicaciones tiene*, constituye el contenido de las reflexiones que quisiera compartir con ustedes.

En primer lugar, podríamos preguntarnos si la mencionada convergencia se está dando en cuanto a los objetos de estudio, o bien con relación a las preguntas de investigación que se están formulando los científicos sociales, o tal vez si se refiere a los métodos o quizá a las teorías.

La idea central o hipótesis que deseo desarrollar puede expresarse sucintamente en los siguientes términos: en la historia occidental de las reflexiones sobre la sociedad y sus problemas, puede observarse un gran ciclo, que comprende *tres fases*.

- La primera se caracteriza por un abordaje de la sociedad como objeto de estudio, que conjuga diversas disciplinas en la persona de un estudioso que puede considerarse un hombre universal, siguiendo el modelo platónico de un ser versado en las “ciencias del alma y del cuerpo”.
- La segunda etapa consiste en la fragmentación especializante del conocimiento sobre lo social, que alcanza su auge en los siglos XIX y XX. El prototipo de estudioso de la sociedad es el especialista.
- La tercera, que se inicia durante el siglo pasado, pero que en el actual parece ir cobrando fuerza, se distingue por el abordaje multidisciplinario de manera colectiva, del objeto de estudio en cuestión. En esta fase lo distintivo es el trabajo en equipo, de tal manera que surge un *uomo universale* colectivo.

2 EL CIENTÍFICO INDIVIDUAL: DE HOMBRE UNIVERSAL A ESPECIALISTA

En la primera fase sin duda las figuras más representativas son Platón y Aristóteles (CROMBIE, 1983). Sobre el primero, dijo Whitehead que toda la

filosofía occidental no era sino notas al margen de las páginas de los textos del gran ateniense discípulo de Sócrates. Sobre la sociedad es el famoso diálogo *Politeia*, traducido como La República, el que más luz arroja sobre las concepciones del filósofo sobre la sociedad, quien, como es sabido, aborda el tema de la ciudad-estado ideal como una larga reflexión sobre la justicia, como principio de la vida social que vincula a los individuos para conformar al estado. Sin embargo, lo que nos dice Platón sobre la justicia va de la mano con sus conceptos sobre la belleza, el amor, la bondad, la naturaleza y todos los demás grandes temas objeto de sus imperecederos diálogos.

Aristóteles, por su parte, discute cuestiones que hasta la fecha siguen siendo objeto de polémica y que se ubicarían actualmente en la ciencia económica, en la ciencia política y en la sociología. Es *La Política* de Aristóteles el texto clave para entender cómo este autor comprendía a la sociedad, al estado y a la economía, pero todo esto, es pertinente enfatizarlo, en el marco de la ética. Posteriormente, seguirán siendo pensadores universales los que aborden cuestiones sociales. Tal es el caso de Tomás de Aquino, por mencionar a una de las figuras más importantes a lo largo de la Edad Media (BOORSTIN, 1999). Pero incluso hay otros personajes que se ocupan de temas sociales, especialmente económicos, cultivando al mismo tiempo otras disciplinas. Un ejemplo interesante lo encontramos en Copérnico, conocido por lo que siglos más tarde se ha llamado la Revolución Copernicana, no solo en astronomía, sino en la ciencia y la cultura. De hecho la astronomía no fue su primer interés en su vida, sino que lo fueron el derecho canónico y la medicina. Dos décadas después de la publicación de su famoso texto sobre el sistema heliocéntrico, publica un tratado sobre la reforma monetaria, titulado *Monete cudende ratio*, tema que le atañía directamente debido a sus funciones como administrador de los bienes del cabildo de Frauenburg y que en muchos sentidos adelanta lo que después plantearía la teoría cuantitativa del dinero de Irving Fisher.

Pero por encima de todos estos personajes y a lo largo de quince siglos Platón seguirá siendo el modelo de pensador social. De tal suerte que la mayor parte de los autores que en este enorme intervalo aportaron algo valioso al conocimiento y explicación de la sociedad, occidental desde luego, se caracterizaron por cultivar múltiples intereses que hoy llamaríamos científicos y filosóficos. Los ejemplos llenan bibliotecas enteras con sus obras. Solo he querido mencionar algunos de ellos a manera de ilustración.

¹ Conferencia magistral proferida en el Congreso: “Ciencias Sociales: una disciplina convergente”, sexto Encuentro de Egresados y Estudiantes del Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Sinaloa, 4 y 5 de noviembre de 2015, Mazatlán, Sinaloa (México).

Saltándonos varios siglos, llegamos al primer estudioso que propone entender a la economía como un sistema completo. Francois Quesnay (VAGGI, 1998) se formó largos años como médico y ejerció como tal. Además de sus valiosas aportaciones a lo que poco después sería la ciencia económica, cultivó la geometría, pero la amplitud de sus conocimientos en diversos ámbitos del saber humano le valió ser reconocido como el pensador más universal de la corte de Luis XV. De igual manera, a quien se le ha considerado como el padre de la ciencia económica, Adam Smith, también se caracteriza por un claro afán de conocimiento universal. Smith, fue profesor de lógica, retórica, literatura y filosofía moral. Su tratado de economía, *La Riqueza de las Naciones*, no se entiende separado de su *Teoría de los Sentimientos Morales* (véase SKINNER, 1998).

En un ambiente que se enfila clara y decididamente hacia la especialización, siguen apareciendo figuras paradigmáticas que parecen seguir enarbolando la bandera de los conocimientos universales. Entre estos personajes quisiera recordar solamente a dos. Ellos son Max Weber y J.M. Keynes. Este último, el fundador de la moderna macroeconomía, cultivó además y quizá más que la ciencia económica, matemáticas, estadística, filosofía y literatura (véase HARROD, 1985). Weber, por su parte, bajo la influencia de las dos novelas de Goethe, *Los años de aprendizaje de Wilhelm Meister* y *Los años de peregrinaje de Wilhelm Meister*, se debate en el dilema de elegir entre el conocimiento universal y la especialización. A juicio de su biógrafo Joachim Radkau (2011), prevalece el ímpetu universalista y si se convirtió en un especialista en algo, esto fue en traspasar las fronteras entre las disciplinas científicas, declarándose en contra de los que él llamaba “especialistas sin espíritu”. Sin embargo, aclara el biógrafo del autor de *La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo*, “que la manera weberiana de saltar las fronteras no era, en su época, tan inusual como lo sería hoy en día, cuando la especialización de las ciencias ha avanzado mucho más, a la vez que se ha reducido el ancho de banda de la cultura general. No sólo eminencias de su época como Simmel y Sombart, sino también colegas de Weber casi olvidados hoy en día, (...), sorprenden al lector actual con un polifacetismo tal que uno acaba preguntándose si Weber realmente fue algo tan especial en su tiempo.” (RADKAU, 2011, Loc. 5530). Sin embargo, el propio Radkau admite a continuación que Weber superaba con mucho al grueso de sus colegas en la riqueza de su saber y en la manera

en que combinaba la amplitud de su horizonte con una extraordinaria agudeza de visión.²

A pesar de casos individuales, como los mencionados, que podrían todavía identificarse a lo largo del siglo XIX e incluso en algunos casos excepcionales todavía en el siglo XX, ya desde finales del siglo XVIII se va presentando una ruptura entre la ciencia y la filosofía y un fortalecimiento de la especialización, pero será con la Revolución Francesa y en particular con Napoleón Bonaparte, que se presenta un divorcio más profundo y un cambio de enfoque por lo que toca a la construcción de conocimiento reconocido como científico para explicar los fenómenos sociales. La nueva forma de hacer ciencia será la especialización, fincada institucionalmente en las universidades e impulsada por los estados nacionales europeos, como lo ha explicado ampliamente I. Wallerstein (2007). Así, sobre todo hacia mediados del siglo XIX, ya es evidente la estructura de las universidades divididas en facultades que corresponden a ciertas disciplinas independientes, departamentos especializados que otorgan grados académicos y realizan investigación también especializada. Paralelamente aparecen las asociaciones y colegios de profesionistas de cada disciplina, sus publicaciones especializadas y todo aquello necesario para la conformación de comunidades científicas. Éstas se van estructurando fundamentalmente en torno a seis campos de conocimiento: Sociología, Economía, Ciencia Política, Antropología, Estudios Orientales e Historia. Cabe recordar el énfasis que pone Wallerstein en el trío nomotético formado por Economía, Sociología y Ciencia Política, que domina al resto de disciplinas y que se mantienen por separado cada una de ellas por una razón ideológica: para el liberalismo, dominante en el siglo XIX, el estado, el mercado y la sociedad eran entidades distintas e independientes, cada una con su propia lógica de funcionamiento.

3 DE LA ESPECIALIZACIÓN A LA CONVERGENCIA

Después de 1945 se sigue manteniendo la estructura disciplinaria fragmentaria, pero en las universidades europeas y estadounidenses se irá dando más énfasis a las especializaciones sobre ciertas regiones que, por razones políticas y económicas, resultaban de interés vital para las potencias occidentales, como India, China, América Latina, África y Asia, principalmente. Pero

² Sobre Simmel véase Frisby y Featherstone (1997) y sobre Sombart consúltese Backhaus (1996).

para estudiar estas regiones era necesario saber un poco de sus economías, de sus sociedades, de sus sistemas políticos, de sus culturas y hasta de sus idiomas. Así nacieron los llamados estudios multidisciplinarios, que a la larga han venido a poner en entredicho la división disciplinaria original. Al respecto señala Wallerstein que después de romperse la división mundo civilizado/mundo no civilizado o resto del mundo, van proliferando los llamados estudios de área, a la vez que la especialización ha ido en aumento, dando origen a nuevas subdisciplinas. Los ejemplos citados por Wallerstein son la sociología política, creada después de la Segunda Guerra Mundial, pero después han aparecido la sociología económica, la sociología histórica y hasta la sociología del turismo. Como esto ha ocurrido también en las demás ciencias sociales originales, son inevitables las yuxtaposiciones y hasta superposiciones. El propio Wallerstein declara que no encuentra diferencia alguna entre la sociología política y la ciencia política. Los ejemplos mencionados por el autor de *Impensar las Ciencias Sociales* podrían multiplicarse considerablemente. En el caso de mi investigación personal pienso en la Economía Política de la Agricultura y la Alimentación, donde no son tanto economistas, sino sociólogos quienes mayormente han contribuido a la conformación de esta nueva (sub)disciplina.

Sobre las yuxtaposiciones, menciona Wallerstein que en numerosos congresos a los que ha asistido, los títulos de las ponencias son tan parecidos que ya no se sabe en qué congreso se está participando. Sin duda ésta es una experiencia por la que hemos pasado muchos de nosotros independientemente de lo que se supone es nuestra línea de investigación. Pero lo que esto lleva aparejado es no menos digno de reflexión. Me refiero a la confluencia de estudiosos formados en muy diversas disciplinas para investigar temas cada día más específicos, muchos de los cuales habían sido dejados de lado por las disciplinas sociales tradicionales. Esto ocurre por ejemplo en los estudios sobre las mujeres, sobre los indígenas, sobre los afroamericanos, sobre los homosexuales, bisexuales y transexuales, sobre los migrantes y muchos otros actores que habían permanecido en la sombra. De hecho no existían para la ciencia oficial.

Hoy no solo existen, sino que se ha hecho evidente que para su estudio es tanto insuficiente como inadecuada la fragmentación de las ciencias sociales. Aquí es donde percibo con mayor fuerza la tendencia actual del quehacer científico hacia la convergencia, la convergencia de especialistas formados en distintas disciplinas, pero que son capaces de dialogar entre sí, de

romper con visiones y esquemas preconcebidos. No digo que ahora todos los que se ostentan como científicos sociales estén abiertos al diálogo, pero sí creo que cada día son más, sobre todo cuando realmente se quiere llegar a fondo en el conocimiento y la explicación de aquello que se ha elegido como objeto de estudio. Solo grupos de investigación y no investigadores individuales pueden manejar la información disponible, pero por otra parte no puede soslayarse una cuestión fundamental que merece una profunda discusión y que aquí solo puedo limitarme a apuntarla brevemente. Me refiero al hecho de que más información no se traduce inmediata ni necesariamente en mejores conocimientos, más profundos y firmes. Incluso existe el peligro de que torrentes de información trivial y desordenada, tiendan un velo sobre lo verdaderamente relevante y dificulten su procesamiento para arribar con éxito a la construcción de los conocimientos necesarios para enfrentar los grandes problemas de nuestra época.

Antes de referirme a estos problemas, desearía agregar algo sobre el carácter colectivo y multidisciplinario de la actual investigación en ciencias sociales y para ello quisiera mencionar como ejemplo una experiencia personal que resulta ilustrativa y como ésa hay muchas otras.

Recientemente colaboré en la elaboración de un libro titulado en inglés: *A Place-Based Perspective of Food in Society* (MAYA-AMBÍA, 2015). A partir del título sería difícil saber a qué disciplina pertenece. Como se habla de "lugar" en el título, podría ser de Geografía. Puesto que el título incluye la palabra alimentos, podría ser de Economía, dado que los alimentos satisfacen una necesidad humana básica. La palabra sociedad podría hacernos pensar que es un texto de Sociología y como aparece el término perspectiva, si esta perspectiva es temporal, podría también tratarse de Historia. Asimismo, una revisión de los datos de los autores nos muestra que hay sociólogos del conocimiento y del poder, sociólogos rurales, antropólogos, economistas, agrónomos, especialistas en literatura inglesa, en alimentación, música popular, educación, ciencia política, salud, medioambiente y otros temas. Por otra parte, la estructura del libro consta de cuatro partes: contextos históricos, contextos sociales y culturales, el contexto del poder y la desigualdad, y el futuro de los alimentos. Así, la primera parte se ubicaría tradicionalmente en la Historia, la segunda en la sociología y la antropología, la tercera en la ciencia política y la última en la prospectiva. Sin embargo, una revisión de cada capítulo nos llevaría a un escenario todavía más complejo. Mi texto, por ejemplo, aunque se ubique en la parte histórica, no es

una historia, sino una problematización de fenómenos no solamente económicos derivados de la industrialización de la agricultura que tienen efectos contundentes en las vidas de millones de personas que actualmente habitan el planeta. Pero, además, aunque yo sea de formación economista, para desarrollar mi tema ha tenido que echar mano de información, teorías y experiencias que con mucho van más allá de la ciencia económica. De otra manera difícilmente habría alcanzado mis objetivos de investigación y puedo suponer que los demás autores procedieron de manera similar en sus investigaciones. En mi caso, he tenido que aprender de historiadores, sociólogos, antropólogos, politólogos y muchos otros estudiosos que quizá no sean etiquetables tan fácilmente.

Pero la convergencia en el terreno de la investigación también se está haciendo presente en el ámbito de la formación de investigadores, aunque esto solo con dificultades podría ser reconocido de manera institucional.

Para ilustrar el fenómeno al que me refiero quisiera mencionar también mi experiencia personal. En este doctorado³, por ejemplo, en el grupo de tutores que ha habido desde su fundación hace 20 años, hemos contado con historiadores, sociólogos, politólogos, economistas, psicólogos, especialistas en educación, que sin duda han contribuido enormemente a la formación de nuestros egresados, tratando de que sean capaces de mirar más allá de las fronteras artificiales entre las ciencias sociales. De manera más clara esta preocupación está presente en el Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Guadalajara, donde actualmente colaboro. En este programa se desarrollan seminarios que reúnen a doctorantes con temas de tesis similares, pero participan profesores con muy diversas formaciones, aunque todos interesados en la temática de las tesis doctorales, de tal suerte que en un mismo seminario coinciden historiadores, antropólogos, economistas, politólogos, geógrafos y sociólogos, lo cual permite la construcción de diálogos abiertos, de intercambios de opiniones y sugerencias que constantemente desbordan los límites formales entre las disciplinas en las cuales se formaron los participantes.

Debo agregar que en el ámbito de las publicaciones académicas también está presente la tendencia hacia la convergencia, aunque de ninguna manera puede hablarse de una corriente mayoritaria, pues sigue habiendo revistas científicas tan altamente

especializadas que pocos son quienes las leen y menos aún quienes las entienden.

Como un excelente ejemplo de una publicación verdaderamente interdisciplinaria, debo mencionar la Revista del M.A.U.S.S. (Movimiento Anti-Utilitarista en las Ciencias Sociales, por sus siglas en francés), donde desde 1981 confluyen ciencias económicas, antropología, sociología y filosofía política. Asimismo esta interesante publicación lleva su nombre en honor de Marcel Mauss (1872-1950) quien acuñó el término de “hecho social total”, para referirse a hechos como el intercambio de regalos, que son fenómenos a la vez jurídicos, económicos, religiosos y estéticos, es decir, “hechos que ponen en juego a la totalidad de la sociedad y sus instituciones”, pero también el concepto se refiere a hechos al mismo tiempo fisiológicos, psicológicos y sociales [véase: Herrero (1985)].

En México probablemente el esfuerzo más notable en el sentido de la convergencia aquí discutida, sea el Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades⁴, creado con solo 6 investigadores en 1986, cuenta ahora con 47 investigadores y 11 programas de investigación. Muy poco todavía para lo que necesita un país de 121 millones de habitantes.

Desafortunadamente, lo que estoy señalando para la investigación y los estudios doctorales, no encuentra correspondencia con lo que está sucediendo en otros niveles, por ejemplo en las licenciaturas, que es donde más claramente se mantienen rígidas estructuras que les impiden a los estudiantes una formación más completa, en aras de especializaciones conducentes solo a una fragmentación del conocimiento cuya meta es formar personas que sepan casi todo de casi nada. Desde luego que esta situación no se presenta en todas partes, pues existen universidades en otros países, por ejemplo en Alemania, donde yo estudié, pero probablemente también ocurra en otros lugares, donde el estudiante, desde el inicio de su carrera universitaria no solo puede, sino que debe incluir cursos provenientes de otras facultades, distintas a aquella en la que se encuentra matriculado.

En México, por desgracia, esta visión fragmentaria, ya obsoleta, todavía se puede observar en algunas instancias de organismos públicos encargados del fomento a la investigación, donde los encasillamientos son muy rígidos tanto para la ubicación de las líneas y los proyectos de investigación, como para la evaluación del desempeño de los investigadores. Queda a juicio de los

³ Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Sinaloa, México.

⁴ De la Universidad Nacional Autónoma de México.

árbitros y evaluadores hacer compatible la realidad de la investigación en ciencias sociales, que constantemente está traspasando fronteras tradicionales, con las estructuras institucionales, que siguen conservándolas.

A pesar de los desfases mencionados, en la práctica de la investigación en ciencias sociales en todo el mundo, lo que se va imponiendo es el abordaje unitario colectivo para el estudio y explicación de los temas y fenómenos que resultan de interés para las comunidades científicas, donde la colaboración entre estudiosos provenientes de distintas disciplinas se hace no solo inevitable, sino que muestra ser el más fructífero. Debo agregar que esta colaboración se ha visto fuertemente facilitada por los modernos medios de comunicación, como Internet y los avances tecnológicos a ella vinculados.

Queda todavía pendiente la fundamentación teórica y la demostración analítica de que esta forma de proceder no solo es empíricamente constatable, sino que es necesaria para el desarrollo de la ciencia en las condiciones actuales, donde la información sobre casi todos los temas socialmente relevantes crece exponencialmente día con día, de tal suerte que es imposible para una sola persona, ya no digamos procesar tal cantidad de información, sino ni siquiera tener una idea más o menos completa de ella. Razón por la cual se hace imprescindible el trabajo colectivo. Estas prácticas podrían estarnos llevando a un nuevo Renacimiento, pero ahora el *uomo universale* ya no puede ser un individuo, sino un colectivo, equipos de trabajo multidisciplinarios enfocados al conocimiento y explicación de los grandes temas de nuestro tiempo y de nuestro espacio. Respecto a la fundamentación teórica que acabo de mencionar, me atrevo solamente a esbozar una idea muy provisional, únicamente a manera de sugerencia.

Si la arquitectura del universo guarda proporción o correspondencia con la arquitectura del pensamiento, como numerosos filósofos y científicos han creído, y si el primero es un gran sistema compuesto por incontables subsistemas, entonces el segundo, para conocer al primero, deberá proceder también de manera sistémica. En otras palabras, las interconexiones entre las partes constituyentes de esa fracción del universo a la que tenemos acceso y llamamos "realidad", deberán encontrar correspondencia en interconexiones análogas en el mundo del pensamiento, del cual las ciencias sociales forman parte.

La otra gran interrogante es, si fue necesario este periplo desde Platón hasta nuestros días. Aquí tampoco

es fácil encontrar una respuesta clara y tajante. Lo único que nos es dable hacer es formular una hipótesis provisional. La que yo esbozaría es que ese periplo ciertamente fue tanto necesario como útil, en el cual el espíritu científico parte de la unidad, se expande hacia la diversidad de las especializaciones y a partir de la riqueza nacida de esa diversidad, emprende el camino de ascensión hacia una nueva unidad, que se expresa en el nuevo *uomo universale* colectivo y en sus esfuerzos por construir explicaciones sistémicas de un mundo igualmente sistémico.

De lo hasta aquí expuesto, creo que podría concluirse provisionalmente apuntando que la principal convergencia en ciencias sociales actualmente la encontramos en los objetos de estudio, por una parte, así como en los métodos y en el tipo de teorías utilizados.

Como ha me he referido a los objetos de estudio, quisiera agregar unas palabras sobre los métodos y las teorías. Aunque tradicionalmente los métodos cuantitativos han sido privilegiados por los economistas, mientras que los cualitativos lo han sido por los historiadores y antropólogos, actualmente me parece que cuando existen fuentes estadísticas, también éstas están siendo aprovechadas por estudiosos que en otras épocas no las tomaban tanto en cuenta, mientras que por otra parte, muchos economistas han reconocido la necesidad de ir más allá del dato cuantificable para explicar fenómenos difícilmente mensurables, pero sin duda relevantes. Cada vez con mayor frecuencia encontramos en las publicaciones de todas las ciencias sociales estudios de casos particulares, a partir de los cuales no se pretende construir grandes teorías o siquiera hacer generalizaciones, pero que son de gran utilidad para estimar la validez de teorías tanto universalizantes, como aquellas llamadas de alcance medio. De igual forma, los estudios de caso están sirviendo para llamar la atención sobre aspectos posiblemente no tomados en cuenta por las teorías más importantes dentro de la disciplina en cuestión o bien que apuntan hacia lo que Thomas S. Kuhn llamó "anomalías" (KUHN, 2012).

En el terreno de la teorización también se detectan semejanzas entre especialistas en distintos campos de estudio de lo social. Parece haber mayor cautela que en otros tiempos para arriesgarse a proponer teorías universales y que pretendan explicarlo todo. Al mismo tiempo, considero que hay hoy en día mayor apertura hacia lo que llamaría "hibridación teórica", de tal suerte que existe disposición a extender planteamientos

teóricos hacia escenarios que van más allá de su esfera epistemológica original

Finalmente, volviendo a los objetos de estudio en ciencias sociales, esto último me lleva a reflexionar sobre los que serían los grandes temas de estudio de lo social en particular para nuestro país. La pregunta es entonces: ¿Qué problemas deberíamos abordar urgentemente en México?

Aquí debo remitirme a una encuesta realizada por el Centro de Investigación y Docencia Económicas de México y que ha servido de base para conferencias que ha dictado en diversas partes del país Jorge A. Schiavon.⁵ El conocido investigador apunta que entre las **Amenazas a los intereses de México en los próximos 10 años**, según los encuestados (líderes políticos, empresariales y académicos, así como el llamado público en general), destacan tres, que en orden decreciente de importancia son: Narcotráfico y crimen organizado; Calentamiento global; y Escasez y carestía de alimentos.

Si estas apreciaciones expresan realmente el sentir de la mayoría de los mexicanos, como creo que lo hacen, entonces no hay duda de que éstos son los grandes temas sobre los que deberíamos estar investigando decenas de equipos de científicos en todo el país, en universidades como ésta, en particular en Sinaloa, donde los tres problemas apuntados, con distintos grados de intensidad, se dejan sentir cotidianamente.

Habría que hacer una exploración, por ejemplo por parte de la Dirección de Investigación y Posgrado, para detectar cuántos proyectos de investigación en la Universidad Autónoma de Sinaloa están abordando los tres grandes problemas arriba apuntados. De igual forma habría que saber cuántas tesis de posgrado sobre los mismos se están desarrollando actualmente e incluso averiguar si existen cursos o seminarios sobre dichos fenómenos. Mucho se habla de la vinculación entre la universidad y la sociedad, pero erróneamente se ha entendido muchas veces esta vinculación como un nexo solo con las empresas, para ayudarlas a incrementar sus ventas, de preferencia sus exportaciones, o bien para incrementar su productividad, de tal suerte que la vinculación queda reducida a una asesoría o consultoría en el mejor de los

casos. Esta ha sido una visión miope de lo que es la sociedad. La sociedad mexicana, como lo ha repetido Jorge A. Schiavon en numerosas ocasiones y quiero enfatizarlo aquí nuevamente, vive angustiada por el narcotráfico, el calentamiento global y la disponibilidad de alimentos. Es por consiguiente tarea insoslayable para quienes nos dedicamos a las ciencias sociales, el analizar estos fenómenos, esforzarnos por conocerlos para poder explicarlos y explicárselos a la sociedad, a conocerlos para poder hacer propuestas que indiquen caminos para revolver estos graves problemas. De no hacerlo así, seguiremos sumidos en la indiferencia, en la inercia, en el autoengaño de que estamos respondiendo al compromiso que tenemos con la sociedad que nos está sosteniendo material y económicamente. Es mucho lo que hay por hacer y muy corto el tiempo para hacerlo. Más corto aún si no lo sabemos aprovechar.

Antes de pasar a comentar las enseñanzas derivadas del periplo de las ciencias sociales hacia la convergencia, quisiera referirme brevemente a un tema que, estando en esta ciudad de Mazatlán, no podría ser omitido. Me refiero a un fenómeno complejo, de naturaleza tanto social, como económico, cultural y político: el turismo. Sin olvidar que esta actividad representa para México aproximadamente el 10% del PIB, lo que me interesa destacar es que al estudiarlo como “hecho social total”, en el turismo se entrelazan dinámicas de diversa índole. En el ámbito político el papel del Estado es fundamental, en tanto garante de la seguridad física de los turistas y en el terreno económico también lo es, en su papel de proveedor de infraestructura. Más allá de esto, el Estado hace un uso político del turismo, pues le sirve para proteger el patrimonio histórico de sus ciudadanos y también para reforzar entre éstos el sentimiento de la unidad nacional y el interés por mantener vivas las tradiciones populares (GARCÍA, 2013).

Por otra parte, desde la perspectiva de la oferta, el país, la ciudad o la localidad receptores de viajeros, deberán buscar proporcionarle a éstos experiencias totalizadoras, de tal suerte que a través del paisaje, la arquitectura, las obras de arte, las artesanías, la música y muy especialmente los alimentos, el viajero se impregne de lo que, a falta de mejor término, podría llamarse “la esencia” cultural del pueblo anfitrión. Para el turista será una experiencia efímera, pero por ello también muy intensa, que lo llevará a descubrir una alteridad más o menos sorprendente, más o menos deslumbrante, pero que siempre desembocará en un diálogo con un nuevo mundo, nuevo desde luego solo para el viajero.

⁵ Las relaciones de México con el mundo: Continuidad y cambio en opinión pública y política exterior, Jornada de RI y DG “Tendencias y perspectivas de la integración regional en Asia Pacífico y América del Norte”. Tijuana, Baja California, 11 de septiembre de 2014.

Tomando en cuenta estos elementos, sintéticamente esbozados, del turismo como hecho social, es evidente que para su estudio habrá que traspasar fronteras disciplinarias y ni la Economía, ni la Sociología, ni la Antropología por separado, podrán explicar cabalmente este complejo fenómeno.

4. CONCLUSIONES Y ENSEÑANZAS

Finalmente, pero no en importancia, deseo referirme brevemente a las enseñanzas que podemos extraer del proceso de convergencia que se está dando en la práctica de las ciencias sociales. Entre ellas, quisiera destacar tres. La primera es que la separación entre los objetos de estudio centrales del trío de ciencias sociales nomotéticas, Economía, Ciencia Política y Sociología, es decir, el mercado, el poder y la sociedad, no pueden ser estudiados y comprendidos correctamente si se aíslan entre sí. En otras palabras, el mercado (y la economía en general) se encuentra inserto en la sociedad y su dinámica debe ser analizada en el contexto de la sociedad que le corresponde. De igual manera, el ejercicio del poder no se explica sin la base económica que lo sustenta y la sociedad, como la entendía Hegel, en cuanto sistema de necesidades, no puede desligarse de los procesos económicos.

La segunda enseñanza que deseo destacar, que no es menos importante que la anterior, consiste en que absolutamente todos los procesos económicos, políticos y sociales están permeados por tres factores que no pueden soslayarse. Ellos son género, clase social y raza. Precisamente lo que han sacado a la luz cientos de estudios de caso realizados sobre todo en la última centuria, es que todas las relaciones sociales, incluyendo las económicas y las políticas, no son neutras en términos de género, clase social y raza, sino que, por el contrario, siempre están determinadas por estos factores y si éstos no se toman en cuenta, obtendremos una visión completamente sesgada de la realidad que nos interesa explicar.

La tercera enseñanza está estrechamente vinculada con algo que no he abordado en las páginas anteriores y cuya relevancia quisiera brevemente destacar. Se trata de la relación entre ciencias naturales y ciencias sociales. Me parece que uno de los resultados del largo proceso de convergencia expuesto anteriormente es una nueva forma de relación entre ambos tipos de ciencias. Recuérdese que en sus orígenes los científicos sociales trataron de emular a sus pares de las ciencias naturales. Así, por ejemplo, Comte

(EKELUND, 1998) pretende que la Sociología sea una física social y Marx (GOULDNER, 1989), en palabras de Engels, está convencido de haber descubierto para la sociedad las leyes de su evolución, de la misma manera que Darwin había descubierto las leyes de evolución de las especies. Análogamente, Walras (WALKER, 1998) pretende fundamentar el equilibrio general de los mercados aplicando las matemáticas propias de la ingeniería de su época. Muchos otros ejemplos de tiempos posteriores confirmarían la situación de subordinación de las ciencias sociales con respecto a las naturales. Hoy, por el contrario, podemos constatar una emancipación de aquéllas con respecto a éstas, si bien todavía existen economistas obsesionados con las matemáticas, cada día hay más científicos sociales convencidos de que muchas veces lo más importante no puede cuantificarse.

De igual forma se ha reconocido que los procesos sociales obedecen a numerosas causas y que no hay desarrollos históricos unilineales ni tampoco fatales, por lo que es una búsqueda en vano tratar de encontrar en el ámbito de lo social leyes que operen “con férrea necesidad”, como lo pretendía Marx en el conocido prólogo al primer tomo de *El Capital*.

Sin embargo, por otra parte, también se está dando una nueva forma de relación entre ciencias sociales y naturales, donde ya no hay jerarquías, sino colaboración y complementariedad. En esta nueva relación los científicos naturales están aprendiendo que lo que llamamos Naturaleza es también una construcción social y que todas nuestras miradas sobre el reino de “lo natural” van mediadas por los anteojos que a los científicos les ha (im)puesto su sociedad, su cultura y su época. Recíprocamente, los científicos sociales estamos aprendiendo que lo que llamamos Naturaleza no es un objeto que simplemente está ahí para ser utilizado al máximo por los humanos, sino que nosotros mismos formamos parte de ella, que naturaleza y sociedad forman un solo sistema y que pretender que gracias a la tecnología nos hemos independizado de aquella es un craso error.

Sociedad y naturaleza forman un todo sistémico y por ende, la segunda impone a la primera límites infranqueables. De ahí una tercera enseñanza, probablemente la más importante de todas. Ésta es que vivimos en un sistema cerrado en el cual todas las construcciones sociales, lo que llamamos cultura, junto con todas las fuentes de energía imprescindibles para nuestra vida, lo que llamamos Naturaleza, se desenvuelven formando un todo orgánico. Lo cual

implica que los seres humanos no somos algo que exista aparte de nuestra morada planetaria y sus criaturas, sino que somos uno solo con ella. Su vida es nuestra vida, su agonía sería nuestra muerte.

BIBLIOGRAFÍA

- BACKHAUS, Juergen. *Werner Sombart (1863-1941): Social Scientist*, 3 volúmenes, Weimar: Metropolis Verlag, 1996.
- BOORSTIN, D.J. *Los Pensadores*. Barcelona: Crítica. 1999
- CROMBIE, A.C. *Historia de la Ciencia: De San Agustín a Galileo*, 2 tomos. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- EKELUND, Robert B. *Comte, Isidore Auguste Marie Francois Xavier* En: J. Eatwell, M. Milgate y P. Newman (coords.), *The New Palgrave. A Dictionary of Economics*, Londres: Macmillan Reference Ltd. V. 1, pp. 562-563, 1998.
- FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (coords.) *Simmel on Culture. Selected Writings*, Londres: SAGE Publications, 1997.
- GARCÍA GARZA, Domingo, *Sociología del turismo*. En: *Estudios Sociales*, Vol. XXI, N. 41, enero-junio, pp. 316-319, 2013.
- GOULDNER, Alvin W. *Los dos marxismos*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- HARROD, Roy F. *La vida de John Maynard Keynes*, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- HERRERO, Nieves. *Reflexiones en torno al concepto de "hombre total" de Marcel Mauss*. *Ágora: Papeles de Filosofía*, v. 5, pp. 49-58. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10347/908>. Consultado el 11/10/15,1985.
- KUHN, T.S. *La Estructura de las Revoluciones Científicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- RADKAU, J. *Max Weber. La pasión del pensamiento*. México: Fondo de Cultura Económica (edición Kindle), 2011.
- MAYA-AMBÍA, Carlos J. *Agricultural Industrialization and the Presence of the "Local" in the Global Food World*. En: FITZPATRICK, Kevin; WILLIS, Don. (coords.). *A Place-Based Perspective of Food in society*, Nueva York: Palgrave Macmillan, pp. 37-57, 2015.
- SKINNER, Andrew S. Smith, Adam. En: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, Paul (coords.), *The New Palgrave. A Dictionary of Economics*, Londres: Macmillan Reference Ltd. V. 4, pp. 357-375.
- VAGGI, G. Quesnay, Francois. En: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, Paul (coords.), *The New Palgrave. A Dictionary of Economics*, Londres: Macmillan Reference Ltd. V. 4, pp. 22-29, 1998.

- WALKER, Donald A. Walras, Antoine Auguste. En: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, Paul (coords.), *The New Palgrave. A Dictionary of Economics*, V. 4, pp. 851-863, 1998.
- WALLERSTEIN, I. (coord.) *Abrir las ciencias sociales. Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI editores, 2007.

EL TURISMO: UN MODELO DE DESARROLLO

Alfredo César Dachary

Resumen: Este trabajo es una síntesis de una investigación que venimos desarrollando desde el 2009 y cuyo objetivo es lograr una teoría sobre el turismo, partiendo de la base que éste es un servicio en lo superficial y un modelo de desarrollo y transformación de la sociedad y la economía en lo profundo, lo cual llevaría a una teoría dentro del modelo hegemónico mundial, que permita analizar desde los imaginarios a las transformaciones urbanas pasando por los cambios culturales y los impactos ambientales. La investigación ha sido una combinación de un estudio histórico, a partir del concepto de totalidad, lo cual no nos limitó a una disciplina en combinación con las modernas interacciones de los fenómenos que se plantean desde la sociología a la antropología y la propia economía, tres ejes en el desarrollo de este modelo. La investigación permitió ratificar nuestra hipótesis inicial que el turismo es un modelo propio del capitalismo, ya que se dan las condiciones desde ideológicas, una visión del mundo, a económicas, emergencia de una sociedad con mayores posibilidades y tecnologías apropiadas, para los movimientos masivos de población que genera el turismo. Durante el proceso de descolonización del siglo XX, el turismo ha jugado como modelo de desarrollo un papel importante y las regiones íconos como el Caribe, el Pacífico, el Índico y el Mediterráneo, lugares privilegiados, son la expresión de su dinámica, que en la mayoría de los casos les permitió salir de economías estancadas a una nueva actividad que modernizó a éstos, islas en su mayoría, con los costos y externalidades propias del modelo. El turismo hoy está insertado en los imaginarios sociales como uno de los ejes de la sociedad del consumo masivo.

Palabras clave: Turismo. Historia. Desarrollo. Capitalismo. Imaginarios.

TURISMO: UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Resumo: Este *paper* é uma síntese de pesquisa que têm sido desenvolvida desde 2009 e pretende alcançar uma teoria sobre o turismo, baseada na suposição de que esta é, em nível superficial, um serviço, e um modelo de desenvolvimento e transformação da sociedade e da economia, em nível mais profundo, o que levaria a uma teoria no modelo hegemônico global, permitindo analisar a partir do imaginário para as transformações urbanas através de mudanças culturais e os impactos ambientais. A pesquisa foi a combinação de um estudo histórico, com base no conceito de totalidade, que não nos limitou a uma disciplina, e combinado com modernos fenômenos de interação decorrentes da sociologia à antropologia e economia possui três eixos no desenvolvimento deste modelo. A investigação confirma a nossa hipótese inicial de que o turismo é um modelo próprio do capitalismo, uma vez que as condições são dadas desde uma visão ideológica do mundo econômico à emergência de uma sociedade com maiores oportunidades e tecnologia apropriada para movimentos de massa população gerada pelo turismo. Durante o processo de descolonização do século XX, o turismo tem ocupado um papel importante como modelo de desenvolvimento em regiões íconos como o Caribe, Pacífico, Oceano Índico e Mediterrâneo; locais privilegiados, cuja expressão e sua dinâmica, na maioria dos casos lhes permitiu sair de economias estagnadas para uma nova atividade que lhes modernizou, principalmente no caso de ilhas, com os custos e externalidades econômicas próprias desse modelo. Assim, o turismo hoje já está inserido no imaginário social como um dos pilares da sociedade de consumo de massa.

Palavras-chave: Turismo. Sociedad de consumo. Imaginarios. Tecnologia.

TOURISM: A DEVELOPMENT MODEL

Abstract: This work is a synthesis of a research that have been developing since 2009 and aims to achieve a theory on tourism, on the basis that this is a service and a model of development and transformation of society and the economy, which would lead to a theory in the global hegemonic model, which allows to analyze from the imaginary to the urban transformations through cultural changes and environmental impacts. The research was a combination of a historical study, based on the concept of totality, which did not limit us to a discipline combined with modern interaction phenomena arising from sociology to anthropology and economics on its own three axes in the development of this model. The investigation confirm our initial hypothesis that tourism is its own model of capitalism, since the conditions are given from ideological worldview to economic, emergence of a society with greater opportunities and appropriate technology for mass population movements generated by tourism. During the process of decolonization of the twentieth century, tourism has played as a development model an important role and regional icons such as the Caribbean, the Pacific, the Indian Ocean and the Mediterranean, prime locations, are the expression of their dynamics in the most cases allowed to leave stagnant to a new activity that they modernized, mostly islands, with costs and externalities own model economies. Tourism is now inserted in the social imaginary as one of the pillars of the society of mass consumption.

Keywords: Tourism. History. Development. Capitalism. Imaginary.



Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

¹ Dr. en Ciencias Sociales por la Universidad Leiden, Holanda. Master en Sociología en FLACSO, Chile. Profesor investigador Titular C., Centro Universitario de la Costa, Universidad de Guadalajara (México). Investigador Nacional Nivel II en el SNI, México. Director del Centro de Estudios para el Desarrollo Turístico Sostenible (CEDESTUR). Autor de numerosos libros y artículos en revistas científicas de Argentina, España, Colombia, Brasil y México.

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 20 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 15 de dezembro, 2015.

Received on november 20, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 15, 2015.

1 ANTECEDENTES

Cuando se analiza el origen, la evolución y el desarrollo actual del turismo, el que asume la tarea se enfrenta a una serie de visiones que son opuestas a lo que el turismo representa en la actualidad, ya que éste está considerado como una de las actividades económicas con mayor expansión en el planeta y, por ende, es uno de los mayores generadores de empleo. Esto implica que el turismo tiene diferentes funciones en el modelo económico y su articulación en una sociedad con grandes transformaciones, que van más allá del turista.

Querer ver las causas de estos desfases entre la realidad y el verdadero papel del turismo es un tema que se origina en una doble perspectiva que se tiene de éste, por un lado, hay quienes lo consideran como una actividad muy antigua, o sea, la continuidad de los viajeros del Grand Tour o mucho más atrás, los grandes viajeros del descubrimiento. Esta visión tiene como eje el viaje, entendido como el traslado de una persona fuera de su lugar de residencia, por largo tiempo. La otra visión del turismo, parte de que es un fenómeno moderno, que nace, se desarrolla y expande con el capitalismo y su función va cambiando y se va adecuando a las transformaciones de éste, al extremo de que hoy está en el centro de la sociedad del consumo.

Los estudios que se inician desde las perspectivas del viajero nacen de la premisa colonialista de la otroriedad: el extranjero y termina a mitad del siglo XX planteando que el turismo es un mecanismo de conocimiento, paz e integración de los pueblos para los más románticos o un negocio que favorece a las sociedades más desarrolladas para los más pragmáticos.

Las diferentes conceptualizaciones del turismo han llevado a generar una gran contradicción en el análisis de éste, ya que mientras el turismo crece y se consolida como la gran industria global y es uno de los principales generadores de empleo mundial a la vez que su papel ideológico en la sociedad del consumo es cada vez mayor, sus definiciones y análisis se centran en lecturas parciales, lo cual reduce la verdadera dimensión y efectos que éste genera.

Con el objeto de tener un referente de estas diferentes visiones del turismo, es que a continuación realizamos una primera síntesis de las mismas desde una perspectiva histórica, tomando en consideración las más representativas que se han dado en el siglo XX.

A fines del XIX en 1898, Gauss realizaba estudios sobre los rituales de sacrificio, habla del abandono de lo cotidiano y la inmersión en lo sacralizado una experiencia especial y única, y pocos años después en 1908, G. Simmel se transforma en el pionero en el estudio del extranjero en la ciudad, a través de "Digresiones sobre el extraño".

En 1912, uno de los creadores de la sociología moderna, Emile Durkheim, planteaba una dualidad entre los viajeros y la cotidianidad al afirmar que lo sagrado es lo que sale de lo corriente, es un hecho excepcional y lo profano lo constituía la cotidianidad y el trabajo (BERGUAS, 2004).

Las primeras lecturas se ubican en medio de la emergencia de ideas dominantes de la época como el colonialismo moderno y el eurocentrismo, asumido como la ideología central del sistema capitalista mundial, que ratifica las diferencias entre los locales y extranjeros, lo cercano y lo lejano, un tema que viene desde la antropología y el racismo que le da "respaldo científico" a la otroriedad.

Así se construye a nivel pionero en las dos primeras décadas del siglo XX en tres países con un alto movimiento de turistas: Alemania, Suiza e Italia, "la ciencia del movimiento de forasteros, como una disciplina próxima a la economía de empresas y a la economía política, que tenía por objeto la investigación científica del tránsito de forasteros" (KNEBEL, 1974, p. 1).

Esta escuela se fue construyendo con Bormann y Glucksman, este último desde una perspectiva sociológica, pero ambos desde diferentes ángulos enriquecieron la visión de esta disciplina emergente. En Suiza, en 1942, Hunziker y Krapf definen al turismo como "la suma de fenómenos y relaciones que surgen de los viajes y de las estancias de los no residentes, en tanto en cuanto no estén ligados a una residencia permanente, ni a una actividad remunerada" (SANCHO, 1998, p. 45).

La escuela económica del turismo consideró, en la primera parte del siglo XX, a este fenómeno como un hecho económico y se basaban en el utilitarismo planteado por Stuart-Mill y Bentham y llegan a definirlo como un producto. Esta escuela fue luego continuada en España por Luis Fernández Fuster y Manuel Figuerola, que definía a esta actividad como: "El turismo es un acto que supone desplazamiento que conlleva el gasto de renta, cuyo objetivo principal es conseguir, satisfacción y servicios, que se ofrecen a través de una

actividad productiva, generada mediante una inversión previa" (FIGUEROLA, 1990, p. 15).

En los 60's, comienza a verse un nuevo enfoque de las ciencias sociales en el turismo. Así en 1963, Núñez plantea desde el enfoque antropológico, el tema del turismo como proceso de aculturación, un tema central hoy olvidado. En 1968, Berlyne plantea un enfoque global al sostener que la vida humana en su totalidad trata de mantener un nivel ideal de emoción y busca fuentes artificiales de estímulo con el fin de compensar las carencias e insuficiencias de su medio natural, y allí está el turismo.

Y así comienzan las lecturas críticas de la industria sin chimeneas, cuando Mishan (1969), sostiene que los límites del turismo son la existencia de conflicto de intereses entre turistas, agencias, industria y los gobiernos, y que por ello la promoción del turismo masivo no produce la democratización del viaje, se trata de una ilusión que destruye los lugares que están siendo visitados. Tres años antes se había dado el Pacto Internacional de los Derechos Sociales, Económicos y Culturales, donde se consagra el derecho al turismo como un hecho social, y el derecho al descanso como una necesidad humana (JIMÉNEZ, 1993).

De allí que haya dos lecturas opuestas de la realidad, la de los grandes empresarios y gobiernos que utilizan el turismo como un instrumento de la paz y el crecimiento económico y la de algunos académicos que ven que detrás de este modelo hay un alto costo que pagan las sociedades de acogida.

La definición que llegó para describir el fenómeno de manera limitada es aquella que veía y lo sigue viendo al turismo como un servicio, y es la que definimos como conceptualización operativa, ya que es la que rige la mayoría de los estudios del turismo y, por ello, es la base de la formación técnica de estos profesionales.

Esta concepción trabaja sobre el circuito: turista – alojamiento - servicios conexos, algunos plantean los estudios desde la demanda, otros lo analizan desde la oferta, pero sin perder de vista el centro de la actividad que se resuelve en el mercado, porque permite la operación del negocio turístico, pero no llega a comprender ni dimensionar el turismo como un modelo de desarrollo y sus demás implicaciones.

Shivji, en 1973, planteó un tema que luego se profundizará con Nash, y es la relación del turismo como un nuevo neocolonialismo, concepción que emerge en medio del proceso de "descolonización". En un punto

medio entre la "industria sin chimeneas" y el neocolonialismo, Erick Cohen plantea en 1974, el turismo como una forma hospitalaria mercantilizada (NASH, 1989)

Un tercer enfoque es el que consideramos que es más amplio e integral y éste no excluye al análisis anterior, sino que lo enmarca en un análisis desde la perspectiva del desarrollo para poder así ubicar el papel de esta actividad en el desarrollo local, regional o nacional. El turismo como modelo juega el papel de transformador de las fronteras del sistema ampliando el mismo a regiones menos desarrolladas a través de esta actividad.

El primer planteamiento integral lo realiza De Kadt en su clásico libro, *Turismo: ¿pasaporte al desarrollo?*, donde analiza al turismo en base a experiencias de desarrollo en diferentes países, especialmente en la periferia. El trabajo muestra los altos costos de los países emergentes y se adelanta de lo que será una constante en el futuro de éstos en su relación asimétrica con el turismo (De KADT, 1979).

Pero el trabajo de Kadt llega a la periferia del problema ya que analiza el turismo como modelo de desarrollo desde la perspectiva de las políticas internacionales de desarrollo a los países emergentes y, por ello, no llega más allá de una crítica a estas políticas.

Desde la antropología, a fines de los 70's, aparecen los estudios de Dennison Nash y Valene Smith; el primero fue pionero en plantear al turismo como un neocolonialismo y la antropóloga que trabajó en las islas del Pacífico habla de la relación entre visitantes y locales que se da en un medio social cálido.

El análisis de Dennison Nash es el que ha llegado con mayor profundidad al tema central del turismo en su relación con el sistema dominante, y él afirma que el turista es como el empresario o comerciante, es un agente de contacto entre dos culturas y, por ende, son inductores de cambio cuando la que visitan es menos desarrollada de la que provienen. La posibilidad que un pueblo originario acepte voluntariamente y que participe en estas transacciones que benefician a los de afuera es parte esencial del Imperialismo. De allí que hay una necesidad de una teoría general que abarque a todos los tipos de turismo y relaciones entre países y pueblos de diferentes niveles (NASH, 1989).

Un cuarto nivel de análisis del turismo nos lleva a temas de mayor profundidad a fin de poder entender que papel juega el turismo en la sociedad de consumo,

analizando sus imaginarios y la función del turismo en esta nueva sociedad, la cual es muy diferente a la anterior.

En los 70' - 80's, MacCannell sienta las bases de un estudio más amplio sobre el turismo y sostiene que el termino turista tiene dos acepciones, por un lado los visitantes, mayoría de clase media que se encuentran en el mundo en busca de nuevas experiencias y, por el otro, los turistas como uno de los mejores modelos del hombre moderno en general.

MacCannell partió de la Antropología estructural, que permite analizar hechos religiosos y primitivos y que adecuó para estudiar la modernidad, en el período de la segunda parte del siglo XX. Eso era debido a que los "actores modernos" que creen que la autenticidad se encuentra en otra parte, en los períodos de vida pasados, más puros y simples.

La tesis central de este sociólogo norteamericano es que la expansión empírica e ideológica de la sociedad moderna está íntimamente relacionada de diferentes modos con el ocio moderno de masas, en especial, con el turismo internacional y para ello utilizó el método que uso Irving Goffman, que permite la reconstrucción de la vida cotidiana siguiendo los contornos de una interacción cara a cara.

MacCannell afirma que siguiendo a los turistas podemos llegar a una mejor comprensión de nosotros mismos, y así a los turistas se les acusa de una visión superficial de la sociedad, pero a los científicos sociales también; los turistas son proveedores de valores modernos en el mundo entero al igual que los científicos sociales y ambos turistas y los científicos sociales comparten la curiosidad sobre los pueblos primitivos, minorías étnicas y otras clases (MacCANNELL, 1999).

Hoy, la Sociología del ocio se ha ido desarrollando tan rápidamente como la sociedad post industrial y es que el ocio está remplazando al trabajo del centro de los compromisos sociales modernos. El "estilo de vida" designa una combinación de trabajo y ocio, reemplaza a la ocupación como base de formación de las relaciones sociales, la posición social y la acción social.

Cada vez que la sociedad industrial se transforma y adecua a la sociedad moderna, en forma simultánea el trabajo se convierte en objeto de curiosidad turística, y el trabajo y la producción son dos importantes productos turísticos. Si el trabajo se convierte en fetiche se transforma el bricolaje en diversión, una presa en espectáculo y la visita guiada a una fábrica en atracción.

La destrucción de la cultura industrial se hace desde adentro, cuando la alienación invade el lugar del trabajo y el mismo proceso conlleva el nacimiento de la modernidad camino a la hipermodernidad.

Es que la hipermodernidad ha transformado la superficie social y económica de la cultura, ya que antes era una superestructura de signos, perfumes y ornatos del mundo real y hoy es cultura - mundo, una cultura del tecno capitalismo planetario, de las industrias culturales, del consumismo total y de los medios y las redes informáticas

Ésta logra reconfigurar el mundo en que vivimos y la civilización que viene, transformando la economía en imaginarios, lo real en virtual, la producción en representación, la marca en arte, la civilización de las élites en barbarie de las masas y la cultura popular y cultura ilustrada.

Ya no se trata del ciudadano del mundo, sino el mundo sin fronteras de los capitales y las multinacionales, el ciberespacio y el consumismo, y es donde la economía se rige por un modelo único de normas, valores y metas. Es el fin de la heterogeneidad tradicional, de la esfera cultural y la universalización de la cultura comercial, conquistando la vida social, los estilos de vida y casi todas las actividades humanas.

Las características de esta nueva cultura es la hipertrofia de la oferta comercial, la sobreabundancia de información y de imágenes, la cascada de marcas, la infinita variedad de productos desde alimentos a festivales que se dan en todas partes del mundo y donde las ciudades son los grandes escaparates.

En esta etapa, el consumidor no ha gozado jamás de tanta oferta y libertad para elegir, nunca antes había podido viajar tanto y descubrir tantos lugares culturales y degustar tantos platos exóticos.

La cultura mundo genera una espiral de diversificación de las experiencias de consumo y, a la vez, se difunden importante elementos de desarraigo, de desterritorialización de las personas y los modos de vida, y todas estas fuerzas van hacia la unificación global que cuando más se acercan los pueblos se incrementa la pluralización, heterogenización y subjetivación (LIPOVETSKY; SERROY, 2010).

Esta revolución ha hecho del turismo algo más complejo, el mundo no es el mismo, la cultura tampoco, las distancias y el espacio se han reducido, vivimos una nueva era de alienación donde el turismo es el eje de este proceso de recolonización, que inicialmente

planteó Nash hace medio siglo y hoy se transformó en sus formas más no en su función.

2 ¿ POR QUÉ AL TURISMO SE LO UBICÓ COMO UN SERVICIO?

El fenómeno de la masificación del turismo a partir de la segunda mitad del siglo XX fue correctamente planteado por los economistas de la época, que lo veían como un modelo de desarrollo económico, en momentos en que dominaba el desarrollismo industrialista, para enfrentar las grandes asimetrías que emergían de la descolonización y de los altos costos de las guerras, así como de una nueva relación de control neocolonial que se había adecuado en el capitalismo a partir de la hegemonía absoluta de Estados Unidos, enfrentado a la URSS en lo que se conoce como la Guerra Fría.

¿En qué momento cambió esta perspectiva? Se puede pensar que a partir de los 70's en que irrumpen otras disciplinas, como la antropología, la sociología, los nuevos problemas ambientales y además, los emergentes profesionales del turismo quisieron tener conceptualizaciones propias, que no vengan de la economía y la geografía que fueron pioneros, además de la psicología social, y a partir de ellos se plantean nuevas concepciones teóricas.

Esta situación coincide en el tiempo con el inicio de los estudios de turismo, que eran programas específicamente profesionalizantes y dedicados al turismo como servicio, ya que respondían a un amplio mercado que requería con urgencia operadores de los servicios.

Un ejemplo pionero de ello fueron, una década antes, las primeras carreras en España, que definían a éstos como estudios terciarios orientados a preparar buenos administradores de hoteles, agentes de viajes, así como promotores y comercializadores, entre otros, y ésta fue una eficiente formación que sirvió al desarrollo del turismo de masas español.

Pero cuando se empezó a ampliar el universo de las dimensiones del desarrollo en lo general con la emergencia del tema ambiental y la planificación urbana, la profundización de la pobreza, es que se empieza a ver más claramente los impactos negativos del turismo, que antes se los veía disociados de su contexto general como modelos, salvo los análisis muy detallados como lo fue el que realizó en los 70's, Francisco Jurdao, en su clásico libro: "España en venta" (JURDAO, 1990).

Durante la etapa de auge del turismo a partir de los 80's, sus estudios coinciden con los planteamientos ambientales y la implantación del neoliberalismo, con lo que se abre una etapa de ajustes al interior del sistema en detrimento de los derechos sociales y aceleró las inversiones de turismo masivo en zonas costeras, lo que se conoce como "turismo minero".

La implantación del neoliberalismo no solo transforma la sociedad del bienestar y otras formas de equilibrio social, un tema en extinción, con el objeto que el Estado no regule ni apoye a los sectores menos favorecidos, sino que se proyecta en la educación y en la formación en general.

En esta etapa se priorizan los estudios de *marketing*, el *Benchmarking*, nuevos modelos de gestión que reducen el empleo directo y promueven la terciarización de servicios, lo que implica grandes beneficios a las grandes corporaciones, aunque también hay estudios parciales de profundidad que van ampliando la visión real del turismo, como veremos a continuación, solo algunos casos para la década de los 80's.

En 1980, Robert Wood fue el primero en criticar el modelo de la bola de billar, que parte del presupuesto falso de que las culturas son unidades pasivas proclives a cambios por el turismo, y en el mismo año Van Den Abbeele G. plantea que el turismo establece un imperialismo de doble filo, por un lado las culturas y los destinos se transforman en objetos de consumo cultural y, por el otro, el turismo funciona como un opio adormecedor para las masas de la periferia, empobrecidas por siglos de colonialismo.

En esa década también destacan los trabajos de Briton sobre impactos del turismo en la periferia; Gudykunst que habla del turismo como aculturación, desde su perspectiva de antropólogo; Giddens que analiza la regionalización del espacio - tiempo en el movimiento de los caminos y también en 1984, Bourdieu plantea que el turismo internacional es una forma de acumular capital simbólico, mediante el cual las clases sociales medias occidentales se distancian de otras clases y el turismo les sirve para adquirir estatus social y para manifestar "buen gusto".

Gregory trabaja la geografía del tiempo, Foster sobre cruceros, Campell habla del "hedonismo imaginativo", donde la satisfacción es anterior al uso y Krippendorf (1979) sostenía que de no haber cambios en el turismo, éste será para los países de la periferia una forma especial de servilismo.

Otros antropólogos, como Bendix y Leong, hablan del turismo como un tipo de relación étnica de valores culturales mercantilizados o donde se reinventan las tradiciones. Bruner va más allá que los anteriores y sostenía que el turismo y el colonialismo nacieron juntos y son parientes.

Pero esto es una mínima parte de temas de estudio, nunca pasa de la denuncia del hecho, y no se va a las raíces de éste, como parte de la versión parcial que domina al mundo de los estudios del turismo. En síntesis, se analiza el turismo como sujeto de estudio, pero desde la perspectiva de la visión del servicio disociado del desarrollo de la ciudad, de la región de acogida o del corredor emergente, una forma de evadir las responsabilidades por las externalidades del modelo que generalmente se denuncian pero no se tratan por los altos costos que implica.

Al no poder tener una visión macro, que les daría una teoría general del turismo, los estudios se concentran en lo operativo y dejan de lado el modelo y el papel del turismo como ideología de Estado, ya que implica enfrentar con el sistema y sus principales operadores.

Así logra, al igual que el ambientalismo, tomar como propia la teoría de sistema, que viene de las mal denominadas ciencias exactas, pero esta teoría que no cubre lo ideológico - social solo le permite entender en parte el fenómeno, o sea, cubre la operativa del negocio y su amplio clúster, pero no llega a lo profundo de éste y menos a los temas sociales, al final termina cumpliendo la función de una teoría particular que pretende ser global, sin poder resolverlo.

3 DEL SERVICIO AL MODELO

Al turismo lo definimos como un modelo porque es parte de un sistema hegemónico a nivel planetario, ya que reproduce los elementos centrales del mismo y por ello lo asume como una estrategia más de reproducción de éste. Por ello es que una función fundamental del turismo como modelo es que cuando se dan determinadas condiciones se expresa como una de las estrategias de implantación, crecimiento y expansión del propio sistema capitalista.

Debido a ello es que se rige por la lógica del sistema que lo generó y, a la vez, éste crece adecuándose a las transformaciones del sistema en lo económico como en lo social, para poder mantener sus funciones y a la vez ampliarlas dentro de éste.

De allí que este modelo tiene la gran capacidad de transformar la realidad integrándola a la dinámica general del sistema, en todas las dimensiones posibles, de pequeños emprendimientos a ciudades construidas para el ocio, desde reciclar fábricas o minas a transformar áreas naturales protegidas en un producto turístico y con ello ampliar el territorio del ocio y negocio a la vez.

El turismo, como modelo de desarrollo dentro del capitalismo, reproduce y, a la vez, aloja una doble contradicción: la más oculta es hacia dentro de sí mismo como "producto" por se presenta una copia "maquillada" de la realidad, y que se vende como la realidad misma, haciendo de lo transformado una nueva verdad, cuya principal función es la de responder a los imaginarios que tiene el hombre en su perspectiva de la búsqueda incesante de nuevos objetos de consumo, en este caso de ocio y el placer (MacCANNELL, 2003).

La segunda contradicción complementa a la primera ya que el turismo como modelo se le ubica siempre como una actividad desvinculada del sistema en que se genera y, por ello, se presenta como un "hecho emergente" que hace realidad los sueños del turista, la respuesta del genio al deseo del viajero.

Esta doble distorsión enmarca y amortigua los impactos del turismo, haciéndolo un modelo aparentemente "neutral", que responde al deseo del ocio ocultando así los grandes costos de un complejo negocio, que deben asimilar las sociedades de acogida.

A grandes rasgos analizaremos los diferentes factores que intervienen en la aplicabilidad de este modelo, para ver su comportamiento y las externalidades que genera, comenzando por el hecho de que el turismo es el único producto que se consume en el lugar donde está o se crea.

Lo primero que debemos analizar para ver el proceso de implantación, desarrollo y aceptación o rechazo, es estudiar las respuestas de la sociedad de acogida, ya que ésta inicia un proceso de transición o transformación de una economía de auto subsistencia con más lazos de solidaridad a una de mercado donde todos los integrantes compiten por los ingresos que genera directa o indirectamente el turismo, regidos bajo las leyes del mercado. Esto genera una fuerte afectación en la estructura social que se refleja en un cambio de la misma, ya que los actores externos la alteran y generalmente ocupan los lugares más elevados como inversionistas, desarrolladores o actores políticos, y la sociedad local pasa a ser periférica.

Se altera el mercado laboral, ya las actividades anteriores al turismo pierden competitividad a nivel del empleo y derivado de diferencias salariales y posiciones sociales, esta última ideológica ya que los campesinos, pescadores o mineros, pretenden cambiar a empleos de “urbanos” ya que el uniforme y el trato con el turista los hace sentir diferentes; aquí es donde la historia de la opresión juega papel fundamental en la conciencia histórica de los campesinos y pueblos originarios.

Hay una competencia inmediata con los nuevos habitantes, los que traen las migraciones externas que son motores de cambio, pero éstos llegan a ocupar puestos y posiciones que terminan afectando a la población local, que se siente rezagada o apartada de “su proyecto de modernización”.

Estos cambios permiten a la sociedad de acogida, descubrir y revalorizar el capital natural, propio de la población y de la región donde está enclavada, ya que hasta antes de comenzar estos cambios no se le daba valor y se lo consideraba como algo “naturalmente puesto allí”.

De la gran diferencia de percepción entre el urbano que “descubre” el paisaje como algo mágico o sobrenatural y la visión de los habitantes que lo fueron construyendo con su trabajo y por ello lo ven como cotidianidad. Los ejemplos son muchos, pero en México tenemos algunos muy emblemáticos, que han sido construido por los años como es el paisaje agavero, hoy reconocido por la UNESCO y cuna del tequila, el vitivinícola, los cultivos en terrazas, los cultivos extensivos, todos ellos, fruto de trabajo de varias generaciones, incluido las selvas custodiadas y operadas por siglos por los pueblos originarios.

Estos cambios generan una gran expectativa en la sociedad, ya que en su promoción se les asegura a los pobladores que las transformaciones incidirán en lograr un mayor desarrollo para la población lo cual generalmente no se da, al igual que en el resto de los modelos que se implantan en el sistema en las periferias, desde el minero, al industrial o el agroindustrial al pesquero industrial, entre otros, ya que responden a la lógica del sistema: un crecimiento desigual y combinado.

Del lado de la sociedad emisora también se dan cambios y adecuaciones para el desarrollo del turismo, incluido el hecho que hay ciudadanos que se van a vivir en los meses de invierno a los países con climas cálidos o templados, lo cual incide en la sociedad y la economía local, ya que emerge el hecho del descubrimiento del

“otro”, el diferente, el distinto, ya sea por la piel, el lenguaje, las costumbres, la religión, la comida, las ropas entre otras diferencias más externas, a que el nuevo residente las acepta como “rarezas” o mantiene sus costumbres como “civilizado”.

Así se profundizan nuevos imaginarios de lugares, que son reformulación de los ya existente, porque lo del paraíso alienta el turismo ya que estos lugares alejados y “exóticos” se transforman en un ícono y son motivo de “deseo”, curiosidad y consumo, incluida la tranquilidad que pasa de ser lo cotidiano a formar parte del arsenal de venta del agente inmobiliario.

Como el modelo industrial, la ciudad turística con su zona hotelera es similar en funciones al parque industrial, la expansión de la industrial a zonas más amplias crean los corredores industriales a partir del polo y en el turismo se da algo similar los corredores turísticos a partir del polo turístico. La región industrial y la región turística son las que dominan una de estas actividades, los impactos son diferenciados pero no diferentes: contaminación, asimetría social y conflictos sociales.

Estas regiones en el modelo de desarrollo industrial están integradas en redes de producción que se dan en serie y así hay una dispersión y ampliación de la producción regional formando el clúster industrial, un concepto del siglo pasado y usado hoy como herramienta para el análisis de aquellos factores que permiten a una industria específica incorporar nuevos eslabones en su cadena productiva, los factores que determinan el uso de nuevas tecnologías en sus procesos, y los factores determinantes de la generación de actividades de aglomeración (PORTER, 2007).

Son concentraciones de empresas e instituciones interconectadas en un campo particular para la competencia pudiéndose observar en el mundo gran variedad de clústeres en industrias como la automotriz, tecnologías de la información, turismo, servicios de negocios, minería, petróleo y gas, productos agrícolas, transporte, productos manufactureros y logística, entre otros.

En el turismo ocurre algo similar y la competitividad se genera en lugares focalizados como: Hawái y Miami, en los Estados Unidos; la Costa del Sol, en España; Punta Cana, en República Dominicana y la Riviera Maya, en México, son ejemplos de clúster turísticos altamente competitivos (SEGURA; INMAN, 1998).

El modelo turístico ha evolucionado al igual que los industriales y los otros modelos económicos del sistema, pasado de lo regional a lo global, y de éste se plantean adecuaciones a partir de lo local.

La construcción de los territorios turísticos resultan de la práctica turística ya que al mercantilizar los atractivos naturales y culturales presentes en una determinada localidad impulsando el desplazamiento de los visitantes, el turismo engendra un proceso dialéctico de desterritorialización y reterritorialización, así los territorios de la vida cotidiana pasan a adoptar nuevas funciones y significados, asociados al desarrollo de actividades de ocio y recreación (RODRÍGUEZ, 2006).

El desarrollo del turismo lleva a la producción de nuevas territorialidades, las cuales redefinen no sólo el uso de los espacios urbanos o naturales, sino el significado y el valor social atribuidos a ellos por los residentes, que no concuerda siempre con el que tienen los desarrolladores, ya que lo valoran desde imaginarios urbanos.

Los grandes emprendimientos están subordinados a esta lógica y, por ello, diseñan nuevas funcionalidades territoriales, desestructurando la organización social local e imprimiendo nuevos valores ambientales y socioculturales, lo cual termina delimitando de manera arbitraria las nuevas territorialidades.

La realidad virtual y la dimensión de la Web son un mundo casi sin límites, que ha penetrado en la sociedad y se ha consolidado en el mundo del turismo; el espacio cibernético ha sido creado por el hombre y no por la divinidad, es artificial en lugar de natural y está operado por una herramienta que intermedia la relación con el cuerpo humano, y además no tiene las dimensiones espaciales tradicionales. En el espacio virtual, el turismo toma forma y profundidad; la gente puede tener una muestra de lo que va a conocer, pero el espacio virtual es muy amplio y allí se realizan todo tipo de transacciones, desde comerciales a personales, ya que el no estar de frente, aunque se estén viendo, permite sacar todos los deseos por más fuertes que éstos sean.

Este nuevo espacio crea una temporalidad singular de una difusión instantánea, donde no se puede separar las personas por medios de obstáculos físicos, de que la tradicional dicotomía esto de que “el aquí y allá” pierden todo significado (BAUMAN, 1999).

La deslocalización le da continuidad al proceso de agotamiento del modelo fordiano, y por ello ha sacado de los países centrales las industrias, pero deja en ellos

los centros de creación de los nuevos productos, realizando una nueva división del trabajo. Pero hay otra deslocalización paralela, es la que enfrenta sin que se vean a más de 1,000 millones de turistas, o sea, viaje por placer frente a unos 250 millones que huyen de la miseria en sus países principalmente de Asia, África, Centro y Sudamérica y parten de allí a los países centrales en busca de trabajo (ALBA, 2009).

Está la deslocalización al revés, los ciudadanos del primer mundo quieren ir a conocer cómo viven los ciudadanos de los países emergentes o de bajo desarrollo o los denominados pueblos originarios y para ello se preparan estos bajo la lógica de un parque temático, a través de los nuevos ingenieros en paisajes, los expertos en mercadotecnia o las ONG's conservacionistas, que siguen vendiendo la falsa idea de los lugares prístinos. Así el turismo cumple con su función de ocupar el espacio que separa lo primitivo de lo moderno colocando a los pueblos cara a cara, interactuando mediante una lengua franca, el inglés intercultural (MacCANNELL 2007, p. 27).

El proceso de deslocalización sumado a la migración han generado grandes zonas de vacío demográfico, desde pueblos vacíos a regiones mínimamente pobladas las cuales son un nuevo escenario para la expansión de actividades no tradicionales, desde el cultivo de drogas al turismo que crece reciclando el pasado, buscando una autenticidad, hoy perdida.

El ocio ha impregnado la vida de las personas y las comunicaciones a través de nuevas tecnologías han sido el vehículo, por lo que se mezclan tiempos de ocio y de actividades laborales en diferentes momentos haciendo un continuo, donde es difícil discernir cuando es el tiempo de cada actividad.

Al llenar el ocio todos los intersticios del antiguo tiempo libre, el hombre está sujeto a un tiempo nuevo que es el tiempo de consumo, ya sea de nuevas directrices de trabajo o de productos de ocio, de cultura o de información, de nueva fe o nuevas adicciones, todo está cubierto (IGARZA, 2009).

Integrar el tiempo de trabajo y de ocio en un mismo tiempo lleva a que el tiempo de turismo sea también impregnado por esta nueva lógica de un tiempo continuo, lo cual se puede frenar ante hechos de alta adrenalina como el turismo de aventura de acciones violentas, de alto riesgo. Éstos son los únicos hechos que pueden frenar el tiempo de dependencia de todos los

medios de comunicación y conexión y el mundo que plantean.

El territorio finito del mundo hasta mediados del siglo XX frente al territorio infinito de la nueva realidad del siglo XXI ha incidido totalmente en el turismo al extremo que está en la base de grandes transformaciones que podrían hacer muy diferente a lo que es hoy, el viaje a través de la realidad virtual, un universo sin límites.

Paúl Virilo habla del fin de la geografía, tal como la conocíamos, y es así como el espacio está vinculado en esta transformación al tiempo, porque la distancia es “un producto social” y su magnitud varía en función de la velocidad empleada en superarla, de allí que todos los factores socialmente producidos como identidades colectivas, barreras culturales y fronteras, son efectos secundarios de esta velocidad (VIRILO, 1995).

El turismo hoy está tras la construcción y reconstrucción de grandes ciudades, que quieren ser parques temáticos urbanos, con gran atracción, un negocio que ha dado grandes resultados, desde Dubái que ha construido una serie de fantasías a las grandes capitales que reconstruyen su imagen para sembrar de iconos tecnológicos y urbanísticos, el camino por el nuevo parque temático urbano.

El territorio del pasado es la oferta del presente, el turismo lo ha transformado, lo ha reciclado, ya que todo lo hace producto desde una guerra a un pueblo abandonado, todo tiene atractivo en una sociedad con ansias de consumo, más de aventuras y riesgos, como una forma de evasión.

Hay varios territorios atracciones que seguirán creciendo en el mundo del turismo, las ciudades planificadas y dotadas de una identidad factible de transmitir un mensaje atractivo para el turista seguirá creciendo al igual que los territorios abandonados, desde minas a molinos o a barcos, todos son objeto del comercio de imaginarios en un turismo que consume tanto como la sociedad lo exige.

La cultura debe transformarse a través de la mediatización, a fin de hacerla algo más transparente y factible de manipular en el mundo de la fantasía y la transformación que significa el turismo.

La identidad se arma a partir de la fantasía y la moda es lo ideal porque no supera a la fantasía, llega al límite y hace consumir al sujeto, lo que socialmente está aceptado, o sea, es moda, de allí que no existe ni libertad

ni identidad, sino productos aceptados en el mercado, a través de la manipulación mediática (BAUMAN, 1999).

De allí que al hombre le corresponde en esta etapa, lo que sostiene Lehtonen y Maenpaa de domesticar lo inesperado para convertirlo en entretenimiento, pero sin olvidar que las recetas para lograr una buena vida y los accesorios necesarios para este logro tienen fecha de vencimiento (BAUMAN, 1999).

Por ello los medios creadores y estructuradores de la realidad social promueven el turismo como viajes cortos al paraíso, como metas para el éxito, como formas de vida para los jubilados, como forma de entrenamiento para ejecutivos, como algo propio de la vida del ciudadano, no más como vacaciones, sino experiencias de vida.

Los nuevos imaginarios del turismo vivirán entre dos mundos diametralmente opuestos, uno anclado en las experiencias del pasado, como único referente de una sociedad que va perdiendo asideros y referentes y otro basado en el futuro de la tecnología como una nueva creencia que se transformará en la llave que abre las puertas a uno mejor que el que hoy vivimos.

En ambos casos, la fantasía y el pasado no se oponen, se pueden combinar cada vez más, en un camino propio en busca de poder llenar nuevos tiempos de ocio combinado con la cultura, el trabajo y el placer, algo que cada vez es más difícil de separar o aislar en la medida en que la sociedad se cosifica nuevamente a partir de las Tic's.

Los nuevos escenarios como los nuevos imaginarios y una nueva religión que es la tecnología y los mercados, han borrado las reglas del sistema de la era industrial y han reformulado otras nuevas aunque en la base de ambas haya algo en común, una gran asimetría, que es la expresión de que los modelos son de dominación y no de desarrollo.

4 ¿POR QUÉ ES UN MODELO?

Porque es una actividad económica, con todos los atributos para crear, transformar y construir un proceso de acumulación de capital, desde su actividad central dentro del modelo que lo aloja.

Es un modelo de desarrollo porque genera economías de escala que van integrando en diferentes niveles y actividades un gran clúster que en forma directa e indirecta genera empleo a la mayoría de la

población económicamente activa de la ciudad o destino, donde son hegemónicos.

Es un modelo porque tiene posibilidades de expansión, transformación y adecuación a los cambios de la economía del país, del mundo y de la sociedad de acogida, pero lo más importante es que se transforma siguiendo la tendencia del sistema, que es el eje que rige el modelo mundial

Es un modelo dentro del modelo general del desarrollo del capitalismo, porque reproduce su lógica y juega un papel importante en el desarrollo general del sistema hegemónico. Un modelo que ha evolucionado de actuar en la periferia, el ocio como algo de excepción o de los días de fiesta, ya que el ocio y el trabajo unidos en compleja relación donde es difícil separar o querer verlos de forma diferente a ambos; es un nuevo concepto, ya que antes el no trabajo era tiempo desdeñado, por no ser productivo y hoy es al revés.

La sociedad del espectáculo está llegando a su cenit, el hombre objeto de consumo se vuelve caníbal, ya que se consume a sí mismo, en un cuerpo que exige cada día más compromiso para mantener una figura o imagen acorde a lo que el sujeto pretende ser.

Esta diferencia es fundamental porque la fuerza de trabajo se ha vendido siempre y más en el capitalismo, pero el resto del cuerpo como imagen no era valorado, hoy en la sociedad individualista y hedonista extrema es más importante la imagen, la figura que la fuerza laboral que ya es algo obsoleto remplazado por el uso de la inteligencia.

5 ¿POR QUÉ DEBE ANALIZARSE EL TURISMO COMO MODELO?

Durante todo el ensayo hemos estado planteando esta pregunta, ¿por qué esta lectura y no la tradicional del turismo como servicio, la operativa? Porque en las últimas décadas el turismo se ha consolidado como un elemento central en el sistema capitalista, cuya función va más allá del viaje, se transforma en el imaginario más deseado de la sociedad, el conocer, el ser conocido y el exhibirse.

Hoy en los lugares alejados, sin posibilidades de desarrollar actividades económicas que generen empleo a una parte importante del pueblo, emerge siempre el turismo, como la única salida, una expresión de desarrollo local, regional o nacional, en un mundo global.

Pero ésta no emerge sola, forma parte de una inversión de la estructura económica de esta etapa donde caen las actividades productivas y ascienden las actividades especulativas y de ocio, el sector financiero y el turismo.

Es importante entender la función que juega el turismo más allá del negocio particular que implica la actividad en el capitalismo global y la sociedad del consumo, ya que el auge del turismo implica un consumo masivo de energía, de equipamiento, de infraestructura y todo ello debe justificarse ya que los recursos son escasos y si hacemos del país un modelo turístico, debemos calcular lo que cuesta vivir fuera del ocio como ciudadanos.

Entender al turismo en todas sus dimensiones nos permite saber el valor de éste en el desarrollo de un país, algo fundamental ya que la tendencia es que todo se recicla en el ocio turístico y eso compromete el destino de los estados. El Caribe francés es un ejemplo donde se ve la distorsión de la economía apalancada por la Metrópoli que les abastece y los deja en una función complementaria, el ocio, que genera beneficios que no alcanzan para poder reinvertir en reproducir la sociedad, y así se arma un círculo vicioso.

El turismo como modelo lo rechazan ciertos economistas, que ven a esta actividad como una más del comercio internacional, una forma obsoleta y conservadora de entender la complejidad del turismo, algo imposible para éstos, que tampoco han entendido el de la economía y su papel en esta sociedad de consumo.

El turismo como modelo es un reto, porque nos lleva a ver a un mundo diferente al de la fantasía que representa el turismo para sus clientes, lo aterriza en la realidad del sistema y la función que éste tiene en la sociedad global. Por ello esta perspectiva tiene mucho de peligroso para los que creen que el turismo es un camino para la paz, aunque en realidad nunca lo creyeron, pero sirvió para que éste creciera y se impusiera a nivel mundial, sin tener grandes cuestionamientos.

El turismo como proceso integral del sistema tiene varias dimensiones, las cuales se articulan entre sí para conformar una unidad dentro del modelo hegemónico. Así tenemos primero la dimensión territorial donde la función del turismo es heredada del colonialismo, integrar a pueblos y culturas, reciclar lugares en crisis, revalorizar zonas con potencial de negocio, crear nuevos territorios para ampliar la geografía del turismo.

La segunda es la dimensión económica que integra el modelo al sistema, al mercado mundial, éste genera una larga cadena de servicios, que va del alojamiento al transporte, de la restauración a los tours, pasando por las compras de los turistas y el abastecimiento del propio modelo.

La tercera es la dimensión ideológica que responde a una función central del sistema: el consumo permanente, complementada con la función de comparación y revalorización en los pueblos recientemente integrados y que forma parte de la anestesia social en el proceso de transición. Y a nivel general, ésta profundiza la falsa conciencia de compartir con el turista el techo, las esperanzas pero no la realidad, ya que la mayoría de los casos el turista viaja, pero en realidad “nunca salió de su realidad”, anda pero no ve, solo compara para creer que está mejor.

La cuarta es la dimensión social, que se da en las sociedades de acogida y que se expresa en el efecto demostración de la contraparte ciudad turística. Lo grave de ésta es que genera una distorsión en el mercado laboral que se expresa en lo social y en lo económico y termina transformando a la sociedad de una de trabajadores en una de consumidores.

La quinta es la dimensión política, allí el Estado es el garante del proceso porque subvenciona al empresariado con otros servicios, ya que el papel político del turismo es el de transformar la esperanza en meta del desarrollo para mejorar la sociedad, pero generalmente termina en una esperanza frustrada.

Así entendido el turismo es más que hoteles y aviones, es un proceso dentro de un sistema, un proceso que hoy ha asumido un papel fundamental ya que el modelo de sociedad que vivimos ha privilegiado el ocio junto al trabajo en una mezcla perversa, que ayuda a profundizar esta sociedad asimétrica, pero transformando el proceso en un show, que se exhibe como decía Debord (1995), en la “sociedad del espectáculo”.

BIBLIOGRAFÍA

- ALBA RICO, Santiago. Unas putas verdades a la cara del turismo porno capitalista de las asfixiantes tanatocracia realmente existentes. La calle del medio. 25 de abril, Cuba, 2009.
- BAUMAN, Zigmunt. *La globalización: consecuencias humanas*. México. FCE, 1999.
- BERGUAS, José. Lo social sagrado. En: *Nómadas*, n° 9, Colombia, 2004.
- DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Argentina. Biblioteca de la Mirada, 1995.
- DE KADT, Kadt. *Turismo: Pasaporte al desarrollo*. Endymion. Madrid, 1991.
- FIGUEROLA, Manuel. *Teoría económica del turismo*. Madrid. Alianza Editorial, 1990.
- IGARZA, Roberto. *Burbujas de ocio: nuevas formas de consumo cultural*. Buenos Aires. La Crujía, 2009.
- JIMENEZ MARTÍNEZ, Alfonso de Jesús. *Turismo estructura y desarrollo*. México, McGRAW- HILL, 1993.
- JURDAO ARRONES, Francisco. *España en venta*. Madrid, Endymion, 1990.
- KNEBEL, Hans-Joachin. *Sociología del turismo: cambios estructurales en el turismo moderno*. Barcelona. Editorial Hispano Europea, 1974.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 236p.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *La cultura mundo: respuesta a una sociedad desorientada*. Barcelona. Anagrama, 2010.
- MacCANNELL, Dean. *El Turista: una nueva teoría de la clase ociosa*. España. Melusina, 2003.
- MacCANNELL, Dean. *Lugares de encuentros vacíos*. España. Melusina, 2007.
- NASH, Dennison. *El turismo considerado como una forma de Imperialismo: en Anfitriones e Invitados*. España. Endymion, 1989.
- PORTER, Michael. La ventaja comparativa de las naciones. En *Harvard Business Review*, v. 85, n.11, pp.69-95, 2007.
- RODRÍGUEZ, A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excluyentes ou solidariedade organizacional. En: LEMOS, A.I. G. DE; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo. CLACSO, 2006.
- SANCHO, Amparo. *Introducción al turismo*. Madrid. Organización Mundial del Turismo, 1998.
- SEGURA, Gustavo; INMAN, Crist. *Turismo en Honduras: el reto de la Competitividad*. CLACDS/INCAE, 1998.
- SHIVJI, I.G. Tourism and socialist development. En: *Tanzanian Studies*, n. 3. Dar es Salaam, Tanzania. Publising House, 1973.
- STROPPINO, Mario. Ideología. En: BOBBIO, Norberto et. al. (Coords.) *Diccionario de Política*. Tomo I. México. Siglo XXI Editores, 2002.
- VIRILO, Paul. *La velocidad de liberación*. Buenos Aires. Manantial, 1995.

UNA PROPUESTA PARA EL ANÁLISIS DEL TURISMO DESDE LA PERSPECTIVA DE LA GEOPOLÍTICA CRÍTICA

Alejandro Escalera Briceño

Alejandro Palafox Muñoz

Resumen: La geopolítica ha ido evolucionando con el paso del tiempo, en un principio su finalidad estaba orientada a conocer el crecimiento de los Estados y explicar su causalidad, posteriormente las escuelas militares empezaron a incursionar en la disciplina inclinándolo hacia la visión geoestratégica con fines de expansión territorial. Con la finalización de la Segunda Guerra Mundial la geopolítica fue abandonada en el ámbito académico; en los años 70's comienza a desarrollarse una nueva orientación denominada geopolítica crítica, la cual no tiene ruptura con la visión estratégica sino que incorpora algunas de sus propuestas teóricas en busca de convergencia. Este documento presenta un modelo que permita analizar la actividad turística desde la óptica de la geopolítica crítica y con base en el Sistema-Mundo y la Economía-Mundo que ayudan a esclarecer la configuración del espacio y los intereses en el impulso al turismo como industria mundializada, en donde los Estados centro y periferia desarrollan la actividad de distintas maneras. En el capitalismo periférico, el turismo no solo es un captador de divisas y generador de empleos sino además desarrolla una concentración de los medios de producción teniendo como resultado un imperialismo del tipo informal para la hegemonía.

Palabras clave: Geopolítica crítica. Sistema-Mundo. Economía-Mundo. Turismo.

UMA PROPOSTA PARA A ANÁLISE DO TURISMO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA GEOPOLÍTICA CRÍTICAS

Resumo: Geopolítica tem evoluído ao longo do tempo. Inicialmente o seu propósito estava voltada para atender o crescimento de estados e explicar a sua causalidade; em seguida, as escolas militares começaram a se envolver na disciplina inclinação era a visão geoestratégica para a expansão territorial. Com o fim da II Guerra Mundial a geopolítica foi abandonada no meio acadêmico. Na década de 70 surge uma nova abordagem chamada geopolítica crítica, que não tem nenhuma ruptura com a visão estratégica, mas incorpora algumas das suas propostas teóricas que buscam a convergência começa a se desenvolver. Este artigo apresenta um modelo para analisar a indústria do turismo do ponto de vista da geopolítica crítica com base no Sistema-Mundo e Economia-Mundo que ajudam a esclarecer a configuração do espaço e interesse em promover o turismo como uma indústria global, onde o centro e na periferia Unidos explora as atividades de diferentes maneiras. No capitalismo periférico, o turismo não é apenas um gerador de divisas e geração de empregos, mas também desenvolve uma concentração dos meios de produção, resultando em um imperialismo informal pela hegemonia.

Palavras-chave: Geopolítica crítica. Sistema-Mundo. Economia-Mundo. Turismo.

A PROPOSAL FOR THE ANALYSIS OF TOURISM FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL GEOPOLITICS

Abstract: Geopolitics has evolved over time. Initially its purpose was geared to meet the growth of states and explain their causality, then military schools began to dabble in the discipline tilting it was the geostrategic vision for expansion territorial. With the end of II World War geopolitics was abandoned in academia; in the 70s a new approach called critical geopolitics, which has no rupture with the strategic vision but incorporates some of its theoretical proposals seeking convergence begins to develop. This paper presents a model for analyzing the tourism industry from the perspective of critical geopolitics and based on the System-World and Economy-World that help clarify the configuration of space and interest in promoting tourism as a global industry, where the center and periphery States operates the business in different ways. In the peripheral capitalism, tourism is not just a collector of foreign exchange and generating jobs but also develops a concentration of the means of production resulting in an informal imperialism for hegemony.

Keywords: Critical Geopolitics. System-World. Economy-World. Tourism.



Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

¹ Licenciado en Turismo, con Especialización en Publicidad Creativa y Maestría en Estudios Turísticos. Doctor en Ciencias Ambientales. Profesor e Investigador de Tiempo Completo. División de Desarrollo Sustentable. Cuerpo Académico de Estudios Ambientales. Universidad de Quintana Roo. [palafox@uqroo.mx]

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 20 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 11 de dezembro, 2015.

Received on november 20, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 11, 2015.

I INTRODUCCIÓN

La geopolítica ha sido la ciencia para explicar la causalidad de los Estados (Cadena, 2006), es por eso que los primeros teóricos como Ratzel y Kjellen compararon al Estado con los organismos vivos, introduciendo la idea de que un Estado tenía que crecer, extenderse o morir incorporando la teoría de la evolución de Darwin, concluyendo que las fronteras son dinámicas y sujetas de cambio (Rosales, 2005). Posteriormente la geopolítica fue adaptándose al campo militar y geoestratégico (LE DANTEC, 2007).

El almirante Alfred T. Mahan desarrolló una visión geoestratégica para el dominio y orden mundial mediante el desarrollo de una armada poderosa para dominar los mares y controlar islas estratégicas, con el propósito de que los Estados Unidos fuese potencia mundial. Así mismo, Harold Mackinder desarrolló la teoría del *Heartland* o *Área Pivote*, en donde divide al mundo en grandes zonas continentales cuyo control representaría el dominio de todo el *orbe* (GIUDICE, 2006; CADENA, 2006).

En este sentido, las dos guerras mundiales en el siglo XX fueron ocasionadas por las ideas expansionistas, de esta manera, la geopolítica se convierte como la ciencia del poder (CADENA, 2011). A mediados del siglo XX, la geopolítica por su visión expansionista y destructiva fue abandonada por los teóricos dejando de producir documentos académicos (GIUDICE, 2005), actualmente la geopolítica ha ido evolucionando hasta el punto de crear una nueva geopolítica crítica (CAIRO, 1993).

De acuerdo con Dalby (1990), la geopolítica crítica consiste en conocer al mundo tal cual es, entre sus principales exponentes están Dalby, Ó Tuathail, Cairo y Preciado, quienes han hecho aportaciones desde diferentes perspectivas. Se puede mencionar el interés por los recursos naturales tanto los combustibles fósiles hasta concluir con un imperialismo ecológico, también se encuentran las presiones económicas por países desarrollados para abrir fronteras comerciales, sin rendirle a las mencionadas aportaciones tributo a las teorías de Mackinder o Mahan (CAIRO, 1993).

La geopolítica crítica pone de manifiesto y de forma explícita que la elaboración de imágenes que promueven la occidentalización de las culturas, estrategia utilizada en la política exterior, ello constituye en sí mismo un acto geopolítico fundamental (TAYLOR; FLINT, 2002). Por ejemplo, la conformación del espacio turístico ha sido a través del impulso del Estado con el fin

de: a) proporcionar estabilidad económica a sus ciudadanos; y b) por incrementar su Producto Interno Bruto (PIB). Por otro lado, los Estados periféricos incorporan a la actividad turística por las siguientes razones: 1) la puerta de entrada a la industrialización; 2) ayudas económicas; y 3) como contención hacia otro modo de producción.

La importancia de la configuración del espacio para crear la nueva geografía del mundo, así como las prácticas en el territorio y la cultura como el Otro espacial (Ó TUATHAIL, 1996). En este sentido, la nueva configuración del territorio es el dominio que ejerce el Estado en la práctica política (TAYLOR; FLINT, 2002). De esta manera se promueve el turismo y pone de manifiesto el uso y aprovechamiento de los recursos naturales y culturales, abandonando otras actividades económicas alternativas, en consecuencia el desarrollo desequilibrado. El Otro espacial se refiere a cómo se interpreta y describe el discurso, ejemplo de ello es la guerra contra el terrorismo, por una parte los Estados Unidos afirma que Estado Islámico (EI) pone en peligro la paz mundial, y por el otro lado, el EI pone en evidencia a los Estados Unidos como el principal país que viola los derechos humanos (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2011). En este sentido, la industrialización promovida por los Estados del centro pone de manifiesto el interés por expandir el modo de producción capitalista y para las periferias en adoptar mecanismos para industrialización rumbo al desarrollo, el Otro espacial, enmarca cómo una actividad es utilizada para el dominio imperialista y el aseguramiento de poder hegemónico.

Las políticas exteriores de los Estados centro son producto de la política mundial, que a su vez son matizadas en las prácticas de la política económica internacional (Ó TUATHAIL Y DALBY, 1998 citado en PRECIADO; UC, 2010), los intereses de las Naciones hegemónicas son de consideración porque dentro de la Economía-Mundo impulsan la política económica internacional para permanecer con el poder. Es evidente que después de la Segunda Guerra Mundial, la configuración territorial del nuevo orden estuvo a cargo de los países aliados, a fin de obtener el control por medio de la continua transformación del modo de producción, y los países periféricos debían de participar activamente dentro de la nueva hegemonía enfrentando procesos y estructuras de apropiación de los recursos y estableciendo parámetros que favorecen a las naciones con poder económico (IANNI, 2001).

El interés de realizar un análisis con fundamento en la geopolítica crítica sobre la mundialización de la

distribución y organización de la tierra, para ello se parte para señalar el camino de cómo las relaciones internacionales por medio de entes bien conformados ejercen influencias sobre la política económica. En este sentido, la visión de Wallerstein (1974) permite explicar la concepción económica actual del modo de producción capitalista. Desde esta óptica no existe ninguna ruptura con la geopolítica de carácter estratégico, ya que el interés es dar continuación para reconocer el código geopolítico y este radica en los supuestos estratégicos que elabora un gobierno sobre otros para orientar su política exterior (TAYLOR; FLINT, 2002). Dicha influencia proviene de las escuelas del pensamiento alemán donde se encuentra en el Estado organizado pretendiendo asegurar la existencia como tal, sin embargo en la configuración económica actual el imperialismo forma parte del análisis por su función de monopolizadora y aseguramiento del poder.

El turismo es una actividad económica que ha ido en crecimiento y desarrollándose en los espacios que tengan las condiciones propias, entre las que destacan los recursos naturales (PALAFOX, 2013), su actual masificación radica en el incremento del número de llegadas, las cuales no han sido interrumpidas desde 1950, donde se contabilizaron 25 millones de turistas internacionales, para 1980 fueron 278 millones, quince años más tarde se registraron 528 millones y para el 2013 se contabilizaron 1,087 millones (OMT, 2014); así mismo el territorio donde más se ha desarrollado el turismo está vinculado a los espacios costeros (Ibíd, 2013). La actividad turística por su incidencia en la economía macroeconómica está considerado como un sector de importancia por detrás del petróleo (SANCHO, 2006; MONTERROSO, 2010).

Por otra parte, el turismo cuenta con Organismos Internacionales (OI) que respaldan la incorporación de los países emergentes a la actividad económica, así la Organización de las Naciones Unidas (ONU) a través de sus agencias especializadas como: La Organización Mundial del Turismo (OMT), el FMI (Fondo Monetario Internacional), el BM (Banco Mundial), la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) son dependencias que directa o indirectamente promueven la industria del turismo (LANFANT, 1980; OSORIO, 2005; PALAFOX, 2013).

El actual sistema capitalista ha ido fortaleciéndose a través de: a) los modelos económicos que se han ido incorporando; y b) los procesos de globalización

fomentado por los países del centro (PRESTON, 1999). Las multinacionales son los principales agentes en la Economía – Mundo porque producen y comercializan en varios Estados (TAYLOR; FLINT, 2002), los países del centro ejercen presiones a las periferias para implementar modelos económicos, como el modelo neoliberal que tiene como característica el desprendimiento del Estado como inversor para que las empresas privadas sean las encargadas de hacer funcionar a la economía (Harvey, 2007), es así en el capitalismo moderno proporciona servicios públicos que demandan los ciudadanos, pero de igual manera pone en marcha políticas macroeconómicas para apoyar la economía en su territorio (Ibíd, 2002).

El turismo en la actualidad cuenta con varias actividades económicas que han sido complejas de identificar (OSORIO, 2007), las principales se encuentran desde la aviación que ha sido un pilar fundamental para su funcionamiento (MAGAÑA, 2009). El capitalismo moderno se ha caracterizado por crear monopolios dando cabida el término imperialista dentro de la Economía – Mundo, cada empresa multinacional y transnacional se ha evidenciado por una degradación social y ambiental principalmente en los Estados de la periferia.

2 EL SISTEMA – MUNDO Y LA ACTUAL ECONOMÍA – MUNDO Y EL TURISMO DESDE LA PERCEPCIÓN DE LA GEOPOLÍTICA CRÍTICA

La teoría del Sistema – Mundo desarrollada por Immanuel Wallerstein (1974) explica el funcionamiento de las relaciones sociales, políticas y económicas a lo largo de la historia del planeta tierra, dentro del Sistema – Mundo se han conformado innumerables sistemas históricos únicos, clasificándose tres tipos de entidades por su modo de producción, estas entidades o sistema de cambio son: a) el Minisistema; b) el Imperio – Mundo; y c) la Economía – Mundo (TAYLOR; FLINT, 2002).

El Minisistema es el modo de producción primario y se basa en una escasa especialización de las actividades, la producción está fundamentada en la recolección, la caza, agricultura rudimentaria y su organización consistía en el género y la edad, donde familias extensas o grupos de parentesco de tamaño reducido eran las que dominaban. Por otro lado, el Imperio – Mundo tiene modo de producción redistributivo tributario, se adoptaron diversas formas políticas donde compartían el mismo modo de

producción y existía un amplio grupo de productores agrícolas donde generaban excedentes de producción generando productores especializados como agrícolas y artesanos, la característica de este sistema era la apropiación del excedente por los administradores que eran la clase dominante burocrático militar (TAYLOR; FLINT, 2002).

La Economía – Mundo en un inicio era un sistema de cambio frágil donde el Imperio – Mundo la absorbía, una fecha relevante es la economía – mundo europea que surgió a partir de 1450 y sobrevivió llegando a dominar todo el mundo, convirtiéndose auténticamente global en torno a 1900 (WALLERSTEIN, 1974). La característica principal de la Economía – Mundo consiste en un mercado mundial único que es el capitalista (Ibíd., 2002). En este sentido, Marx (1999) evidencio que la producción se encuentra destinada al intercambio más que al uso, es decir que los productores no consumen lo que producen sino que lo intercambian en el mercado a la mejor oferta, de esta manera sólo es válida la acumulación del capital con el fin de garantizar la permanencia del sistema; los capitalistas son actores dentro del libre mercado y ejercen sus influencia obteniendo grandes ganancias en sus inversiones (WALLERSTEIN, 2000).

El turismo, es una actividad económica para la acumulación de capital (Bianchi, 2011) que necesita de los recursos naturales principalmente los paisajísticos y los culturales para convertirlos en mercancías (Palafox, 2013), la industrialización con base en el turismo comienza a mediados del siglo XX (Jiménez, 2010), tras la finalización de la Segunda Guerra Mundial y los avances tecnológicos en logística provocaron que los desplazamientos fueran más largos y en menos tiempo, aunado a la disposición del tiempo libre de los trabajadores de países industrializados y las oportunidades de realizar viajes financiadas (Sancho, 2006), es así como empiezan a aparecer destinos turísticos en el mediterráneo, en donde España supo aprovechar los atractivos paisajísticos costeros para impulsar un desarrollo en plena dictadura (BUADES, 2010).

En la Economía – Mundo convergen Estados denominados centros y periferias, los centros son las economías donde las estrategias del modo de producción capitalista son más avanzadas, las periferias se encuentran constituidas por las economías rezagadas (Rodríguez, 1993), en este sentido en el continente Americano los países del centro son: a) Canadá y los

Estados Unidos; y b) el resto de países que conforman el continente son periféricos.

Los Estados periféricos de América Latina y el Caribe (ALyC) cuentan con bastos recursos naturales para ser aprovechados, de esta forma la industrialización de los pueblos latinoamericanos comienza a mediados del siglo XX (Rodríguez, 1993; Preston, 1999), esta modernización significaba dejar de exportar productos primarios, por lo que la industria turística desplaza a las actividades propias del campo. Así, la zona del Caribe por sus antecedentes socioeconómicos dentro de la Economía – Mundo con el comercio de la caña de azúcar, algodón y esclavos, en los tiempos del nuevo orden mundial inicia la incorporación del turismo (PALAFOX; AGUILAR; ESCALERA, 2014).

Las periferias encaminaban sus políticas económicas con base en los modelos de desarrollo propuestos por el centro, destacan entre ellos: la modernización, la dependencia y el neoliberal (PRESTON, 1999). En la periferia, la industrialización comienza a mediados del decenio de 1950 (RODRÍGUEZ, 1993), mediante la implementación de una política económica en donde el Estado era promotor e inversor, al respecto México contaba con empresas denominadas paraestatales que iban desde la industria aérea, hospedaje, ferrocarriles, telecomunicaciones, entre otras (HARVEY, 2007).

El turismo en México fue adoptado por una política de Estado a fin de impulsar el sector industrial, con la cercanía territorial, los residentes norteamericanos empezaron a buscar espacios prístinos (OJEDA, 1976), sobre todo en la costa del pacífico mexicano y Acapulco comienza a atraer turistas (HIERNAUX, 2007). De la misma manera en el Caribe, Cozumel e isla Mujeres empezaron a recibir los turistas que solían viajar a Cuba, ya que en esa época los conflictos entre Estados Unidos y Cuba afectaron el destino, por lo que Norteamérica se convierte en el principal cliente de la oferta turística mexicana (JIMÉNEZ, 1993; DACHARY; ARNAIZ, 1998; HIERNAUX, 2007; CAREAGA E HIGUERA, 2010).

La incorporación del turismo requiere de dos agentes: a) el Estado; y b) la inversión privada (MONTERROSO, 2010). Al principio la asociación de la industria turística en las periferias era para contener el avance comunista (Jiménez, 1993), sin embargo el éxito de la Revolución Cubana a finales de los 50's y la ideología socialista en Sudamérica en los 60's y 70's, así como el conflicto en Centroamérica de los 80's, ponen en riesgo el sistema capitalista y la hegemonía de los Estados Unidos en el continente americano, por lo que

el Pentágono a través de la CIA se dedicaron a desestabilizar gobiernos y otorgar ayudas económicas para la estabilización (COCKCROFT, 2001; MATTELART, 2009).

Para el impulso del turismo en México, se hizo a través de préstamos provenientes de los organismos internacionales a partir de los 70's (Cárdenas, 1996), ya que a finales de los 60's comienza el proceso de planificación de los Centro Integralmente Planeados (CIP), para el cual, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) realizó un empréstito de 25 millones de dólares americanos (Careaga e Higuera, 2010; Palafox, 2013), con lo anterior, en el discurso político, México deja de ser un país subdesarrollado y establecía mecanismos sectoriales para desarrollarse (JIMÉNEZ, 1993; HIERNAUX, 2007).

Desde la perspectiva geopolítica, la zona del Caribe es un área importante para obtener seguridad y para México es la tercera frontera (ARELLANES; QCMAN, 2000), el interés de insertar actividades económicas basadas en el turismo en la zona del Caribe representaba la consolidación del sistema capitalista y una oportunidad para los capitalistas en invertir (PALAFOX; AGUILAR; ESCALERA, 2014).

Por tanto, en el Caribe empieza a notarse la llegada de multinacionales de diversos sectores, desde la transportación marítima hasta el hospedaje; en este sentido el desarrollo del turismo con base en los cruceros comienza a ser más activo en la década de los ochenta, con tres compañías multinacionales que controlan el mercado norteamericano: a) Carnival Cruise Line; b) Royal Caribbean International; y c) Princess Cruise Line, las cuales operan activamente en el Caribe (WOOD, 2000). La isla de Cozumel considerada en el sector turístico nacional como un destino tradicional (CEPAL, 2008) alberga una terminal marítima concesionada a la compañía Carnival Line Cruise (PALAFOX; ZIZUMBO, 2009).

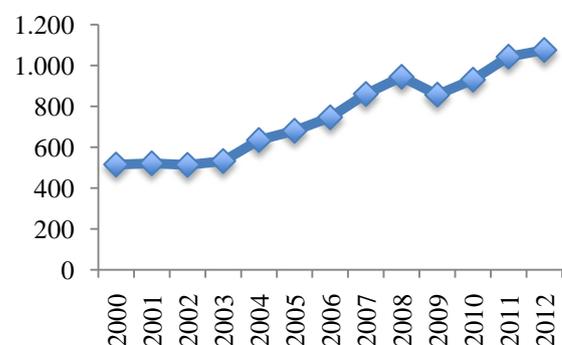
De acuerdo con Cárdenas (1996) y Bustillo y Velloso (2014), los 80's fue llamada una década perdida para las economías latinoamericanas, México fue una de las primeras en adoptar el modelo neoliberal, el cual consistía en la participación más activa de la inversión privada y el rol del Estado era generar las políticas macroeconómicas, por lo que en los 90's se comienza una serie de reformas constitucionales y venta de paraestatales (HARVEY, 2007). En la isla de Cozumel empezó a ser notable la fuerza imperialista con las transnacionales que van apropiándose de espacios sin imposición por la fuerza (CAIRO, 2009), sino por medio

de políticas de los centros a las periferias (WALLERSTEIN, 2000), dicha transformación comenzó mediante el arribo de empresas que participaran en la comercialización de piedras preciosas como el Grupo Diamond International, así como en la industria hotelera (PALAFOX; AGUILAR; ESCALERA, 2014), tales como: Presidente Intercontinental, Meliá, Occidental e Iberostar.

Al respecto, las cadenas españolas y norteamericanas predominan en el Caribe (JIMÉNEZ, 2010; PALAFOX; ZIZUMBO; ARRIAGA, 2010), los Grupos Turísticos Internacionales (GTI) interfieren en las políticas públicas regionales para obtener ventajas en el aprovechamiento del uso del suelo, siendo evidentes los problemas ambientales y sociales (BUADES; CAÑADA; GASCÓN, 2012). La crisis del año 2008 que desestabilizó la banca, así como a las inmobiliarias y a la industria automotriz norteamericana (HARVEY, 2012), no afectó al sector turística al ser el único que mostró crecimiento, por ejemplo, México creó el Fideicomiso de Infraestructura y Bienes (FIBRAS) para captar recursos en el mercado de capitales para financiar proyectos inmobiliarios de grandes dimensiones en zonas turísticas (CEPAL, 2008).

México, forma parte de la región de las Américas, categorización establecida por la OMT, en este sentido los ingresos por turismo internacional dicha región ha presentado un aumento sostenido, con excepción del año 2009. En el año 2012, la zona generó más de mil millones de dólares (OMT, 2013), a pesar de las crisis económicas, la actividad turística sigue en crecimiento y atrayendo más inversiones.

Figura No. 1: Ingresos por turismo internacional en la región de las Américas (miles de millones).



Fuente: OMT (2013).

El turismo desde el discurso político económico es una actividad que genera empleos, capta divisas, promueve el desarrollo y la estabilidad económica por su contribución a los indicadores macroeconómicos. Sin embargo, la realidad desde un panorama global y la lucha hegemónica de países del centro por obtener el poder económico, las periferias son espacios con recursos aprovechables donde su apropiación es imperante para asegurar el poder, en estos espacios comienza una concentración de los medios de producción y la constitución de monopolios, principalmente con la actividad del hospedaje y la participación de las multinacionales en varias actividades del sector, lo que permite controlar un mayor número de eslabones de la cadena de valor (BUADES; CAÑADA; GASCÓN, 2012), dando surgimiento a un imperialismo informal basado en multinacionales como extensión de los centros en la dominación de nuevos territorios (TAYLOR; FLINT, 2002; CAIRO, 2009).

3 LOS INTERESES DE PODER EN LOS ESPACIOS TURÍSTICOS DEL CARIBE MEXICANO

La geografía política se encarga de realizar estudios sobre la configuración de la tierra, es por eso que su principal interés son las instituciones políticas, este concepto es muy amplio porque puede ir desde la formación de Estados, grupos de personas o un bloque económico (TAYLOR; FLINT, 2002). Para realizar el análisis geopolítico crítico, el principal interés era el revelar la configuración económica actual, los intereses de Estados forman parte de este primer análisis, en este acercamiento las conclusiones son generales aunque el interés radica en estudiar específicamente los territorios donde se encuentra incorporado el turismo y reorganizar el espacio para la reproducción del modo de producción capitalista.

El análisis en este sentido no radica en explicar la forma en que se expanden los territorios, sin embargo, en la interpretación de la Economía – Mundo existe la forma de mantener la hegemonía por parte de los países del centro a través de la continuación del imperialismo, en la actualidad se ve la conformación de innumerables multinacionales que ejercen influencia en los espacios donde se establecen y su interés radica en la apropiación de los recursos naturales mediante el intercambio desigual (WALLERSTEIN, 2000).

Como resultado, el capitalismo en las periferias no ha logrado el desarrollo, sino continua abriendo brechas

de desigualdad (PREBISH, 1976). El modo de producción capitalista en los países desarrollados es diferente al que se despliega en la periferias, esta diferencia radica en el legado histórico, por ejemplo, los países de ALyC eran colonias, por lo que dentro de los estudios de geografía política se le denomina imperialismo formal (TAYLOR; FLINT, 2002).

Entre dichas transformaciones, el modo de producción capitalista se tornó incluyente (MONTERROSO, 2010), por medio de los OI quienes comenzaron a vincularse con las periferias y estas a su vez empezaron una serie de transformaciones y modernizar los medios de producción (MONTERROSO; ZIZUMBO, 2009). En este sentido, México inició su proceso de modernización de los medios de producción y transformación del territorio con equipamiento en infraestructura de carreteras, comunicaciones, etc. (JIMÉNEZ, 1993). En el Caribe Mexicano se comienzan a proponer políticas para incentivar la modernización del territorio, por ello la actividad económica y el Estado mexicano otorgó tierras para que el campesinado pudiera trabajarla (MONTERROSO; ZIZUMBO, 2009), pero a mediados del siglo XX la actividad primaria dejó de ser de interés y empezó adoptarse el turismo, la tierra en un principio era para la siembra, posteriormente, comenzó aprovecharse para uso de la nueva actividad de servicios (PALAFOX; ZIZUMBO, 2009), de esta manera en los 50's Cozumel e isla Mujeres empezaba a tener participación en la actividad turística (CAREAGA; HIGUERA, 2010).

En un principio el turismo en Cozumel tenía una gran participación de la localidad, el servicio de hospedaje eran proporcionado en las casas de los habitantes (Jiménez, 2010), conforme el turismo se fue intensificando, la participación de la iniciativa privada se tornó más activa, en primer orden los Grupos Turísticos Locales (GTL) iban invirtiendo en la actividad y para los años 80's se contaba con infraestructura turística local que se sumaba a la que proporcionaba el Estado; en los 90's con el modelo neoliberal en marcha, en la isla comienzan a ser evidentes las transformaciones, el capital local empieza a ser desplazado por la llegada de capitales extranjeros.

Cozumel con la globalización neoliberal y el turismo de cruceros, multinacionales en este sector comienza a tener participación activa en el desarrollo turístico y político, en este sentido, Carnival Cruise Line coloca a los turistas en la isla obteniendo participación económica de este sector, ello debilita a los grupos locales y se hace evidente en la alienación con la transnacional, ya que las

operadoras que proporcionan las actividades de recreación se encuentran respaldadas por la multinacional haciendo limitado el grupo de operadores, entendiéndose el poder de estas compañías radica en la colocación de turistas en el destino.

Estos Grupos Turísticos Internacionales (GTI) vinculados a las cadenas españolas son las que tienen mayor participación en el Caribe (BUADES, 2010), en la isla de Cozumel han desplazado a los pequeños hoteles de la localidad, así como a los establecimientos de la Riviera Maya y Cancún. Por ejemplo, el grupo Meliá Hotels International concentra aproximadamente tres mil habitaciones sólo en el Caribe Mexicano (JIMÉNEZ, 2010; BUADES, CAÑADA Y GASCÓN, 2012). Sin embargo, los GTI's también tienen presencia con las multinacionales norteamericanas como la Marriot International que pretende expandirse por medio de FIBRAS para competir con las cadenas españolas en el mismo espacio (FIBRAHOTEL, 2013). Los GTI's se han diversificado, por lo que no sólo participan en el sector turístico como empresas hoteleras sino también en el sector inmobiliario, asesoría, consultoría, agencia de viajes, restaurantes y servicios prepagados, entre las que destacan: *Carlson Hospitality Worldwide* y *Accor* (OSORIO, 2007; JIMÉNEZ, 2008; CEPAL, 2008; PALAFOX, ZIZUMBO; ARRIAGA, 2010).

Para Jiménez (2010), las cadenas hoteleras son comprendidas como actores territorializados del sistema turístico, dicha comprensión radica desde la óptica de la Economía – Mundo y las multinacionales hoteleras convertidas en GTI's que responden a la acumulación de capital, es evidente que en los destinos turísticos se encuentran diversos actores que van desde: a) los gobiernos locales, b) los grupos de interés, c) multinacionales y c) la sociedad receptora. Los GTI's ejercen influencia sobre los gobiernos locales para obtener permisos de operación, desregulación ambiental bajo la justificación de generación de empleos y desarrollo regional, la realidad es matizada en los empleos con salarios bajos con base en comisiones y propinas dejando a una sociedad en la supervivencia (BUADES; CAÑADA; GASCÓN, 2012) y crecimiento con pobreza.

4 CONCLUSIONES

Con la finalización de la Segunda Guerra Mundial los países aliados debían encontrar la forma de controlar el nuevo orden mundial, con el Plan Marshall para la reconstrucción de la Europa se incorpora a la economías

emergentes y rescatarlas del subdesarrollo, por lo que Estados Unidos dirige este nuevo orden, el cual funcionó como el mecanismo para mantener la hegemonía y renovar el modo de producción capitalista con la que se pudiera controlar la Economía – Mundo; en suma al poder militar para asegurar los tiempos de paz (MATTELART, 2009).

Los Estados Unidos utilizaron todos los mecanismos para fomentar el modo de producción capitalista, como bien en su época Marx y Engels (1980) argumentaron en el *Manifiesto Comunista*, que el modo burgués de producción introduce la civilización para hacer sociedades burguesas y forjar un mundo a su semejanza, de esta manera el centro con el modelo de desarrollo creado para las periferias estimula la industrialización, en este sentido incorporarlas al modo de producción capitalista y mantenerlas bajo el yugo del imperialismo.

Es evidente que el propio modo de producción capitalista tenga que revitalizarse y transformarse para su continuación, volviéndose leyes propias necesarias del sistema, de esta manera su intensificación y revolución hace que aparezcan nuevos mecanismos o actividades económicas, en este sentido el turismo toma importancia a mediados del siglo XX, tras el desplazamiento de otras actividades como: a) la ganadería, b) agricultura, c) pesca y d) comercio, debido al argumento en la generación de empleos, divisas y el acelerado desarrollo de infraestructura.

En la actual Economía – Mundo, el imperialismo es la forma de continuar con la hegemonía de los centros y periferias, las empresas multinacionales de los países desarrollados continúan expandiéndose y el turismo pone de manifiesto dicho quehacer a través de los GTI's, quienes principalmente participan activamente en el servicio de hospedaje pero que se han diversificado de tal forma que han monopolizado el sector turístico internacional, ejemplo de ello ha sido el crecimiento de dichos grupos, ya que sólo en Latinoamérica los GTI concentran 583,731 cuartos de hotel (PALAFOX; ZIZUMBO; ARRIAGA, 2010). Esta estrategia expansionista es replicada por las cadenas españolas, quienes tienen una sólida participación en el sector turístico mexicano, toda vez que son responsables del 43% (675 millones de dólares) de la inversión extranjera privada en diversos rubros, a saber: hoteles, desarrollos turísticos inmobiliarios y equipamiento turístico (SECTUR, 2008).

En conjunto con el incremento de viajeros y destinos turísticos el mercado turístico ha ido en

crecimiento, el Estado ha sido un promotor importante y en México un impulsor con participación dentro de la industria, con la entrada del modelo neoliberal en los 90's el país solo ha quedado como promotor y encargándose de poner las condiciones óptimas para que la inversión o capitales privados se encarguen de desarrollar la industria turística, haciendo evidente el desplazo y la falta de apoyo a los GTL's.

IBLIOGRAFÍA

- ÁLVAREZ – OSSORIO, I. El mito de la conflictividad del mundo árabe. De la época colonial a las revueltas populares, *Investigaciones Geográficas*, (55): 55 – 70. 2011.
- ARELLANES JIMÉNEZ, P. & C. QCMAN AZUCTA. La geopolítica y la política exterior de México hacia el Caribe en la década de los noventa, *Innovar*, (15): 95 – 110. 2000.
- BIANCHI, R. Tourism, capitalism and marxist political economy. En: Mosedale, J. (Ed.), *Political Economy of Tourism a Critical Perspective*, pp. 15 – 38. London: Routledge. 2011.
- BUADES, J. Geopolítica, neoliberalismo y turismo en los Países Catalanes, *Alba Sud*, (10): 2 – 18. 2011.
- BUADES, J., E. CAÑADA & GASCÓN, J. *El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces*. Madrid: Imprenta Romeu, 2012.
- BUSILLO, I. & H. VELLOSO. *La montaña rusa del financiamiento externo. El acceso de América Latina y el Caribe a los mercados internacionales de bonos desde la crisis de la deuda, 1982 – 2012*. Santiago: CEPAL. 2013.
- CAIRO CAROU, H. Elementos para una geopolítica crítica: Tradición y cambio en una disciplina maldita, *Éria*, (32): 195 – 213. 1993.
- CAIRO CAROU, H. La colonialidad y la imperialidad en el sistema – Mundo, *Viento Sur*, (100): 65 – 74. 2009.
- CADENA MONTENEGRO, J. La geopolítica y los delirios imperiales, de la expansión territorial a la conquista de mercados, *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 1 (1): 115 – 141. 2006.
- CADENA MONTENEGRO, J. La geopolítica en Sudamérica: Conflictos potenciales y efectos globales, *Investigaciones Geográficas*, (55): 113 – 133. 2011.
- CAREAGA VILIESID, L. & A. HIGUERA BONFIL. *Quintana Roo. Historia breve*. Distrito Federal: Fondo de Cultura Económica. 2010.
- CÁRDENAS, E. *La política económica en México, 1950 – 1994*. Distrito Federal: Fideicomiso Historia de las Américas – Fondo de Cultura Económica. 1996.
- CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2008.
- COCKCROFT, J. *América Latina y Estados Unidos. Historia y política país por país*. Distrito Federal: Siglo XXI Editores. 2001.
- DALBY, S. *Creating the second cold war. The discourses of politics*. London: Pinter. 1990.
- DACHARY, A. C.; ARNAIZ, S. *El Caribe mexicano. Una frontera olvidada*. Cozumel: Universidad de Quintana Roo – Fundación de Parques y Museos de Cozumel. 1998.
- FIBRAHOTEL. *Informe anual 2013*. Distrito Federal: FIBRAHOTEL. 2013.
- GIUDICE, V. Teorías geopolíticas, *Gestión en el tercer milenio*, 8 (15): 19 – 23. 2005.
- HARVEY, D. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Akal. 2007.
- HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal. 2007.
- HIERNAUX, D. Turismo en México: Modelo de masa del estatismo al mercado. En: DUTERME, B. (Ed.), *Turismo Hoy: Ganadores y perdedores, alternativas meridionales*, pp. 229 – 248. Madrid: Editorial Popular. 2007.
- IANNI, O. (2001). *Teorías de la globalización*, Distrito Federal: Siglo XXI Editores. 2001.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A. *Turismo: Estructura y desarrollo*. Distrito Federal: Mc Graw Hill, México. 1993.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A. Las cadenas hoteleras en el mundo y evolución de su operación en México al inicio del siglo XXI, *Innovar*, 18 (32): 167 – 194. 2008.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A. *Cadenas hoteleras, estrategias y territorio en el caribe mexicano*. Distrito Federal: Miguel Ángel Porrúa. 2010.
- LANFANT, M. Introducción: El turismo en el proceso de internacionalización, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 32 (1): 14 – 45. 1980.
- LE DANTEC, F. Contribución de la geopolítica crítica a la comprensión de la actual concepción de seguridad, *Revista Política y Estrategia*, (108): 71 – 82. 2007.
- MAGAÑA, I. La política turística en México desde el modelo de calidad total: Un reto de competitividad, *Economía, Sociedad y Territorio*, 9 (30): 515 – 544. 2009.
- MATTELART, A. *Un mundo vigilado*. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica. 2009.
- MARX, C. *El capital. Crítica de la economía política*. Distrito Federal: Fondo de Cultura Económica. 1999.
- MARX, C., & F. ENGELS (1980). *Obras escogidas*. Moscú: Editorial Progreso, 1980.
- MONTERROSO SALVATIERRA, N. “La nueva ruralidad: Un paradigma para la domesticación del turismo rural en América Latina”, Monterroso, N. y Z. Villarreal (Ed.), *Contra la domesticación del turismo, los laberintos del turismo rural*, pp. 75 – 104. Distrito Federal: Miguel Ángel Porrúa. 2010.
- MONTERROSO SALVATIERRA, N., & L. ZIZUMBO VILLARREAL. La reconfiguración neoliberal de los ámbitos rurales a partir del turismo: ¿Avance o retroceso?, *Convergencia*, (50): 133 – 164. 2009.
- OMT. *Turismo en las Américas*. Madrid: Organización Mundial del Turismo. 2013.
- OMT. *Panorama OMT del turismo internacional*. Madrid: Organización Mundial del Turismo. 2014.
- OJEDA, M. *Alcances y límites de la política exterior de México*. Distrito Federal: El Colegio de México. 1976.

- OSORIO GARCÍA, M. Hacia la construcción del objeto de estudio del turismo desde la perspectiva materialista crítica, *Pasos*, 3 (1): 41–62. 2005.
- OSORIO GARCÍA, M. El carácter social del turismo: Un análisis sistémico sobre su complejidad, *Estudios y Perspectivas de Turismo*, 16 (4): 464–492. 2007.
- Ó TUATHAIL, G. *Critical geopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1996.
- Ó TUATHAIL, G., & S. DALBY. *Rethinking geopolitics*. Nueva York: Routledge. 1998.
- PALAFIX MUÑOZ, A. El turismo como eje de acumulación, *Nómadas*, Numero Especial: América Latina, 161 – 174. 2013.
- PALAFIX MUÑOZ, A. & L. ZIZUMBO VILLARREAL. Distribución territorial y turismo en Cozumel, Estado de Quintana Roo, México, *Gestión Turística*, (11): 69–88. 2009.
- PALAFIX MUÑOZ, A., A. AGUILAR AGUILAR & A. ESCALERA BRICEÑO. El turismo de cruceros en la región del Caribe, *Revista Iberoamericana de Turismo*, 4, (2): 40–53. 2014.
- PALAFIX MUÑOZ, A., L. ZIZUMBO VILLARREAL & E. ARRIAGA ÁLVAREZ. El turismo como eje de acumulación: Caso del sector hotelero en México, *Multiciencias*, 10, (2): 193–201. 2010.
- PREBISCH, R. Crítica al capitalismo periférico, *Revista de la CEPAL*, (1): 7–74. 1976.
- PRECIADO CORONADO, J. & P. UC. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional, *Geopolítica (s)*, 1 (1): 65–94. 2010.
- PRESTON, P. *Una introducción a la teoría del desarrollo*. Distrito Federal: Siglo XXI Editores. 1999.
- ROSALES ARIZA, G. *Geopolítica y geoestratégica, liderazgo y poder: ensayos*, Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada. 2005.
- RODRÍGUEZ, O. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, México. 1993.
- SANCHO, A. *Introducción al turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo, España. 2006.
- SECTUR. *La inversión turística privada en México 2008*, Distrito Federal: Secretaría de Turismo. 2009.
- TAYLOR, P. & C. FLINT. *Geografía política. Economía – Mundo, Estado – Nación y Localidad*. Madrid: Trama. 2002.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial I. La agricultura capitalista y los orígenes de la Economía – Mundo europea en el siglo XVI*. Distrito Federal: Siglo XXI Editores. 1974.
- WALLERSTEIN, I. Dilemas del capitalismo contemporáneo, las ciencias sociales y la geopolítica del siglo XXI, *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, 5 (10): 39 – 60. 2000.
- WOOD, R. Caribbean cruise tourism, globalization at sea, *Annals of Tourism Research*, 27 (2): 345 – 370. 2000.

LOS CENTROS INTEGRALMENTE PLANEADOS (CIP'S) EN MÉXICO.

Marco Tulio Inda¹Arturo Santamaría Gómez²

Resumen: Según Benseny (2007) los CIP's son polos de desarrollo turísticos proyectados a mediano y largo plazo, que se establecieron en territorios de la República Mexicana considerados marginales. Estos centros, se propusieron por primera vez en 1969 y tenían el objetivo de activar la economía de esas regiones, que hasta ese momento, eran improductivas o de poca producción económica y que por si fuera poco, no contaban con alternativas reales para su desarrollo. En el caso de los CIP's, las primeras inversiones fueron realizadas por el Estado, mediante la adquisición y promoción del territorio, hasta la construcción de los primeros hoteles y el subsidio de asientos de avión, cuando la ocupación de éstos fue rebasada entonces la inversión privada se sumó al desarrollo de los proyectos.

Palabras clave: Centros Integralmente Planeados/CIP. México. Turismo.

OS CENTROS INTEGRALMENTE PLANEJADOS (CIP's) NO MÉXICO

Resumen: Segundo Benseny (2007) os CIP's são pólos de desenvolvimento turístico, a médio e longo prazo, que se estabeleceram em territórios da República Mexicana considerados marginais. Estes centros foram propostos pela primeira vez em 1969 e eram destinados a impulsionar a economia destas regiões, que até então, eram improdutivas ou de baixo produção econômica, e se isso não fosse suficiente, não contavam com alternativas reais de desenvolvimento. No caso dos CIP's os primeiros investimentos foram feitos pelo Estado, através da aquisição e promoção do território, até a construção dos hotéis e subsidios a assentos de avião, quando sua ocupação foi excedida então pelo investimento privado que se somou ao desenvolvimento desses projetos.

Palavras chave: Centros Integralmente Planeados/CIP. México. Turismo.

THE INTEGRALLY PLANED CENTERS (IPC's) IN MÉXICO

Summary: According Benseny (2007) The clips are projected poles of tourist development in the medium and long term, who settled in territories of Mexico considered marginal. These centers, first proposed in 1969 and were intended to boost the economy of these regions, which until then, were unproductive or low economic output and if that were not enough, did not have real alternatives for development. In the case of CIP's, the first investments were made by the State, through the acquisition and promotion of the territory, to the construction of the first hotels and airline seats subsidy, when the occupation of these was exceeded then the It joined the private investment project development.

Keywords: Integrally Planned / CIP Centers. Mexico. Tourism.



Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

¹ Marco Tulio Inda. Maestro en Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma de Sinaloa y yo soy Investigador de la Universidad Tecnológica de Escuinapa, Sinaloa.

² Arturo Santamaría Gómez.. Dr. en Sociología por la UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), profesor e investigador de la Universidad Autónoma de Sinaloa desde 1982. autor de "El Nacimiento del turismo en Mazatlán" (1922-1972) "Del alba al anochecer. El desarrollo del turismo en mazatlán (1972-2004). "Estudio comparado de playas: Cancún, Acapulco, Los cabos y Mazatlán" y de nueve libros más sobre migración mexicana a estados Unidos. la obra más reciente es: "Inmigrantes y empresarios de Estados Unidos en Mazatlán" (2012).

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 20 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 15 de dezembro, 2015.

Received on november 20, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 15, 2015.

LOS INICIOS

Durante el Gobierno de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) y más específicamente en 1969, cuando ya se empezaban a manifestar los primeros síntomas del agotamiento del modelo económico desarrollista, que se había iniciado en 1934 con Lázaro Cárdenas, y con ello el envejecimiento de los destinos turísticos tradicionales, como Veracruz, La Paz y, sobre todo, Acapulco y Mazatlán, funcionarios del Banco de México, se plantearon la necesidad de construir proyectos de sol y playa siguiendo un nuevo modelo, al que llamaron Centros Integralmente Planificados. Al ver las fuertes limitaciones que presentaban en aquella época los centros tradicionales costeros, debido a su limitada oferta de productos turísticos y a los daños que ocasionaban en el entorno social y ambiental después de tres décadas de crecimiento, el gobierno mexicano intentó realizar cambios importantes con el objetivo de lograr una mayor competitividad en el turismo internacional. Para ello, el Banco de México desempeñó una labor fundamental realizando múltiples investigaciones, buscando encontrar nuevas formas y lugares para la creación de desarrollos turísticos, sin las limitaciones que presentaban los centros tradicionales.

Una vez que los CIP's iniciaron su despegue turístico, el Estado continuó invirtiendo en infraestructura urbana (aeropuertos, puertos, carreteras, marinas, fraccionamientos, agua potable, alcantarillado, energía eléctrica, etc.) y en la medida en que creció la población en estos destinos, aumentó el gasto para abastecer la demanda de sus servicios. Esto por lo tanto, terminó por convertir al Estado en el único socio sin beneficios directos en el desarrollo de los proyectos (Villaseñor Palacios, 2012: 140).

La teoría económica desarrollista, cuyo principal teórico en el siglo XIX fue Federico List, planteaba ante las tesis neoclásicas de Adam Smith y David Ricardo, que el Estado debía intervenir en el desarrollo económico de las naciones a través de la industrialización y el proteccionismo frente a sociedades más avanzadas. Esta propuesta fue adoptada en México para impulsar su desarrollo a partir del sexenio cardenista (1934-1940) y logró sobrevivir en la década de los setentas cuando surge FONATUR en 1974, es por eso que el Estado, a través de esa institución va a impulsar el turismo

en mayor escala aunque en un contexto internacional donde organismos internacionales como el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo van a influir cada vez más en las definiciones económicas de México y otros países latinoamericanos y del Tercer Mundo, incluyendo las turísticas. De hecho, es a través del turismo que el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo empiezan a incidir más claramente en las políticas económicas de México.

Los funcionarios del Banco de México que originalmente promovieron los primeros CIP's, como Antonio Enríquez Savinac y Pedro Dondé, economistas graduados en Harvard, no abandonaron del todo las tesis desarrollistas pero ya impulsaban una mayor participación de las empresas privadas en la definición de los nuevos destinos turísticos de sol y playa, poniendo al día las propuestas de Adam Smith y David Ricardo. El hecho de estos funcionarios trabajaran bajo las órdenes de Antonio Ortíz Mena, a quien se considera el padre de los neoliberales mexicanos, provocó que el Presidente Luís Echeverría Álvarez (1970-1976) se opusiera en un primer momento a apoyar la construcción de Cancún, el primer CIP, el cual había sido aprobado por Díaz Ordaz (1964-1970), el anterior titular del Poder Ejecutivo Federal (Vega Campos, 2009:18). Echeverría pensaba que Cancún era un proyecto de Ortíz Mena que se oponía a su filosofía de gobierno; "se quiere construir un coto de poder para los ricos", decía. Luís Echeverría y López Portillo (1976-1982) fueron los dos últimos mandatarios que encabezaron políticas económicas fuertemente estatistas bajo el régimen del PRI.

Donde argumentaba que "gracias al turismo, destinos tradicionales como Hawai generaban dividendos en forma inaudita. Marruecos, el Pacífico Sur y el Lejano Oriente adquirían prestigio, y Florida se había desarrollado casi en su totalidad como una entidad turística. Jamaica, Barbados y Puerto Rico no se quedaban atrás"(Vega Campos, 2009:18). Ante un dólar sobrevaluado, las importaciones superaban a las exportaciones y el déficit se cubría con crédito externo, había que buscar una nueva y poderosa fuente de divisas, la cual, se propuso, sería el turismo. En este ramo México solo crecía al 12% anual mientras que la Cuenca del Pacífico lo hacía al 46%.

En este contexto, Fernández Hurtado, gerente de la División Internacional del Banco de México, le encargó a Antonio Enríquez Savinac en 1969, que emprendiera estudios sobre Hawái, Florida y el Caribe para el proyecto de Cancún, y donde los completó estudiando las preferencias turísticas del mercado estadounidense. Miguel de la Madrid Hurtado, Director de Crédito de la Secretaría de Hacienda, quien llegaría a ser Presidente de la República en 1982-1988, convenció a Echeverría de que los CIP's eran proyectos convenientes para el país.

El Banco Mundial en sus inicios no simpatizaba con los CIP's. Cuando se le solicitaron fondos en 1969 para Cancún los negó, fue de esa manera que la Secretaría de Hacienda los tramitó ante el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y obtuvo 20 millones de dólares. Esta misma secretaria era la titular de terrenos en Cancún y se los vendió a FONATUR, la cual, posteriormente adquirió otras propiedades a particulares. Siete mil hectáreas de tierra firme se adquirieron con rapidez pero hubo problemas con tres terratenientes que esperaron hasta 1984, ya convertido Cancún en un destino internacionalmente reconocido, para vender a precios muy altos.

Cancún presentó enormes desafíos ambientales y topográficos. Para poder emprender las obras se rellenó la laguna con arena de playa para ensanchar la isla de 50 a 250 y 300 metros. De 11 mil hectáreas más de 4 mil estaban cubiertas por agua, por lo que fueron dragadas y rellenadas. Y es que el 80% de la superficie era parte del sistema lagunar Nichupté. Esto empezó a ser sepultado para construir la primera etapa del proyecto que consistió en la construcción de los servicios básicos, un aeropuerto internacional, nueve hoteles, un campo de golf, un embarcadero y un centro de convenciones. A lo cual se agregaba la zona urbana donde se alojaría la población permanente y personal de FONATUR, así como las zonas comerciales, vialidades, parques, mercados, escuelas, etc. La construcción se definió en 1972 y empezó a operar en 1974.

El organismo que se encargó de construir y diseñar los CIP's fue FONATUR, creado el 28 de enero de 1974 durante el sexenio del Presidente Luis Echeverría Álvarez, con base en la Ley Federal de Fomento al Turismo expedida en ese mismo año. Este organismo

nace directamente de FOGATUR (Fondo para la Promoción de la Infraestructura Turística), el cual estaba alojado en Nacional Financiera, otro organismo público. El primer director de FONATUR fue Enríquez Savinac.

Fernández Hurtado, influido por las tesis de los polos de desarrollo, decía para Cancún: "planear la creación de un polo de desarrollo regional, generar empleo y divisas, era la mejor opción" (Vega Campos, 2009:27). A lo que agregaba: "la balanza de pagos y las exportaciones crecían poco, por lo que el turismo era la única fuente que podía dar solución a los problemas que ya empezaban a generarse en el país". En esas circunstancias se fusionan, en 1974 INFRATUR y FOGATUR para dar nacimiento a FONATUR, fideicomiso del Gobierno Federal.

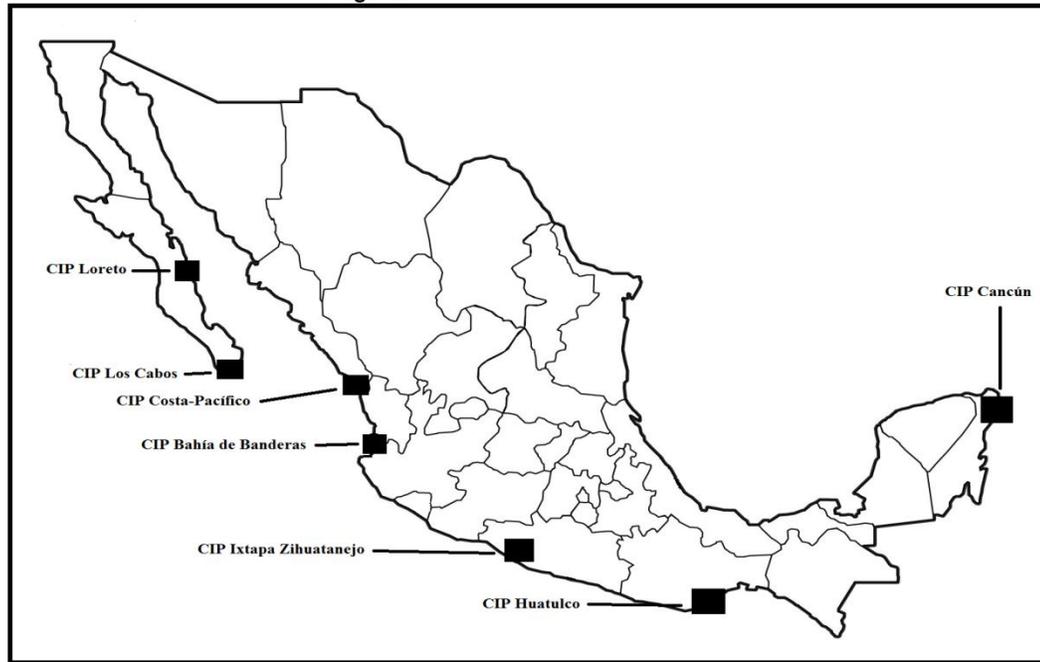
Las principales funciones de FONATUR fueron: elaborar estudios y proyectos, ejecutar obras de infraestructura y de urbanización y realizar edificaciones e instalaciones turísticas, dotar y promover el equipamiento urbano en centros turísticos; adquirir, operar, administrar, mantener, fraccionar, vender o arrendar bienes inmuebles turísticos; construir empresas dedicadas a la actividad turística y gestionar, obtener y otorgar financiamiento para el fomento y desarrollo de la actividad turística (GARCÍA VILLA, 1992, p. 22).

Por lo tanto, fue este organismo quien realizó y puso en marcha los planes de desarrollo para construir los CIP's, en los cuales se planteó el aprovechamiento y protección de los recursos que albergaban los territorios, además de buscar el mejoramiento de la calidad de vida de la población en donde se establecerían, ofreciendo al turista no solamente sol y playa, sino la riqueza cultural de la región. Es así como en el año de 1974, FONATUR inicia el proceso de construcción de los primeros CIP's en Cancún Quintana Roo e Ixtapa Zihuatanejo Guerrero. En 1976 continúa en Los Cabos, Baja California Sur, luego en los ochenta en Huatulco, Oaxaca, y Loreto de nueva cuenta en Baja California Sur. Posteriormente, en los años de 2004 y 2009 en Bahía de Banderas, Nayarit, Escuinapa Sinaloa, y Costa Lora, Tamaulipas, respectivamente. Los dos últimos cabe mencionar que actualmente se encuentran en un proceso inicial de desarrollo (CREST, 2012: 53). A continuación, la imagen 2 muestra

gráficamente los territorios de la República mexicana en donde se establecieron.

de los asientos a las líneas aéreas y a los inversionistas extranjeros se les vendieron muy baratos los terrenos.

Imagen 2. Ubicación de los CIP's en México.



Fuente: elaboración propia con base en López Guevara, 2010

De enero a agosto de 2011, FONATUR realizó una inversión de 226.3 millones de pesos con el objetivo de implementar mejoras en la infraestructura y el desarrollo de los CIP's, los cuales fueron distribuidos de la siguiente forma: Cancún 41.3 millones, Ixtapa 38.8 millones, Huatulco 69.4 millones, Los Cabos 16.1 millones y finalmente a Loreto le fueron otorgados 60.7 millones (SEGOB, 291: 2012). En Cancún, poco después de haberse iniciado el proyecto con financiamiento del BID arribaron capitales de los banqueros más importantes de México en aquella etapa: Manuel Espinoza Iglesias (Bancomer), Agustín Legorreta (Banamex) y Aníbal de Iturbide (Banco Comercial Mexicano), con 10 millones de pesos cada uno y FONATUR financió a dos hoteles de cinco estrellas: Camino Real y Cancún Caribe. Los hoteleros, recuerdan los primeros promotores de Cancún no querían invertir, "¿qué tal si no funciona?". FONATUR comprometió el precio de los terrenos a cero si a la terminación de los hoteles no se tenían listos los servicios de agua, drenaje, luz y aeropuerto. Pero, además, para garantizar vuelos constantes de Miami a Cancún, el Fondo pagaba el 60%

Los apoyos políticos también fueron muy importantes porque el BID, por ejemplo, llevó su convención de 1976 al primer CIP mexicano, lo cual abrió los ojos de muchos inversionistas nacionales y extranjeros. Una muestra del crecimiento económico de Cancún es que ese mismo año, la recaudación fiscal fue de 80 millones de dólares, el doble de la inversión inicial.

Cancún no avanzó mucho durante el sexenio de López Portillo (1976-1982), pero en el de Miguel de la Madrid, quien había sido uno de sus impulsores desde una dirección de la Secretaría de Hacienda, y con Antonio Enríquez Savinac, en la Secretaría de Turismo, el cual había sido la cabeza del proyecto del CIP, empezaron a fluir las inversiones extranjeras, gracias al uso de los *swaps*, instrumentos financieros del Gobierno Federal para pagar deuda. Así fue como llegaron Meliá, Oasis y Marriott. Este crecimiento, sin embargo, fue a costa de grandes errores, se estaba arrasando con las características naturales de la localidad. Enrique del Val, director de FONATUR en 1989, dice "que se estaba vendiendo todo. Se construyó incluso en las dunas, cuando se suponía que éstas eran un escudo para que

los huracanes no pegaran tanto” (VEGA CAMPOS, 2009, p. 65).

Posteriormente, el uso de la técnica comercial del “todo incluido” atrajo el turismo masivo, creció enormemente la ciudad, disminuyó el turismo de alto poder adquisitivo, y aumentaron los problemas sociales y ambientales. A pesar de ello, Cancún siguió creciendo hasta convertirse en el más importante destino turístico de México. Lo cual en 2015 lo seguía siendo.

Ixtapa, al igual que Cancún, fue contemplado desde 1969 como un territorio para construir un CIP. En 1973, con el apoyo financiero del Banco Mundial, se expropiaron 2,017 hectáreas para su desarrollo. En 1975 ya se habían construido los hoteles de cinco estrellas Presidente y Aristos y el campo de golf. A diferencia de Cancún estaba más poblado y tenía una experiencia turística, aunque marginal, desde 1946. Los cambios en los gobiernos federales, en la SECTUR y FONATUR detuvieron su crecimiento y su consolidación por lo que dejó de ser un atractivo internacional limitándose al mercado nacional de clase media.

San José del Cabo inicia su despegue en 1974, cuando Cancún e Ixtapa ya están en marcha. Ese mismo año se había aprobado un crédito semilla de 50 millones de dólares tanto para San José como Loreto, en la misma Baja California Sur. Ambos se pensaron como destinos de alta calidad y baja densidad, con hoteles de 5 estrellas y Gran Turismo. No se quería que hubiera hoteles de más de 4 pisos. Se pretendían, dicen sus impulsores, destinos glamurosos. Al igual que Ixtapa, en Los Cabos, tanto San José como San Lucas, ya había antecedentes de turismo rústico. Lo sorprendente es que, en sus inicios, FONATUR invertía en San José pero no en Cabo San Lucas, donde lo hacían particulares. Con el tiempo el segundo se desarrollaría más que el primero, pero entre ambos se convertirían en el segundo CIP más exitoso e importante del país. Al igual que con Cancún, los *swaps* contribuyeron a que, a partir de 1989, fluyeran las inversiones extranjeras a los Cabos. Este destino mantuvo por más tiempo que Cancún la característica de atraer principalmente turismo de altos ingresos, pero las estrategias comerciales del todo incluido y el tiempo compartido lo empezaron a masificar, y con ello vivo un crecimiento demográfico

impresionante que entró en crisis en 2014, cuando el huracán Odile devastó a las dos ciudades y generó una crisis de violencia y saqueo pocas veces visto en el país.

Loreto, también en Baja California Sur, fue en sus orígenes, un proyecto del presidente Luís Echeverría; es decir, FONATUR no lo tenía en sus planes. Lo empezó a ser cuando el primer mandatario, no se sabe si por intereses personales o institucionales, hizo un trueque con Bernardo Quintana, principal accionista de Ingenieros Civiles Asociados (ICA): 700 hectáreas en Nopoló, Loreto, a cambio de terrenos en Cancún. Las tierras de este lugar, 3,522 hectáreas, originalmente ejidales, fueron “regularizadas” por el gobierno mexicano no sin resistencia de los lugareños, como también sucedió en Huatulco e Ixtapa. En 1976 se construyeron 5 hoteles con 138 cuartos y se recibieron 12,300 turistas, en su gran mayoría extranjeros. Pero el buen inicio no tuvo continuidad. Loreto se estancó, en gran medida por falta de conectividad. “No hay vuelos porque no hay hoteles, y no hay hoteles porque no hay vuelos”, concluyó uno de los directores de FONATUR-Loreto.

Huatulco fue una prioridad para Enríquez Savinac, el primer director general de FONATUR, pero fue uno de los proyectos que enfrentó mayores dificultades desde sus inicios: escasas vías de comunicación, problemas comunales, resistencia al cambio de los locales y de sus autoridades que no querían un uso distinto de sus 21 mil hectáreas de tierra. Incluso el director del FONATUR local se enfrentó al Gobernador de Oaxaca, Eladio Ramírez y le derribó una propiedad en la zona de desarrollo. Las tierras fueron expropiadas con financiamiento del BID. A los comuneros se les pagó de tres formas: con tres tipos de lotes, concesiones para instalar negocios y dinero en efectivo. En 1987 se inauguró el aeropuerto internacional con tres vuelos a la semana de Mexicana de Aviación y se construyó una zona habitacional de 300 viviendas. FONATUR financió los primeros hoteles y pagó a las aerolíneas el 50% de los vuelos, agilizó los trámites para la llegada de los inversionistas y ofreció facilidades de financiamiento. Así llegaron los hoteles Sheraton y Club Med. En Huatulco año tras año se presentaban litigios con los comuneros. Las dos anteriores cadenas se retiraron en 2002 pero sus unidades fueron adquiridas por Barceló y Las Brisas, al

mismo tiempo que se retiraban varios vuelos comerciales. Incluso problemas como la aparición de grupos guerrilleros en los alrededores hicieron más complicado el escenario de Huatulco. En los noventa había una fuerte inversión, pocos rendimientos y la ausencia de cadenas internacionales. En 2005 este CIP ya poseía 2,500 cuartos de hotel, pero seguía siendo una gran promesa turística, como en 2015 lo seguía haciendo.

La decisión del Director de FONATUR-Huatulco, Kemil Assad Riz, de enfrentar al Gobernador Ramírez López, durante el sexenio de Miguel de la Madrid, confirmó la idea de que los titulares de esa institución promotora del turismo en México se comportaban como verdaderos virreyes, es decir, como funcionarios con todos los poderes, legales y no legales, que dejaban de lado los intereses locales tanto particulares como públicos. Y es que, decía Fernando Rivera Álvarez, director de FOANTUR-San José en sus primeros años, "había que hacer las cosas a como diera lugar" (Vega Campos, 2009: 145). Y sí había mucho de eso porque los proyectos de FONATUR son verticales y centralistas, no se toma en cuenta la opinión de los actores locales, salvo cuando hay resistencia y/o movilización social. Siendo así las cosas, los directores de las diferentes sedes de esta dependencia no rinden cuentas ni a alcaldes ni a gobernadores sino a sus directores generales, al Secretario de Turismo y al Presidente de la República

De los cinco primeros proyectos, solo dos han tenido pleno éxito económico: Cancún y el corredor Cabo San Lucas y San José del Cabo, otros dos: Ixtapa y Huatulco funcionan medianamente y Loreto nunca se consolidó. Sin embargo, los dos primeros son los destinos de sol y playa más importantes de México. Al respecto, se pueden observar los siguientes indicadores presentados por FONATUR (2012)³: 2 de cada 5 cuartos de hotel ubicados en las costas litorales mexicanas pertenece a los CIP's; estos proyectos de desarrollo captan a 1 de cada 5 turistas internacionales que visitan el país; 44 centavos de cada dólar que entra a México por turismo se genera a través de los CIP's; poseen el 18% de los hoteles de cinco estrellas y categoría especial; el 54% de las divisas gastadas en México por los visitantes se efectuó en éstos; y en 2012 generaron 172 000 empleos, 51 000 directos y 121 000 indirectos.

Loreto, Huatulco e Ixtapa, revelan la ausencia de una real planeación socioeconómica y comercial. De igual manera la inexistencia de un estudio de impacto ambiental limitó extraordinariamente sus posibilidades de desarrollo. "En Huatulco se hablaba de 20,000 cuartos y hay 3,000; en Ixtapa, 10,000 y operan 6,000; mientras que en Loreto se estimaron 1,100 y hoy existen 600", declaró Francisco Madrid, director de la Escuela de Administración Turística de la Universidad Anáhuac a la revista *Expansión*(<http://www.cnnexpansion.com/expansion/2012/05/10/la-nueva-playa-fantasma>).

2 REPERCUSIONES SOCIALES, ECONÓMICAS Y AMBIENTALES PROVOCADAS POR LOS CIP'S EN MÉXICO

Es un hecho que todos esos cuidados y beneficios que se plasmaban en cada uno de los planes de desarrollo no se cumplieron cabalmente, y al igual que los centros turísticos tradicionales, los CIP's causaron la eliminación de una gran cantidad de ecosistemas y desencadenaron fuertes problemas sociales (precarización del empleo, anarquía en la expansión urbana, aumento de la delincuencia, altas tasas de migración, tráfico de drogas y prostitución) en los territorios donde se establecieron. A pesar de que el Estado, por medio de FONATUR, se encargó del desarrollo de los CIP's, no se respetaron las normas estipuladas en los planes, por lo que resultaron beneficiados solamente unos cuantas personas, entre los que destacan grupos de poder que se enriquecieron mediante la especulación en la venta de terrenos (Villaseñor Palacios, 2012: 141). Sin embargo, debe mencionarse que son numerosos los problemas de estos modelos, los cuales impiden el desarrollo integral de los territorios.

Los diversos estudios específicos realizados sobre los CIP's, arrojan resultados no del todo favorables. El problema más recurrente de los CIP's, según el balance de Miguel Gómez Montt, director de FONATUR durante los primeros años del sexenio de Felipe Calderón (2006-2012), ha sido la propiedad de la tierra, la descoordinación de las diferentes oficinas de la dependencia y la falta de sustentabilidad financiera.

Sobre este último punto, una auditoría que llevó a cabo en 2011 la Auditoría Superior de la Federación (ASF) a los recursos entregados a FONATUR y que se invirtieron en el CIP-Playa Espíritu, en Escuinapa, Sinaloa, descubrió que la contratación de créditos por parte del Fondo había sido tan poco responsable que el proyecto se quedó temporalmente sin liquidez y solvencia financiera. No había cumplido con las disposiciones normativas aplicables a la gestión financiera del CIP Playa Espíritu se había proyectado para que fuera financiado con recursos crediticios por mil 343.3 millones de pesos que serían garantizados por la venta de terrenos del desarrollo. El 15 de enero de 2009, dice el reportaje de Nelda Ortega, publicado en el semanario *Ríodoce*, "FONATUR celebró un Contrato de Asociación en Participación (A en P) con Banobras[...] por mil 212 millones de pesos para adquirir lotes de terreno por 2 mil 381 hectáreas, en un proyecto a 25 años"[...]. "Debido a las condiciones desventajosas del contrato, FONATUR pagó 604 millones 470 mil pesos del 15 de enero de 2009 al 15 de julio de 2011, lo que representó un 50 por ciento del capital contraído. A causa de esta mala decisión, la ASF solicitó una investigación y sanciones a quienes hayan autorizado que se celebrara ese contrato crediticio".

Héctor Gómez Barraza, director de FONATUR a partir de diciembre de 2012, se encontró que las finanzas de esta dependencia tenían una deuda de 4 mil 462 millones de pesos, que había iniciado con un préstamo de mil 212 millones de pesos para pagar el Rancho Las Cabras, donde se construye el CIP-PE. Tal deuda provocó la insolvencia económica de FONATUR (periódico Eje Central, 29 de octubre de 2014)

Esta serie de graves irregularidades a lo largo de 2009, 2010 y 2011 fue uno de los factores que influyeron de manera decisiva para que el proyecto del CIP-PE no despegara tal y como se había planeado.

Así que, a pesar de las fuertes inversiones que han llevado a las regiones donde se han instalado los CIP, también han desatado fuertes conflictos sociales y ambientales en los territorios, así como denuncias de malos manejos. Esto en gran parte se debe a que los CIP's se desarrollan bajo modelos de políticas centralistas, que no consideran las características

particulares de los territorios, como son: cultura e identidad, recursos naturales y los intereses y necesidades reales de las poblaciones en donde se establecen.

Por ejemplo, un estudio realizado por Villaseñor Palacios (2012) sobre el CIP Cancún, revela que durante su desarrollo no se respetaron las zonas de reserva y áreas verdes establecidas en el plan de desarrollo inicial. De la misma forma, a la par del crecimiento de este megadesarrollo (en 1972 solo lo habitan decenas de personas y para 1975 ya lo hacían 25 mil) se formó una sociedad asimétrica con zonas marginadas como la colonia Puerto Juárez, la cual es habitada principalmente por inmigrantes que son atraídos por la oferta laboral que genera este puerto turístico. Cabe mencionar, que esta zona carece de planeación urbana y en ella habitan hacinadas 600,000 personas que representan el 70% de la población de Cancún, y como es de esperarse no cuenta con áreas verdes y deportivas, ni mucho menos con un buen servicio de transporte, todo ello ha contribuido a la formación de grupos delictivos en la colonia Puerto Juárez.

De la misma forma, Brenner (1999) señala que el CIP Ixtapa Zihuatanejo durante todo su proceso de desarrollo mantuvo una intensa migración, esto hizo que la población de este territorio pasara de 4,879 habitantes que se registraron en 1970 a 55,780 para el año de 1995. Evidentemente, lo anterior trajo como consecuencia deficiencias en el desarrollo urbano de la localidad, provocando severos conflictos sociales, económicos y ecológicos que actualmente están afectando la calidad de vida de la población. Entre los principales conflictos que se presentan son: el consumo excesivo de agua de parte de la hotelería, la transformación de paisajes naturales, empleos mal remunerados y carentes de estabilidad, bajo porcentaje de incorporación de la población local en el mercado laboral y también la nula participación de ésta en las políticas de planeación y desarrollo de este megaproyecto turístico.

En el caso del CIP Los Cabos, un estudio realizado por Ibáñez Pérez (2011) establece que el territorio que comprende este megadesarrollo turístico ha sufrido graves daños ecológicos, sobre todo en lo que respecta

a la sobreexplotación y salinización de los mantos acuíferos, contaminación de suelos y aire, pérdida de flora y fauna nativa. Cabe mencionar, que Baja California es un estado con una enorme riqueza biológica, la cual es reconocida a nivel mundial, sin embargo, esto no ha sido suficiente para evitar su deterioro. En lo que respecta al aspecto social, en ciudades como San José del Cabo el incremento de la actividad turística también trajo consigo la agudización de problemas sociales como: drogadicción, prostitución e inseguridad.

Por otro lado, de acuerdo con Mendoza Ontiveros *et al* (2011) en el CIP Huatulco, la población local tiene una percepción negativa acerca de los efectos que ha causado el turismo en su territorio. En dicho estudio, se observa como la mayoría de la población manifiesta su inconformidad debido a que no fue tomada en cuenta durante la planificación e implementación de este polo de desarrollo turístico y además, argumenta que los salarios y condiciones laborales que les ofrece esta actividad productiva son verdaderamente deficientes. Por otro lado, también perciben que con el crecimiento

De la misma forma ha pasado con el CIP Nayarit, ubicado en el municipio de Bahía de Banderas; en el cuál, de acuerdo con un estudio realizado por Marín Guardado (2009), se produjo el desplazamiento de la población nativa, graves daños y destrucción en los ecosistemas, así como el aumento de los cinturones de miseria de la población.

Conforme a esto, el director de Tecnología y Cambio Climático del Instituto Mexicano para la Competitividad (IMCO) declaró en la prensa en agosto de 2013 que: *“el modelo de los Centros Integralmente Planeados ha quedado fuera de las tendencias mundiales del turismo, donde el valor principal en la actualidad es la búsqueda de experiencias y la interacción con la naturaleza y la población local”* (Rodrigo Gallegos, 2013).

3 EL CENTRO INTEGRALMENTE PLANEADO PLAYA ESPÍRITU (CIP-PE).

3.1 Los inicios del CIP-PE

Imagen 3. Sectores urbanos proyectados en el CIP-CP.



Fuente:(FONATUR, 2008: 13).

del turismo también ha aumentado sustancialmente el tráfico vehicular, el ruido y la basura en su comunidad.

En el año 2007 empezaban a circular públicamente las primeras notas sobre el entonces llamado Centro

Integralmente Planeado Costa-Pacífico (CIP-PE), sin embargo sería hasta en septiembre del 2008, en el marco de la Expo Mexicana de Inversión Inmobiliaria Turística, celebrada en Acapulco, México, cuando el Gobierno Federal anunció oficialmente su creación. El proyecto además quedaba plasmado en el Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012 y en el Programa Sectorial de Turismo del mismo periodo, teniendo como primer objetivo llegar a ser un polo turístico de impacto nacional e internacional (Ramírez-Zavala *et al*, 2012: 138). El predio en donde se decidió desarrollar el nuevo CIP fue comprado por FONATUR al exgobernador de Sinaloa Antonio Toledo Corro en 1,200 millones de pesos, con el cual ya se tenían negociaciones al respecto precisamente desde 2007 (Contreras y Luján, 2008).

Las características físicas y urbanísticas presentadas inicialmente por FONATUR sobre del CIP-CP y la forma en que este organismo comenzaba a proceder en su desarrollo, generó un intenso debate sobre las repercusiones presentes y futuras del proyecto en el territorio. A continuación, se describen dichas características, se analiza el debate que se suscitó al respecto y además, se mencionan los distintos nombres que ha llevado el proyecto desde el anuncio de su construcción:

3.2 Características iniciales

De acuerdo a las características presentadas por FONATUR en los inicios del proyecto, el CIP-CP contaría con: una superficie total: 2,381 ha.; una superficie vendible: 951.7 ha. y una superficie desarrollable: 1821.3 ha., lo cual resultaría en una densidad bruta de 18 cuartos por ha. Así mismo, se proyectaban 43, 981 unidades de alojamiento; 3 campos de golf; 2 marinas, áreas culturales, pista de esquí acuático, malecón, plazas públicas, zonas de agroturismo, clubes de playa, áreas comerciales y centros recreativos. El área total del CIP-CP se estipulaba que quedaría subdividida en 12 sectores urbanos, mismos que a continuación la imagen 3 muestra de manera gráfica:

Sector 1. Playa Las Cabras. Se ubicaría en la parte sur-centro del desarrollo, en la entrada de la marina principal, siendo una zona preferencial que

la convertiría en un punto clave para el alojamiento turístico.

Sector 2. Playa Espíritu. Se localizaría al centro de los canales de navegación y frente al mar, por lo tanto este sector tendría un uso residencial y hotelero.

Sector 3. Laguna Agua Blanca. Se establecería al norte del también proyectado Boulevard Playa Espíritu Teacapán, contemplándose en este sector la construcción de diversos espacios y equipamientos públicos, zonas residenciales y habitacionales.

Sector 4. Campo Verde/Las Cañas. Se ubicaría al centro del CIP y en éste se establecerían campos de golf, que funcionarían como zona de transición espacial y visual entre los sectores de uso predominantemente urbano y los turísticos.

Sector 5. La Isla. Se localizaría en la parte central del desarrollo y se caracterizaría por la presencia del canal, la isla, la marina y sus embarcaciones, el equipamiento deportivo y la secuencia de espacios públicos.

Sector 6. La Puerta. Sería el núcleo que se encuentra en el acceso al CIP, y por su cercanía a la red carretera se destinaría como uso administrativo, zona receptora de servicios y de primer contacto.

Sector 7. Marina el Calón. Se establecería en la parte central del desarrollo y en este se construirían hoteles y comercios para dar servicios a pequeñas embarcaciones marítimas.

Sector 8. Agua Brava. Se ubicaría al frente del Cerro La Puerta y se destinaría al uso de tipo residencial de media y baja densidad, además el sector colindaría con una zona verde que permitiría en su momento generar conectividad entre los lotes turísticos y las zonas de conservación.

Sector 9. Playa El Palmar. Se localizaría en el extremo noroeste del CIP frente al mar, el atractivo del sector estaría destinado al uso residencial y equipamiento turístico hotelero, por su proximidad al mar.

Sector 10. Agua Verde. Se establecería al noroeste del desarrollo y tendría un uso principalmente residencial de baja densidad, este sector estaría en contacto con zonas verdes y en colindancia directa con la zona de Marismas Nacionales.

Sector 11. Playa Teacapán. Se ubicaría en el extremo sur del CIP, y está proyectado como un sector de menor densidad en cuanto a actividades y flujos se refiere. El uso de suelo que

predominaría en este sector, sería de tipo residencial medio y dosificado con equipamiento turístico hotelero, así como con la presencia de un campo de golf de 9 hoyos y el mar. Finalmente, **el sector 12. Área Verde.** Se localizaría al norte del CIP y funcionaría como elemento de resguardo de Marismas Nacionales. El objetivo de este sector sería el consolidar una zona donde se realicen actividades de sensibilización, educación ambiental y ecoturismo, que sirva como zona de amortiguamiento entre el área protegida y el desarrollo urbano turístico (FONATUR, 2008: 13).

Todas estas características posicionaban al proyecto como el CIP más grande que se hubiera promovido en el país, el área total que comprendería (2,381 ha.) equivalía al doble del CIP Cancún, el más importante y de mayor atractivo internacional de la República Mexicana. Asimismo, el CIP-CP constaría de diez etapas y una de ajuste, las cuales se llevarían a cabo en un periodo aproximado de 40 años, pero se planeaba que para el 2025 ya estuviera plenamente consolidado. (FONATUR, 2008: 3).

Se consideraba que en 2012 contaría con 1,643 cuartos y para el 2025 con 44,200. De esos se calculaban 940 cuartos de hotel en 2012 y 16,850 en 2025. Se habían planeado 349 viviendas vacacionales para 2012 y 16,350 para 2025. Se calcularon 354 viviendas para la población residente en 2012 y 11,000 en 2025. La inversión pública acumulada para 2012 sería de 2,781 m/d y para 2025 de 4,896. La reserva territorial tendría un precio de 1,344 millones de dólares en 2012, al igual que en 2025. La infraestructura y la urbanización tendrían una inversión de 1,438 m/d en 2012 y de 3,642 m/d en 2025. El total de la inversión privada acumulada iba a ser de 1,438 m/d en 2012 y 3,642 en 2025.

Se esperaban 108,000 turistas para 2012 y 2,889,000 para 2025. Los extranjeros serían 65,000 en 2012 y 1,734,000 en 2025. Los nacionales serían 43,000 en 2012 y 1,156,000 en 2025. Se generarían un total de 14,897 empleos en 2012 y 78,445 en 2025. Se generarían 72 millones de dólares en 2012 y 2,774 en 2025. Habría ingresos fiscales por 106 m/d en 2012 y 2,631 en 2025. La población generada sería de 16,920 personas en 2012 y 303,300 en 2025. Asimismo, se esperaba una inversión privada de 258 millones de dólares para 2012 (FONATUR, 2008). De la misma

forma, el director de FONATUR nacional, Miguel Gómez Mont, en declaraciones a los medios locales el 22 de octubre de 2008, para 2010 se tendría lista la primera etapa del CIP la cual ya tendría cuartos de hotel y un campo de golf.

Para tratar de ajustarse a la nueva situación que se presentaría en la región Sur de Sinaloa con la creación del CIP-CP, el Gobierno del Estado en conjunto con los Gobiernos Municipales de Escuinapa y Rosario, elaboraron en el año 2008 el Plan Regional Turístico Rosario-Teacapán, cuyo objetivo primordial sería el:

Impulsar las inversiones en el sector turístico en la zona costera de los municipios de Rosario y Escuinapa, para que en conjunto con el aprovechamiento de los atractivos turísticos de las localidades y su entorno natural, constituyera un destino turístico integrado de calidad internacional y en sinergia con la infraestructura turística de Mazatlán contribuyera al desarrollo de Sinaloa y al mejoramiento de la calidad de vida de sus habitantes (Gobierno del Estado de Sinaloa, 2008, 1-4).

Este Plan Regional, vincularía los atractivos turísticos de la zona costera de los municipios de Rosario y Escuinapa con el CIP-CP, funcionando como eje rector para el desarrollo turístico, industrial y urbano de la región. Además, también buscaría promover y brindar certeza jurídica a las inversiones turísticas que se realizaran en el territorio.

1.2 Los primeros debates sobre sus repercusiones en el territorio

El anuncio de la construcción de un proyecto con características de esa magnitud y la forma en que FONATUR comenzaba a proceder para desarrollarlo, despertó un intenso debate sobre las repercusiones que estaba generando y las que generaría en un futuro en el territorio. En cuanto a sus características, inicialmente se llegaron a manifestar opiniones favorables, como la de la oceanóloga Lourdes Patricia Lyle Fritch, la cual afirmó que el CIP-CP sería mejor que el de Cancún, argumentando que: “*por primera vez un Centro*

Integralmente Planeado respetaría 300 metros de playa, esto hace una gran diferencia con respecto a los demás. Los últimos eventos que ha habido de tormentas y ciclones le costaron muy caro a las playas de Cancún, esa experiencia permitirá que se planifique mejor. Además, a diferencia del Cancún en el CIP- CP también se está pensando en los trabajadores, se plantea darles viviendas y habitaciones dignas” (Lyle Fritch, 2008).

De igual manera, el entonces Presidente de AMPI (Asociación Mexicana de Profesionales Inmobiliarios) en Mazatlán, planteaba las ventajas que tendría el CIP-CP sobre este puerto, señalando lo siguiente: *“tenemos muchas carencias de infraestructura, de operatividad, de Registro Público, no tenemos oficinas especializadas y dedicadas a la captación de inversión (refiriéndose a Mazatlán). El centro integralmente planeado será el destino privilegiado y se convertirá en el destino Premium del Estado, las personas que busquen tener una vida de lujo, buscarán propiedades en el CIP-CP” (Reynaga Chicuate, 2008).*

En lo que se refiere al aspecto ambiental, también el entonces Presidente de México Felipe Calderón Hinojosa, cuando inaugura oficialmente en el año 2009 el CIP-CP, en su discurso menciona lo siguiente: *“una premisa fundamental que orientó la concepción de este destino, es el absoluto respeto al equilibrio ecológico como base para convertir incluso la naturaleza como un atractivo en sí mismo. Vamos a proteger a las marismas como un ecosistema natural que tiene que ser protegido por el hombre y que sea este Centro Integral un polo de atracción también por su respeto al medio ambiente” (Calderón Hinojosa, 2009).*

Estas fueron algunas de las opiniones positivas que se manifestaban sobre el CIP-CP en sus inicios, las cuales tenían que ver principalmente con sus características físicas y urbanísticas, argumentando que existía una mejor planeación ambiental y social que la que se realizó en el CIP Cancún y una mayor proyección económica que la del puerto de Mazatlán, además del compromiso del Presidente de la República de preservar y potencializar los recursos naturales del territorio. Sin embargo, más adelante se observará que la percepción acerca de las características del proyecto cambiaría,

siendo objeto de severos cuestionamientos en los años posteriores.

Desde los mismos inicios en se presentó el proyecto, los métodos y estrategias de FONATUR y del mismo Gobierno Federal fueron motivo de severos cuestionamientos, algunos de ellos encabezados por grupos ambientalistas como el Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), Greenpeace y la Alianza para la Sustentabilidad del Noroeste Costero (ALCOSTA), los cuales denunciaron ante la Procuraduría Federal de Protección al Ambiente (PROFEPA) que: *“se infringió la Ley Federal de Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente (LGEEPA), al permitir que se inauguraran las obras de este desarrollo sin antes contar con una Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) como lo demanda la legislación vigente” (Uribe, 2009).* René Córdova, coordinador ejecutivo de ALCOSTA, criticó que no se incluyera un estudio de mercado y normas ambientales que garantizaran su sustentabilidad a largo plazo. A su vez, sostenía que el modelo turístico de complejos inmobiliarios de residencias, marinas, condominios, hoteles y campos de golf no era competitivo y tendía a debilitar el ingreso tanto de empresas como de empleados (Noroeste, 26 de febrero de 2009). Por su parte, Sandra Guido, una de las reconocidas ambientalistas de Sinaloa y del conjunto del noroeste mexicano, en un análisis acerca de los costos sociales y económicos del CIP Playa Espíritu escribió en la *Jornada Ecológica* (3-12-2012) escribió que organizaciones de la sociedad civil conservacionista se encontraron con *“la sorpresa de que FONATUR omitió evaluar los impactos ambientales a escala regional (sinérgicos y acumulativos) de su proyecto, limitándose tan sólo a evaluar los impactos dentro de su predio en una clara violación al reglamento de las MIA-R de la Ley General del Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente. A esta omisión, permitida por la Semarnat, se le suman una serie de irregularidades, omisiones y falsas aseveraciones en los estudios que presenta FONATUR y que fueron señaladas a la Semarnat por parte de los científicos de la misión internacional Ramsar, la Conabio, Conanp, Conagua”* y varios organismos académicos, empresariales y sociales nacionales, estatales y municipales.

Asimismo, causó descontento e inconformidad entre la población local el anuncio que dio a conocer FONATUR Constructora, en el cual señalaba que tendría que haber una importación de mano de obra, debido a que la local no estaba lo suficientemente capacitada para el manejo de algunos materiales: *“hay limitantes porque en el Municipio no hay mano de obra calificada para realizar los trabajos. Las personas tienen nociones de los trabajos de albañilería, pero hay material que no lo saben trabajar y que no se puede dejar de hacer. Para la constructora es prioridad emplear a gente de Escuinapa, pero con esas limitantes probablemente la buscarán de otros lugares”* (Figueroa, 2009). Ante ello, el Alcalde de Escuinapa en 2008, Sergio Crespo Hernández, decía que el CIP traería *“oportunidades para todos, pero los primeros beneficiados, si se preparan, serán los escuinapenses”*. Para ellos, decía el edil, el Gobierno de Sinaloa ya había planteado la creación de universidades tecnológicas a la par que instituciones, como el CECATI, ya preparaban programas de talleres de carpintería, albañilería, electricidad, plomería y otros (NOROESTE, 21 octubre de 2008).

Otra situación que se presentó fueron los conflictos provocados por la especulación en los precios de terrenos colindantes al predio en desarrollo. La compañía inmobiliaria mazatleca “Playas del Sur” antes de que se anunciara la creación del CIP-CP mandó valuar los terrenos, los cuales se cotizaban en \$500 por metro cuadrado, sin embargo ésta les ofreció primeramente a “Los Cocoteros” y “Ley del Monte” dos de los grupos poseedores la ridícula cantidad de \$12.50 por metro cuadrado. Después de desacuerdos, en el año 2008 estos grupos aceptaron vender sus tierras recibiendo cada miembro la cantidad de \$325,000 y \$322,700 respectivamente. Sin embargo, ningún precio final fue el más justo, porque al pasar el tiempo los terrenos alcanzaron un valor mucho mayor que al que fueron vendidos (Tapia Hernández, 2012: 208), de hecho el delegado estatal de catastro, señaló que: *al momento en que el Presidente Felipe Calderón inauguró el Centro Integralmente Planeado la hectárea pasó a valer allí 1 millón de dólares* (MORALES ZARAGOZA, 2008). Incluso el mismo secretario de turismo en Sinaloa, Antonio Ibarra Salgado, recomendaba a los ejidatarios y otros agricultores, en octubre de 2008, no vender sus predios

ubicados en las cercanías del CIP; *“es necesario aguantar un poco porque van a valer mucho más”*, decía (NOROESTE, 14/10/2008). Y en efecto, el 12 de octubre de 2008, el periódico Noroeste daba a conocer la información del delegado Estatal de Catastro en la zona sur, Alberto Morales Zaragoza de que terrenos que catastralmente valían 30 mil pesos por hectárea, después del anuncio del CIP se cotizaban comercialmente en los alrededores de Teacapán a 10 millones de pesos.

Como se puede observar, el proceso inicial del CIP-CP estuvo marcado por opiniones a favor y en contra. Las opiniones favorables fueron basadas en sus características físicas y urbanísticas, que lo pronosticaban mejores condiciones sociales, económicas y ambientales que las de otros desarrollos turísticos (más adelante se observará que esta percepción fue cambiando radicalmente). Por otra parte, las negativas fueron propiciadas por la forma en que comenzaba a proceder FONATUR, excluyendo a la población local de las fuentes laborales y contradiciéndose así mismo, al iniciar el proyecto sin tomar en cuenta importantes normas ambientales. Además, también se observó la recurrente práctica de especulación que lleva a cabo en este tipo de desarrollos, realizada mediante la compra de terrenos a bajo costo sabiendo que con el transcurso del tiempo aumentarán de forma desproporcionada su valor.

El anuncio de la construcción del CIP-PE en Escuinapa, inicialmente despertó una gran expectativa entre la población local, ya que se pensó que sería la llave para alcanzar, por fin, el desarrollo del municipio, a través de las inversiones económicas que se han prometido llegarán a la localidad. Sin embargo, esta expectativa se ha ido diluyendo día con día en algunos sectores de la población (pescadores, agricultores y ambientalistas), los cuales consideran que las características físicas del proyecto atentan contra los recursos naturales del territorio, mismos que sirven de sustento a sus actividades productivas. Pero lo más grave de todo es que, la mayoría de ellos, manifiestan su inconformidad al no ser tomados en cuenta en el proceso de desarrollo del mismo.

La exclusión de poblaciones locales que en muchas ocasiones deriva en la eliminación de ecosistemas naturales que son fundamentales para sus economías y sociedades, es una situación que se presenta de manera recurrente en México, debido a que el Estado central generalmente se encarga de implementar políticas de desarrollo totalmente verticales y ajenas a las necesidades de las poblaciones locales. Este es precisamente el modelo que ha seguido FONATUR en todos los CIP precedentes. Además, muchas de éstas mantienen una visión desarrollista simple, dejando de lado por completo los aspectos sociales y ambientales de los territorios.

El sector turístico no ha quedado exento de esta situación, ya que también constantemente se han implementado políticas que buscan únicamente y a toda costa el incremento masivo de turistas, provocando severos conflictos económicos, sociales y ambientales en los territorios. En los destinos tradicionales y los CIP's se impulsaron este tipo de políticas y, particularmente, en los lugares en donde se establecieron estos últimos, se desencadenaron severas desigualdades sociales y económicas, elevadas tasas de inmigración, contaminación ambiental, eliminación de ecosistemas, desplazamiento de población nativa y, por lo tanto, alteración de su identidad cultural.

Los CIP's se establecieron en territorios de la República Mexicana considerados marginales y con pocas alternativas de desarrollo, pero con grandes atributos naturales y culturales. En lo que respecta al CIP-PE se procedió de la misma forma, estableciéndolo en Escuinapa, municipio que en la actualidad registra cifras de crecimiento económico muy bajas, así como altos niveles de pobreza y marginación entre su población, (factores que pudieron contribuir para que causara una gran expectación al anunciarse) sin embargo, también cuenta con uno de los ecosistemas más importantes y bellos del país, como lo es Marismas Nacionales Sinaloa, y de igual manera con numerosos vestigios arqueológicos, grandes fiestas tradicionales y una fuerte identidad.

Los recursos naturales con los que cuenta Escuinapa son también muy importantes para su economía y cultura, ya que de ellos depende la

agricultura y la pesca, actividades en las que se ocupa gran parte de su población y las cuales tienen mucho arraigo en la misma. De igual manera, productos que se obtienen de estas actividades, como el mango, coco, chile y camarón, forman parte fundamental de la gastronomía e identidad cultural de los habitantes del municipio.

Líderes de cooperativas pesqueras, líderes ejidales y el representante de REDES manifestaron una importante preocupación por el establecimiento del CIP-PE, afirmando que éste pone en riesgo los recursos naturales del territorio, en especial las marismas y los campos de cultivo. Seguramente, en el caso de los líderes de cooperativas pesqueras y líderes ejidales esta preocupación se presenta por la dependencia que guarda su actividad productiva de dichos recursos. Por su parte, empresarios y políticos manifestaron opiniones divididas sobre esto, algunos piensan que el CIP-PE sí afectará los recursos naturales del territorio, sobre todo las marismas y su fauna, así como los pozos que abastecen de agua potable a la región. Otros en cambio, expresaron que el proyecto no afectará o afectará mínimamente, argumentando que se han realizado los estudios pertinentes para que esto no ocurra.

En lo que respecta a los beneficios que ha traído el CIP-PE a la población local, líderes de cooperativas pesqueras, líderes ejidales, empresarios, el representante de REDES y la mayoría de políticos coincidieron en que han sido relativos, concentrándose solamente en algunos miembros del sector de la construcción y en la creación de algunos empleos, señalando que sus sectores hasta el momento no reciben tal beneficio. Sin embargo, existieron algunos actores políticos que aseguraron que el proyecto ya trajo beneficios a la localidad, sobre todo en la creación de numerosas fuentes de empleo y en la llegada de inversiones económicas al municipio.

Por otra parte, todos los actores manifestaron que la actividad turística puede ser una buena alternativa para emprender el desarrollo, siempre y cuando sean incluidos y se adapte a las necesidades sociales, económicas y ambientales del territorio. Aunque en el caso de los líderes de cooperativas pesqueras y líderes ejidales, expresaron que aún no se encuentran

preparados para incorporarse productivamente a esta actividad. Al respecto, los políticos señalaron que se están abriendo nuevas escuelas y universidades con el objetivo de que la incorporación productiva de la población sea exitosa. Y en efecto, así fue en el caso de la Universidad Tecnológica de Escuinapa, diseñada en lo fundamental para preparar los cuadros profesionales que impulsen el desarrollo aun antes del pleno desarrollo del CIP. Quizá, uno de los grandes beneficios concretos y visibles que ha traído la propuesta del CIP-PE, es que gracias a él se instaló la UTE en este municipio abriendo la posibilidad para que cientos de estudiantes de medianos y bajos recursos tuvieran acceso a la educación superior y se empezaran a establecer vínculos efectivos con el sector empresarial local del campo agrícola-industrial.

Sin embargo, líderes de cooperativas pesqueras y líderes ejidales afirmaron que hasta el momento no han tenido ningún tipo de acercamiento con FONATUR. El representante de REDES señala que en su caso el acercamiento ha sido escaso y forzado. Los empresarios manifestaron que existió acercamiento en los inicios del proyecto, pero se fue diluyendo conforme fue avanzando el tiempo. En cambio los políticos aseguran que desde el inicio de éste se han mantenido en constante comunicación con FONATUR. Esto en gran medida pudo haber influido para que los líderes de cooperativistas pesqueras y el representante de REDES ya no guarden una buena expectativa sobre el CIP-PE.

De acuerdo a los resultados obtenidos de la investigación, son los líderes de cooperativas pesqueras, líderes ejidales y el representante de REDES los que perciben negativamente al CIP-PE, mientras que los políticos y empresarios lo perciben de forma positiva, aunque también entre éstos existen algunas opiniones que manifiestan cierta preocupación e inconformidad sobre todo en lo que se refiere a las características físicas del proyecto y a la falta de beneficios reales hacia la población local. En el caso de líderes de cooperativas pesqueras y líderes ejidales su percepción negativa principalmente puede deberse a que para ellos el CIP-PE pone en riesgo los recursos naturales del territorio, mismos que tienen un significado económico y cultural muy importante, ya que son el sustento de sus

actividades productivas, las cuales han realizado gran parte de su vida.

De la misma forma, las diversas preocupaciones e inconformidades por parte de los actores locales clave entrevistados y específicamente la percepción negativa que tienen sobre el CIP-PE los líderes de cooperativas pesqueras, líderes ejidales y el representante de REDES, otorgan los fundamentos necesarios para aceptar la hipótesis establecida, la cual señala que el CIP-PE como proyecto de desarrollo regional en las costas del municipio de Escuinapa, es ajeno a los criterios del desarrollo endógeno de un territorio. Principalmente, estas preocupaciones e inconformidades, así como la percepción negativa de estos actores tienen su origen en las enormes características físicas del proyecto, la falta de beneficios reales hacia la población local y la forma en que hasta el momento ha procedido FONATUR sin tomar en cuenta a sus sectores productivos, factores que además de poner en riesgo la sustentabilidad del territorio van en contra de los criterios de participación local que demanda la teoría desarrollo endógeno.

El CIP Playa Espíritu ha seguido un curso muy lento y errático. De todos los Centros Integralmente Planificados que ha impulsado FONATUR es el que ha tenido el lanzamiento más pausado. A seis años de que se anunciara oficialmente y a ocho que se diera a conocer públicamente sus avances son magros. Para 2015, según los primeros planes gubernamentales, debería de ofrecer por lo menos 2,500 habitaciones de hotel, pero en marzo de ese año no se inauguraba aun el primer alojamiento turístico con 59 habitaciones. Sin embargo, no se ha detenido, aunque sí recortado, el financiamiento de FONATUR. Lo más optimista de todo para quienes promueven el proyecto es que con la construcción de la presa Santa María, oficialmente iniciada en marzo de 2015 y con fecha de finalización en 2018, habrá suficiente agua para la agricultura local y el desarrollo turístico. Uno de los grandes obstáculos para el impulso del CIP era justamente la escasez de agua potable.

A pesar de esta nueva oferta hídrica para la región del sur de Sinaloa, los investigadores especializados en el tema, sin especificar en el caso de Escuinapa y

particularmente del proyecto turístico en mención, no son optimistas en cuanto al futuro de los recursos acuíferos del estado. José Guadalupe Llanes Ocaña (2003); Reynol Díaz Coutiño (2005) y Jesús Antonio Ramírez y Carolina Ceballos (2011), coinciden en los problemas crecientes que hay en Sinaloa, México y el mundo, en cuanto al uso adecuado del agua y a su escasez. Escribe Reynol Díaz Coutiño (2005):

“El drama que una escasez (sequía) o abundancia (inundaciones) de agua pudiera acaecer a la sociedad es de la misma magnitud que para la economía. Existen razones históricas y justificaciones institucionales que ilustran aquella actitud. La cronología de las inundaciones y de las sequías que han ocurrido en Sinaloa describe aquellos efectos. De este binomio, inundaciones y sequía, predomina la segunda. El complemento del drama, en ambos casos, es el evidente desinterés por la predicción, así como de medidas para integrar medidas de prevención. La historia económica de Sinaloa no se explica o resultaría incompleta si no se toman en consideración las dimensiones del recurso hidrológico”.

Así pues, ninguna de las principales actividades de Sinaloa, agricultura, turismo y pescapueden explicarse sin el conocimiento que tengamos de sus aguas. Su manejo apropiado es fundamental para el impulso de cualquier actividad. En el caso de Escuinapa, sin la presa Santa María el desarrollo turístico no pasaría de unas cuantas construcciones, lo que lo hubiese convertido en el peor fracaso de la historia de los Centros Integralmente Planificados.

Sin embargo, lo más importante del proceso que ha seguido el CIP-Playa Espíritu es que el plan original, imaginado sin estudios de impacto ambiental y acordado con dos o tres personas, ha sido benéficamente modificado a pesar de que no contemplaba ninguna consulta pública con actores locales y especialistas en medio ambiente.

En una etapa histórica diferente, en la que existe más información científica y mayor organización de la sociedad civil mexicana, así como mayor preocupación por el medio ambiente, en Sinaloa se ha podido intervenir en el diseño de un CIP logrando su redefinición aunque para el responsable de FONATUR

para el proyecto CIP-PE nada ha sido modificado del plan actual. Sin embargo, a partir de esos cambios lo que procede es una continua acción social de los sujetos locales y regionales para que el CIP siga desarrollándose pero ahora con bases más sólidas y tomando en cuenta los intereses endógenos. En este nuevo escenario, las instituciones de educación superior, como la Universidad de Occidente, la Universidad Autónoma de Sinaloa, la Universidad Politécnica de Sinaloa y, sobre todo, la Universidad Tecnológica de Escuinapa tienen un papel muy importante que jugar impulsando tareas conjuntas para el desarrollo local con todos los actores endógenos.

Con las modificaciones al proyecto original del CIP quedó demostrado el papel de la investigación científica y la construcción de capital social, donde las universidades desempeñan un rol estratégico para el desarrollo local.

BIBLIOGRAFÍA

- AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. Recepción y desarrollo de la disciplina de Política Pública en México: un estudio introductorio. *Revista Sociológica*, no. 54, Vol. 19, pp. 15-37, enero-abril, Universidad Autónoma Metropolitana, México, 2009.
- ÁLVAREZ-GAYOUJURGENSON, José Luis. *Cómo hacer investigación cualitativa: fundamentos y metodología*. Editorial Paidós Ibérica: Barcelona, 2003. 222 pp.
- AROCENA, José *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Editorial Taurus: Uruguay, 2002. 239 pp.
- AYALA, Héctor *et al. El turismo de sol y playa en el siglo XX*. Ediciones Agencia Valenciana de Turismo, España, 2003. 13 pp.
- FIGUEROA ELENES, Jorge Rafael/Coordinador. *Desarrollo Económico Local. Una aplicación en la Economía Sinaloense*. Fontamara-UAS, 2007.
- BECK, Ulrich *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Editorial Paidós Ibérica, Barcelona, 1998. 25 pp.
- BENKO, George *La ciencia regional*. Editorial de la Universidad Nacional del Sur, Argentina, 1998. 171 pp.
- BENSENY, Graciela *El turismo en México. Apreciaciones sobre el turismo en espacio litoral*. En: *Revista Aportes y transferencias*, no. 2, Vol. 11, pp. 13-34, enero-junio, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, 2007.

- BERAUD LOZANO, José Luis *Ciudades sostenibles para el siglo XXI. El caso Mazatlán*, Editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2008. 389 pp.
- BOISIER, Sergio. *Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial*. Ediciones CEPAL: Santiago de Chile, 1999. 33 pp.
- (2011). El territorio en la contemporaneidad (la recuperación de las políticas territoriales). En: *Revista Lider*, no. 13, Vol.18, junio-diciembre, pp. 9-24, Universidad Católica de Chile, Chile,.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*, Editorial Taurus, Madrid, 1997. pp. 402.
- BRENNER, Ludger Modelo para la evaluación de la “sustentabilidad” del turismo en México con base en el ejemplo de Ixtapa Zihuatanejo. En: *Revista Investigaciones geográficas*, no. 39, Vol. 18, septiembre-diciembre, pp. 139-158. Instituto de Geografía de México, México, 1999.
- BRITO OSUNA, Pedro (2008). Cita a Rosenstein Rodan en la Página 19.
- BRITO, Pedro “¿Qué es el territorio?”, , pp. 17-63. En: HERNÁNDEZ, Arturo L. (Coordinador). *Inmigrantes, territorio e identidades*. Editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, Sinaloa, 2009.
- BUSTELO, Pablo. *Teorías contemporáneas del desarrollo económico*, Editorial Síntesis, España, 1999. 303 pp.
- CABRERO MENDOZA, Enrique. La agenda de políticas públicas en el ámbito municipal, pp. 13-47. En: CABRERO MENDOZA, Enrique (Coordinador). *Políticas públicas municipales una agenda en construcción*. Editorial Miguel Ángel Porrúa, México, 2007.
- CALDERÓN HINOJOSA, Felipe. Da inicio el Presidente Calderón a megaproyecto turístico Costa-Pacífico en Sinaloa, 2009. Videgrabación, 18 de marzo de 2009. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=C-09ieoiNgw>
- CASTELLS, Manuel. *La era información*. Editorial Siglo XXI, 3ra. Edición, México, 2001. 461 pp.
- CHANG TSAI, Ming. Does globalization affect human well-being?. En: *Revista Social indicator Research*, no. 1, Vol. 18, pp. 103-126, Springer, 2007.
- CLANCY, Michael. Mexican tourism: export growth and structural change since 1970. En: *Revista Stor*, no. 1, Vol. 36, enero-junio, pp. 128-150, Latin American Research Review, E. U., 2011.
- CONANP- Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas. *Reserva de la Biósfera Marismas Nacionales Sinaloa*, Ediciones papeles amigables al Medio Ambiente y tintas vegetales, México, D.F, 2008. 61 pp.
- CONEVAL- Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. *Informe anual sobre la situación de pobreza y rezago social*, CONEVAL, México, D.F, 2012, 2 pp.
- CONTRERAS, Héctor; LUJÁN, Adrián. Tendrá Toledo parte en el CIP, Noroeste Mazatlán, 10 de octubre de 2008. Disponible en: <http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=413753>
- CORDOVA, René. (2009). Citado en la página 79
- CREST- Center for Responsible Travel. *Modelos alternativos de desarrollo y buenas prácticas para el turismo costero sostenible: un marco para la toma de decisiones en México*, Universidad de Stanford, Washington, D C, 2012. 104 pp.
- DÍAZ COUTIÑO, Reynol. *Sinaloa, riqueza y pobreza de agua*, Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2005. 230 pp.
- DÍAZ COUTIÑO, Reynol. El agua de Sinaloa. *Sinaloa y su ambiente*, KARAM QUIÑONEZ, Carlos; BERAUD LOZANO, José Luis, UAS, México, 2003 (No aparece en el cuerpo del trabajo).
- DONAIRE, José Antonio. La reconstrucción de los espacios turísticos: la geografía del turismo después del fordismo. En: *Revista Publicat a sociedade e territorio*, no. 28, enero-junio, pp. 1-34 Universitat de Girona, 1998.
- FIGUEROA, Jorge. Previén importación de empleados a CIP, Noroeste Mazatlán, 21 de enero de 2009. Disponible en: http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=417758&id_seccion=
- FONATUR- Fondo Nacional para el Turismo. *Libro blanco CIP Costa-Pacífico (Playa Espíritu)*, Fondo Nacional para el Turismo (FONATUR), México, 2008. 89 pp.
- . *México como destino turístico*. 2012a. Fecha de consulta, 10 de marzo de 2014: Disponible en: http://www.fonatur.gob.mx/es/ventas/index_invertirfona.asp
- . *Playa espíritu* 2012b. Fecha de consulta, 17 de octubre de 2012. Disponible en: <http://www.fonatur.gob.mx/es/index.asp>
- FORRESTER, Viviane. *Una extraña dictadura*, Editorial Fondo de Cultura Económica, México, 2002. 142 pp.
- FRANCO, Augusto (2000). Citado en el página 42.
- FRIEDMANN, John. La estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. En: *Revista Sociedad interamericana de planeación*, no. 9, Vol. 3, marzo-junio, pp. 1-24, Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, Argentina, 1974.

- GALLEGOS, Rodrigo. Ponen en duda el modelo de los CIP's, Noroeste Mazatlán, 26 de junio de 2013. Disponible en:
http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=877886&id_seccion=4&fecha=2013-06-26
- GALLEGOS JIMÉNEZ, Oswaldo. Organización espacial del corredor turístico Veracruz-Boca del Río. En: revista *Teoría y praxis*, no. 5, Vol. 8, enero-junio, pp. 171-186, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2008.
- GARCÍA VILLA, Adolfo. *La planificación de centros turísticos de México*, Editorial Limusa S.A. de C.V., México, 1992. 101 pp.
- GIMÉNEZ, Gilberto. *Estudios sobre la cultura y las identidades sociales*, Ediciones CONACULTA, México, 2007. 478 pp.
- GOBIERNO DEL ESTADO DE SINALOA. *Plan regional turístico Rosario-Teacapan, Sinaloa*, H. Ayuntamiento de Escuinapa, Sinaloa, México, 2008. 79 pp.
- GUEVARA MANZO, Gloria. Playa del Espíritu, se llamará el CIP Teacapan. Debate Mazatlán, 16 de septiembre de 2011. Disponible en:
<http://www.debate.com.mx/eldebate/noticias/?IdArt=11209026&IdCat=6097>
- GUIDO, Sandra. Los costos sociales y económicos del CIP playa espíritu. En: *La Jornada ecológica*, 3 de diciembre de 2012. Disponible en:
<http://www.jornada.unam.mx/2012/12/03/eco-c.html>
- GUTIÉRREZ GARZA, Esthela; GONZÁLEZ GAUDIANO, Édgar. *De las teorías del desarrollo al desarrollo sustentable*, Editorial Siglo XXI y Universidad Autónoma de Nuevo León, México, 2010. 216 pp.
- H. Ayuntamiento de Escuinapa. *Atlas de riesgos para el municipio de Escuinapa*, H. Ayuntamiento de Escuinapa, México, Sinaloa, 2011a. 120 pp.
- . *Plan municipal de desarrollo 2011-2013 Escuinapa, Sinaloa*, H. Ayuntamiento de Escuinapa, México, 2011b. 104 pp.
- HERMANSEN, Tormod. Polos y centros de desarrollo en el desarrollo nacional y regional: elementos de un marco teórico para un enfoque sintético, En: Rrevista *CEPAL*, no. 22, Vol. 15, enero-junio, pp. 55-96, CEPAL, Santiago, Chile, 1990.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto *et al. Metodología de la investigación*, 5ta. Edición, Editorial Mc Graw Hill, México, 2010. 656 pp.
- HIERNAUX, Daniel Desequilibrios estructurales y desigualdades regionales, pp. 25-41. En: CALVA, José L.; AGUILAR, Adrián G. (Coord.), *Desarrollo regional urbano tendencias y alternativas*, Juan Pablos Editor, S.A., México, 1995.
- IBÁÑEZ, Reyna; RODRÍGUEZ VILLALOBOS, Ismael. *Tipologías y antecedentes de la actividad turística: turismo tradicional y turismo alternativo*, Editorial Universidad Autónoma de Baja California Sur, México, 2002. 33 pp.
- IBÁÑEZ PÉREZ, Reyna. Crecimiento económico, desarrollo sustentable y turismo: una aproximación del posicionamiento de Baja California Sur (BCS) en el Barómetro de sustentabilidad En: Revista *Periplo sustentable*, no. 20, Vol. 38, enero-junio, pp. 75- 118, Universidad Autónoma del Estado de México, México, 2011.
- INAFED – Instituto Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal. *Enciclopedia de los municipios y delegaciones de México*, México, 2012. Fecha de consulta, 18 de septiembre de 2012. Disponible en:
<http://www.bustamantenl.gob.mx/work/templates/enciclo/EMM25sinaloa/municipios/25009a.html>
- . *Ficha básica municipal 2010*, México, 2014. Fecha de consulta, 12 de noviembre de 2014. Disponible en:
<http://www.snim.rami.gob.mx/>
- INEGI- Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *XIII Censo de Población y Vivienda del 2010*, México, 2014. Fecha de consulta, 7 de julio de 2014. Disponible en:
<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=25>
- KOH, Aaron. Heteroglossic discourses on globalization: a view from the East. En: Revista *Globalizations*, no. 2, Vol. 2, pp. 228-239, Routledge, 2005.
- LANDRETH, Harry; COLANDER, David C. *Historia del pensamiento económico*, Compañía Editorial Continental S.A. de C.V., México, 2004. 505 pp.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*, Editorial Siglo XXI, 3ra. Edición, México, 2010. 414 pp.
- LEWIS, W. Arthur. *Teoría del desarrollo económico*, Editorial Fondo de Cultura Económica, México, 1955. 530 pp.
- LIZÁRRAGA RODRÍGUEZ, Rubén. Proponen nombre para megaproyecto turístico. En: Noroeste Mazatlán, 13 de octubre de 2008. Disponible en:
<http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=417902>
- LYLEFRITCH, Lourdes P. Será mejor CIP que Cancún. En: Noroeste Mazatlán, 12 de octubre de 2008. Disponible en:
http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=417758&id_seccion=
- LÓPEZ GUEVARA, Víctor M. *La reorientación en los destinos tradicionales planeados. Caso de estudio: Bahías de Huatulco, Oaxaca (México)*, Tesis de investigación, Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas, Universidad de Alicante, 2010.

- LÓPEZ PARDO, Gustavo; PALOMINO VILLAVICENCIO, Bertha. Políticas públicas y ecoturismo en comunidades indígenas de México. En: Revista *Teoría y praxis*, no. 5, Vol. 8, enero-junio, pp. 33-50, Universidad de Quintana Roo, México, 2008.
- LOZATO GIOTART, Jean Pierre. *La geografía del turismo*, Editorial Masson, España, 1990. 182 pp.
- MACÍAS GUTIÉRREZ, Jorge. *Escuinapa*, Ediciones Bicentenario, Culiacán Sinaloa, México, 2009. 338 pp.
- MADRID FLORES, Francisco. El turismo cultural en los albores del siglo XXI. En: Revista *Patrimonio cultural y turismo. Cuadernos*, no. 2, Vol. 19, pp. 1-21, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 2012.
- MARÍN GUARDADO, Gustavo. Turismo, globalización y desarrollo local: Puerto Vallarta y los retos del porvenir. En: Revista *Estudios demográficos y urbanos*, no. 70, Vol. 24, enero-abril, pp. 220-245, El Colegio de México, México, 2009.
- MARTÍNEZPELLÉGRINI, Sáráhet *al.* Panorama del desarrollo municipal en México. En: Revista *Gestión y política pública*, no. 1, Vol. XVII, enero-agosto, pp. 145-192, El Colegio de la Frontera Norte, México, 2008.
- MENDOZA ONTIVEROS, Martha M. *et al.* Impactos sociales del turismo en el Centro Integralmente Planeado (CIP) Bahías de Huatulco, México. En: Revista *Gestión turística*, no. 15, Vol.12, enero-junio, pp. 47-73, Universidad Austral de Chile, Chile, 2011.
- MORALES ZARAGOZA, Alberto. Encarecen predios en Teacapán. En: Noroeste Mazatlán, 12 de octubre de 2008. Disponible en: <http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=413539>
- ORTEGA, Nelda Los estragos del gran proyecto. En: Río doce Mazatlán, 22 de junio de 2014. Disponible en: <http://riodoce.mx/noticias/los-estragos-del-gran-proyecto>
- ORTEGA NORIEGA, Sergio. *Historia breve Sinaloa*, Editorial Fondo de Cultura Económica, México, 2012, 336 pp.
- PATIÑO LUJAMBIO, Ricardo E. *Plan de negocios para el desarrollo de un complejo turístico en Atzalan, Veracruz*, Tesis de investigación, Escuela de negocios y economía, Departamento de finanzas y contaduría, Universidad de las Américas, Puebla, 2006.
- PÉREZ CERVANTES, Baltazar; HERNÁNDEZ JUÁREZ, José L. El medio ambiente y el desarrollo local. 99-112 pp. En: FIGUEROA ELENES, Jorge R. (Coord.). *Desarrollo económico local: una aplicación en la economía sinaloense*. Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2007.
- PERROUX, Francois. Note sur la notion de pôle de Croissance. En: Revista *Economie Appliquée*, no. 1, Vol. 7, agosto-septiembre, pp. 307-320, Francia, 1955.
- PREBISCH, Raúl. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*, Ediciones CEPAL, Santiago de Chile, 1973. 90 pp.
- PROPIN FREJOMIL, Enrique; SÁNCHEZ CRISPÍN, Álvaro. Tipología de los destinos turísticos preferenciales en México. En: Revista *Cuadernos de turismo*, no. 19, Vol. 20, enero-junio, pp. 147-166, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2007.
- RAMÍREZ LÓPEZ, Jesús A., *Diagnóstico sobre la cultura del agua*, UPN-JUMAPAM, Sinaloa, México, 2011.
- RAMÍREZ-ZAVALA, Jaime R. *et al.* El socioecosistema Marismas Nacionales Sinaloa frente al futuro, ¿sustentabilidad o colapso?. pp. 117-161. En: RAMÍREZ-ZAVALA, Jaime R. (Coord.), *Marismas Nacionales Sinaloa; Futuro y Conservación*, Editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2012.
- REYNAGA CHICUATE, Alfredo. Ante el CIP, Mazatlán tiene desventaja: AMPI. En: Noroeste Mazatlán, 30 de marzo de 2009. Disponible en: <http://www.noroeste.com.mx/publicaciones.php?id=462495>
- RINCON HUAROTA, Ricardo. Tlazoltéotl-ixcuina. Un caso de sincretismo en la región Azteca. México, 2009. Fecha de consulta, 9 de junio de 2014. Disponible en: <http://mx.globedia.com/tlazoltéotl-ixcuina-sincretismo-religion-azteca-parte>
- RODRÍGUEZ CABO DORIA, Adriana. *La participación social en el diseño e implementación de las políticas públicas: el caso del CIP de Teacapán (2009-2012)*, Tesis de investigación, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Sinaloa, Sinaloa, 2013.
- ROJAS GALAVIZ, José. Centro Integralmente Planeado Costa-Pacífico. En: Consultores en gestión política y planificación ambiental S.C., México, Informe sobre la manifestación del impacto ambiental en la región, 2010. 276 pp.
- ROSTOW. W.W. *Las etapas del crecimiento económico. Un manifiesto no comunista*, Editorial Fondo de Cultura Económica, México, 1974. 206 pp.
- RUIZ CHÁVEZ, Octavio. *Turismo: factor de desarrollo y competitividad en México*, Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública (CESOP), México, 2008. 36 pp.
- SALVÁ TOMÁS, Pere A. Los modelos de desarrollo turístico en el Mediterráneo. En: Revista *Cuadernos de turismo*, no. 2, Vol. 5, enero-junio, pp. 7-24, Universidad de Murcia, España, 1998

- SANTAMARÍA GÓMEZ, Arturo. *Del alba al anoecer. El turismo en Mazatlán (1972-2004)*, Universidad Autónoma de Sinaloa, 2005. 296 pp.
- . *El nacimiento del turismo en Mazatlán 1923-1971*, Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2009. 133 pp.
- Santamaría Gómez, Arturo; BARBOSA JASSO, Adriana M. Ciclo turístico en Mazatlán. Fase de exploración-involucramiento-desarrollo (1970-1974). Estancamiento o crisis sistémica (1992-2004). En: *Revista Arquitectura, urbanismo y ciencias sociales*, no. 1, Vol. 1, septiembre-diciembre, pp. 1-37, El Colegio de Sonora, México, 2008.
- SECRETARÍA DE LA CONVENCION DE RAMSA. *Marco estratégico y lineamientos para el desarrollo futuro de la Lista de Humedales de Importancia Internacional. Manuales Ramsar para el uso racional de los humedales*, Secretaria de la Convención de Ramsar, Gland, Suiza, 2010. 130 pp.
- SECTUR- Secretaria de Turismo. *Estudio de gran visión del turismo en México: perspectiva 2020*, Centro de Estudios Superiores en Turismo (CESTUR), México, 2000a. 174 pp.
- . *El turismo mexicano en el largo Plazo*, Centro de Estudios en Turismo (CESTUR), México, 2000b. 170 pp.
- . *El turismo cultural en México*, Centro de Estudios Superiores de Turismo (CESTUR), México, 2011. 17 pp.
- SEGOB- Secretaría de Gobernación (2012). Primer informe de gobierno. Fecha de consulta, 10 de marzo de 2014: Disponible en: <http://www.presidencia.gob.mx/informe/>
- SUÁREZ DÁVILA, Francisco. *Crece o crece. Del estancamiento estabilizador al nuevo desarrollo*. Ed. Taurus, México, 2013. 336 pp.
- TAPIA HERNÁNDEZ, Francisco J. Las comunidades costeras-pesqueras de Escuinapa, Sinaloa, México versus el Centro Integralmente Planeado "Playa Espíritu" pp. 193-231. En: RAMÍREZ-ZAVALA, Jaime R (Coord.), *Marismas Nacionales Sinaloa; Futuro y Conservación*, Editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2012.
- TEGGART, Frederick J. Politización e individualidad. pp. 161-181. En: NISBET, Robert (Coord.), *Cambio social*, Editorial Alianza, Madrid, 1979.
- URIBE, Pablo. Denuncian ONG a desarrollo ilegal en Sinaloa avalado por Presidencia y Fonatur. En: Greenpeace México, 19 de febrero de 2009. Disponible en: <http://www.greenpeace.org/mexico/es/Noticias/2009/febrero-/denuncian-ong-a-desarrollo-ile/>
- VALDEZ PINEDA, María et al. Los pescadores de Teacapán, ¿preparados para el futuro desarrollo turístico?. pp. 163-191. En: RAMÍREZ-ZAVALA, Jaime R (Coord.), *Marismas Nacionales Sinaloa; Futuro y Conservación*, Editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, México, 2012.
- VALENZUELA VALDIVIESO, Ernesto; COLL-HURTADO, Atlántida. La construcción y evolución del espacio turístico de Acapulco (México). En: *Revista Anales de geografía*, no. 1, Vol. 30, enero-junio, pp. 63-190, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2010.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Antonio Bosch Editor, Barcelona, España, 2005. 175 pp.
- . Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. En: *Revista Investigaciones regionales*, no. 11, Vol. 18, sin mes, pp. 183-210, Asociación española de Ciencia Regional, España, 2007.
- VEGA CAMPOS, María Elena. *FONATUR: 35 años*. Fondo Nacional de Fomento al Turismo (FONATUR), México, 2009. pp.35-57.
- VILLASEÑOR PALACIOS, Bertha A. Turismo y globalización. pp. 129-157. En: AVEDOY, José Octavio C.; CEBALLOS CHÁVEZ, Luz Angélica (Coord.), *Desarrollo sustentabilidad y turismo: una visión multidisciplinaria*, Editorial Universidad Autónoma de Nayarit, México, 2012.
- ZORRILLA ARENA, Santiago; SILVESTRE MÉNDEZ, José. *Diccionario de economía*, Editorial Limusa, México, 2004. 295 pp

RETOS DEL TURISMO EN LA SOCIEDAD ACTUAL

Stella Maris Arnaiz Burne

Resumen: Este trabajo forma parte de un estudio que hemos realizado en la universidad a fin de adecuar la enseñanza a los nuevos retos que se dan en esta era postindustrial, donde el turismo y la sociedad han tenido transformaciones muy profundas. El objetivo del trabajo es analizar la nueva sociedad del consumo en el marco de la globalización desde las ciencias sociales y estudiar los cambios que se han dado en el turismo ante imaginarios en constante transformación, que mueve a todos los actores a un modelo donde hay nuevas reglas laborales y de ocio, una dicotomía hoy superada por la realidad. La sociedad de los servicios toma mayor dinamismo y poder que la sociedad de la producción, y éstos a su vez tienen una mayor carga de imaginarios, pasando de ser una excepción estacional como eran las vacaciones a ser un *continuum* de viajes y experiencias en donde se combina lo laboral y profesional con el ocio. Las nuevas tecnologías transforman la dinámica del turismo desde su operación como modelo a su administración como servicio. El efecto demostración tradicional deja de ser la síntesis del souvenir y el turista comparte en tiempo real sus experiencias, pero también trabaja en sus responsabilidades y aporta sus calificaciones de los servicios que utiliza. Al final, el viaje es de comprobación, porque el viaje previo a través de la red no solo le indica lo mejor sino que crea una mayor expectativa, y la vez confianza por llegar a un lugar ya “conocido”. La sociedad en red y el turismo han generado una dimensión propia que cada vez crece más y hace de este modelo un producto de consumo permanente en un nuevo mundo en movimiento.

Palabras clave: Turismo. Sociedad del consumo. Imaginarios. Tecnología.

DESAFIOS DO TURISMO NA SOCIEDADE ATUAL

Resumo: Este *paper* é parte de um estudo realizado a fim de adaptar o ensino universitário aos novos desafios que existem nesta era pós-industrial, onde o turismo e a sociedade tiveram mudanças muito profundas. O objetivo aqui é analisar a nova sociedade de consumo no contexto da globalização, partindo das ciências sociais para estudar as mudanças que ocorreram no setor do turismo, diante dos imaginários constantemente em mudança, movendo-se todas as partes interessadas para um modelo onde há novas regras de trabalho e de ocio, uma dicotomia agora ultrapassada pela realidade. A sociedade de serviços assume mais dinamismo que a sociedade de produção, e estes, por sua vez têm uma maior carga de imaginário, deixando de ser uma exceção estacional como eram as férias sazonais para ser um *continuum* de viagens e experiências onde se combina o trabalho profissional com experiências de lazer. As novas tecnologias estão transformando a dinâmica do turismo a partir de seu funcionamento como um modelo para a sua gestão como um serviço. O efeito de demonstração tradicional deixa de ser a síntese de lembranças turísticas e compartilha suas experiências em tempo real, mas também funciona com as suas responsabilidades e fornece as suas notações de prestação de serviços usados. Ao final, a viagem pode se verificar, porque a viagem prévia através da rede diz não somente o melhor, mas cria uma maior expectativa e confiança, enquanto para chegar a um lugar já “conhecido”. A sociedade em rede e o turismo geraram uma dimensão própria que está em constante crescimento e torna este modelo um produto de consumo permanente num novo mundo em movimento.

Palavras-chave: Turismo. Sociedade de consumo. Imaginários. Tecnologia.

TOURISM CHALLENGES IN TODAY'S SOCIETY

Abstract: This work is part of a study performed at the University to adapt teaching to the new challenges that exist in this postindustrial era, where tourism and society have been very profound changes. The objective of this study is to analyze the new consumer society in the context of globalization and the social sciences to study the changes that have occurred in tourism to imaginary constantly changing, moving all stakeholders to a model where there are new labor and leisure rules, a dichotomy now overtaken by reality. The service society has been more dynamic than the production society, and these in turn have a higher burden of imaginary, from being a seasonal holiday as were the exception to be a continuum of travels and experiences where it combines the professional work and leisure. The new technologies are transforming the dynamics of tourism from its operation as a model for its management as a service. The traditional demonstration effect ceases to be the synthesis of souvenirs and tourist shares real-time experiences, but also works on their responsibilities and provides its ratings of services used. In the end, the journey is checking, because the previous trip through the network not only tells the best but creates a greater expectation and confidence while to come to a “known” place. The network society and tourism have generated a dimension that is constantly growing and makes this model a product of permanent consumption in a new world in motion.

Keywords: Tourism. Consumer society. Imaginary. Technology.



Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

¹ Correspondencia: Profesora investigadora Titular C, Centro Universitario de la Costa. Universidad de Guadalajara (México). Doctora en Antropología por la Université Laval, Québec; Escribana y Abogada por la Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Investigadora Nacional Nivel II en el Sistema Nacional de Investigadores, México. Autora de libros y artículos científicos en revistas de Argentina, Colombia, México y Brasil.

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 20 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 15 de dezembro, 2015.

Received on november 20, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 15, 2015.

1 EL TURISMO Y LA SOCIEDAD DE CONSUMO

El objetivo del trabajo es analizar la nueva sociedad del consumo en el marco de la globalización desde las ciencias sociales, Así mismo, estudiar los cambios que se han dado en la actividad turística ante imaginarios en constante transformación, que mueven a todos los actores a un modelo donde hay nuevas reglas laborales y de ocio, una dicotomía hoy superada por la realidad.

El turismo como fenómeno social va más allá de las limitaciones disciplinarias, como cuando se dividía lo social de lo económico como dos dimensiones diferentes. En la actualidad, esta situación se ha superado ya que se entiende como una unidad la teoría social vinculada a la producción, el consumo, la cultura de masas y la búsqueda del placer, integrados en una lógica única que mantiene al sistema.

Esto refleja la compleja sociedad actual, la del consumo, donde todo se transforma en producto comercializable, lo cual difiere en mucho de la primera mitad del siglo XX cuando surge el turismo de masas en pleno auge de la sociedad de la producción, y cuyo eje era el trabajo y la familia, que tenía como contrapartida las vacaciones anuales, donde el descanso físico y mental era lo más importante.

La perspectiva utópica – ideológica con que se iniciaron los planteos pioneros del turismo en los 60s, que partían de una visión falsa que ubicaba al turismo como la alternativa “pura” en contraposición a la fábrica, centro de máquinas contaminantes que terminaban con grandes recursos naturales y sociales incluido el hombre, en pocos años sucumbió víctima de sus propias contradicciones, que se palparon en la realidad.

En la década siguiente, el turismo masivo debió enfrentar a la crítica que emergía de distintas experiencias, por un lado la que tuvo De Kadt al analizar más de una docena de experiencias de desarrollo turístico, principalmente en el denominado en esa época como, tercer mundo (DE KADT, 1989).

Desde otra perspectiva más antropológica estaba la visión anticipativa de Nash que en esa época ya consideraba al turismo como un mecanismo de expansión del imperialismo en todo el mundo, algo que era evidente en las islas tropicales y los países de bajo desarrollo, incluida la España de Franco (NASH, 1989).

Así se dio el primer estudio del modelo, al que luego se le sumó la antropología para analizar los “otros” y sus pueblos de acogida; la geografía, un pionero en el turismo, trabajó el territorio, el paisaje y la población

desde diferentes perspectivas, y luego la ecología integró las amenazas al capital natural por un lado y al paisaje social por el otro, mientras la sociología analizaba la emergente sociedad turística y junto a la psicología estudian los imaginarios de una sociedad cambiante, y como son asimilados y operados por la “magia del turismo”.

El estudio de la moderna sociedad del consumo en el marco de la globalización, así como sus actores, los nuevos imaginarios y sus amenazas, van a incidir en las grandes transformaciones que se han comenzado a dar en el turismo, al extremo de transformarlo en un producto de fácil acceso y rápido consumo, que se toma según oportunidades del mercado. El turismo ha cambiado de ser una actividad de descanso a un consumo sin más limitaciones que el costo y el tiempo disponible.

La globalización ha extendido el capitalismo a nivel mundial con sus atractivos y amenazas, desde el auge de la economía de mercado y la magia del consumo a sus consecuencias más directas que son una profundización de las asimetrías en la población mundial y un gran consumo de recursos por encima de las posibilidades del planeta, amenazas que afectan gravemente a la estabilidad del planeta.

Las grandes transformaciones que se dan a fines del siglo XX, cambian la sociedad, principalmente la occidental, cuya expresión inmobiliaria era de bases sólidas, el monumentalismo como parte del escenario del espectáculo del poder detentado por el Estado o los grandes grupos de poder en una nueva que se empieza a hacer líquida (BAUMAN, 2003), porque el nuevo espectáculo requiere de un cambio constante de escenarios para hacer realidad aquello que sostenía Debord: “[...] En el mundo realmente invertido, lo verdadero es un momento de lo falso” (DEBORD, 1995, p. 42).

Con la consolidación de la ciudad como centro del poder y del saber, en la etapa de la sociedad sólida, el nomadismo era mal visto; por el contrario, hoy es lo cotidiano; la gente está en constante movimiento y éste puede ser en su mismo país o hacia otros, en un mercado global; los recursos humanos se deben adecuar a estos cambios (BAUMAN, 2003).

Los dueños del gran capital, ya no tienen en la actualidad el compromiso de presidir el proceso productivo, ya no es normal ver al “patrón” de una industria; hoy las grandes empresas y los grupos financieros son, en su mayoría, totalmente

despersonalizados y sólo empleados jerárquicos los representan.

En el presente todo se debe globalizar, primero fueron las tecnologías, luego los capitales y hoy son las personas, todos somos nómades, aunque a veces nunca salimos de la casa, pero viajamos a través de los medios en un vuelo de evasión.

Esto trae como consecuencia lo que Beck denomina la segunda modernidad, donde las instituciones centrales que antes eran reinantes y hoy muertas al final están vivas pero como los zombis, ellas son las familias, las clases sociales y los vecinos, entre otros (BECK, 1998).

Entre la sociedad del consumo y la sociedad del ocio no hay una separación, por ello es que el trabajo que lideraba la organización de la vida cotidiana y la familia comienza a diluirse en nuevas formas de organización y gustos sociales.

En la sociedad “líquida”, lo esencial del trabajo no es la producción de objetos físicos sino la manipulación de datos, imágenes y símbolos, lo cual es posible ante el ocaso de gran maquinaria y el fin del fordismo; lo cual permite que el trabajo se realice desde cualquier lugar, a cualquier hora, ya que no hay que coordinarse miles de operarios en una gran maquinaria, hoy obsoleta.

Así el trabajo post-industrial se vuelve más disociado y más integrado, deja los lugares tradicionales y aparece el trabajo a distancia, lo que lleva a una dispersión temporal y espacial acompañada de una explosión funcional, y con ello emergen nuevos oficios mientras los tradicionales se vuelven obsoletos rápidamente, como los instrumentos que operaban.

A medida que tiempo de placer, descanso y ocio se fueron convirtiendo en un tiempo de consumo, las diferencias entre el tiempo para producir y el resto del tiempo se fueron perdiendo, de allí que en la Sociedad de la información (SI) las fuerzas de la economía red incorporan a la órbita comercial el tiempo restante de cada individuo transformándolo en cautivo de una cordialidad omnipresente.

Es así como el dinamismo de la modernidad deriva en la recombinación del tiempo y el espacio lo que lleva a reconfigurar las relaciones sociales en la medida en que existen nuevos factores básicamente tecnológicos que revinculan ambas dimensiones, mientras el ocio mercantilizado se ha hecho asequible a todos los segmentos de la sociedad.

Esta situación tiene incidencia directa en el turismo, ya que éste se enfrenta a dos paradigmas diferentes: el liberal consumista, toma al ocio como descanso, libertad y consumo y el creativo cultural, que procura integrar en el tiempo de ocio a valores y procesos provenientes de la educación, la creación y la cultura; este último es el que domina en vastos grupos de la sociedad y en nuevos segmentos del turismo.

En la sociedad del consumo, el hecho de transformarla en paralelo en sociedad informatizada termina haciendo más importante el tiempo de ocio que el laboral.

La sociedad del consumo incide directamente en el cambio del turismo en diferentes ángulos y daremos como ejemplo lo que se ha denominado “el marketing de la liberación” a la cultura que se transmite a través de la publicidad porque cada anuncio vende un artículo al consumidor y todos venden un estilo de vida (LOZANO, 2008).

Apple, pionero en la revolución informática y especialmente en el diseño, inicia una estrategia de marketing en 1984 bajo el lema: “ya era hora que un capitalista liderara una revolución” y con ello saca al mercado sus computadoras personales.

La teoría empresarial actual gira en torno a la revolución, no al estatismo, no a la jerarquía, es sobre la liberación, no sobre el orden, por ello es otra variante más sofisticada y menos violenta para el ciudadano del estatus que ha sido puesto en movimiento.

El “turismo de aventura” es un ejemplo de ello, actividad que se realiza con el todo terreno o 4X4, el cual se anuncia como la solución para liberar al ciudadano aburrido de su rutina, que puede ser en su casa, en un trabajo a distancia, que cuando llega el fin de semana busca una actividad que logra romper con la monotonía de esta nueva cotidianidad.

El mercado de la liberación imagina y refleja a los consumidores liberándose de las viejas fuerzas del orden, rompiendo los grilletes con los que el capitalismo los ató, escapando de la rutina burocrática y la jerarquía.

La libertad, como objeto de marketing, actúa como placebo contra la claustrofobia, y el consumidor puede disfrutarla recorriendo libremente los escaparates de un gran centro comercial, sin reparar que se halla en un laberinto de espejos sin salida.

Esto lleva a lo que se denomina autenticidad falaz o inauténtico, como son los bares temáticos, los restaurantes étnicos, las ciudades de fantasía, todas

formas de transformar la realidad para alimentar el consumismo postmoderno, con cosas falsas, que se brindan como auténticas.

Así también, cada día se venden más servicios de belleza para el tratamiento de las “no enfermedades” y el bienestar general, como obesidad, erección, abstinencia a nicotina, ansiedad y toda una serie de medicinas para aumentar la memoria, rendimiento, aprendizaje y retrasar el envejecimiento neuronal (TALARN, 2007).

En la sociedad occidental se ha instalado el mito de la salud perfecta, que nos convierte a todos en consumidores compulsivos. El turismo de salud y los spa ocupan un lugar importante en las preferencias de los turistas modernos.

Por vivir tan rápido generamos más ambiciones y expectativas, pero pagamos un precio muy elevado por este viaje a ninguna parte. Somos víctimas y victimarios de una sociedad que procura que todo el mundo la pase muy bien, que las satisfacciones sean inmensas y las emociones fuertes. Por ello exigimos en el turismo dos cosas fundamentales: que no nos dejen tiempo libre porque no sabemos qué hacer y que nos llenen el tiempo de ocio enlatado de un alto contenido de adrenalina, ya que es la droga que nos permite huir de nuestra propia realidad.

Otro de los grandes temas de esta nueva sociedad y que tiene incidencia directa en el turismo es el referente al territorio y la pregunta que parece destinada a ser realidad es ¿el territorio es infinito? La tierra es un mundo limitado, pero hay nuevos espacios que han multiplicado al infinito sus dimensiones, que ya no son las tradicionales de las tres dimensiones.

La dimensión de la Web y la realidad virtual son un mundo casi sin límites, que han penetrado en la sociedad actual y se han consolidado en el mundo del turismo.

En el espacio virtual, el turismo toma forma, asume profundidad, la gente puede tener una muestra de lo que va a conocer, pero el espacio virtual es muy amplio y allí se realizan todo tipo de transacciones. En este espacio la persona realiza un viaje de reconocimiento de los lugares que quiere visitar y así cuando realiza el viaje es en realidad de comprobación de lo que vio antes en la Web. Este nuevo espacio crea una temporalidad singular de una difusión instantánea, donde no se pueden separar las personas por medios de obstáculos físicos, de esto deriva que “el aquí y allá” pierden todo significado (BAUMAN, 1999).

Los ciudadanos del primer mundo quieren ir a conocer cómo viven los pueblos originarios y para ello se preparan a éstos bajo la lógica de un parque temático. Así el turismo cumple con su función de ocupar el espacio que separa lo primitivo de lo moderno colocando a los pueblos cara a cara, interactuando mediante una lengua franca, el inglés intercultural (MacCANNELL, 2007).

2 EL TURISMO Y LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN

El turismo y las tecnologías de la información se relacionan desde el inicio de los 50's, cuando las compañías aéreas desarrollan un sistema computarizado (tarjetas) para sus reservas: Computer Reservation Systems.

La primera fase de esta “relación” se da en dos décadas, de los 60's a finales de los 70's y en esa etapa se usa la informática para automatizar la gestión de procesos de datos que requerían gran volumen de mano de obra. Se desarrolla el “Global Distribution System” (GDS) que engloba a diferentes compañías, armando una primera gran red gracias al turismo. El tráfico en los aeropuertos también comienza a utilizar estas tecnologías en los procesos de embarque, cintas transportadoras y en cabina.

La segunda fase se inicia en la década de los 80's cuando emergen los microprocesadores, los que facilitan de gestión de la información y se crea una enorme base de usuarios que será fundamental para dar paso a la siguiente etapa.

La tercera fase es la del auge de la informática, que convierte a los consumidores de información en clientes del turismo o consumidores de viajes. La marea multimedia que estalla a mediados de los 90's, donde computadoras, televisiones, teléfonos celulares y equipos de música generan nuevos entornos que permiten la introducción masiva a través de internet de catálogos y folletos que hacen que el turismo y los viajes, como productos, inunden el mercado y entren a la casa de los posibles consumidores.

En el siglo XXI, el GDS engloba consorcios de proveedores de productos y servicios turísticos y provee de información en tiempo real a cientos de compañías aéreas y miles de hoteles en el mundo, lo cual a partir de la segunda década de este siglo lo potencializa Big Data.

Pero la pregunta que cabe ante el ascenso de las TIC's en el mundo global y muy especialmente en el

turismo, es saber: ¿por qué tienen tanto impacto las TIC's en esta industria? Hay muchas respuestas pero técnicamente se registran dos; la primera, por la intangibilidad del producto, que provoca que tanto clientes como intermediarios dependan fuertemente del alcance, exactitud y puntualidad de la información para una correcta toma de decisiones. La segunda es debido a que ésta es una industria intensiva en información pues se necesitan conocer horarios, disponibilidades, precios y más de hoteles, vuelos, trenes, restaurantes, museos, etc.

La segunda pregunta deriva de ésta, y es ¿cómo se dio esta evolución de las tecnologías de la información y la comunicación en la industria turística? El avance se dio tan rápido como la tecnología se lograba socializar y con ello hacer asequible a un público mayor.

Comienza con las páginas estáticas de los 90's y evoluciona en veinte años a las ultra-dinámicas del 2010. Así se pasa también de los internautas por curiosidad a una población del planeta que está conectada durante todo el día y esto deriva en el fenómeno actual de las "redes sociales", que han logrado generar un ejército de millones de usuarios conectados, mejor informados, que pretenden evitar intermediarios en sus compras y más en los viajes y que todo ello deriva en un nuevo modelo de negocio.

La evolución tecnológica se mide por el aumento del nivel de interactividad y así se logra en dos décadas pasar tres niveles tecnológicos diferentes. El primero era la denominada Web 1.0, con contenidos estáticos, actualizada sólo por los gestores del sitio, fue la pionera; el segundo fue la Web 2.0, es la que permite interactividad del usuario, siendo la que tiene una mayor dinámica y es la que se usa mayoritariamente hoy. El tercer nivel es la Web 3.0 o Web Semántica, que es la web inteligente que va más allá de la interacción con el usuario, ya que ésta lo guía o lo aconseja, le busca la mejor opción en tiempo real a nivel planetario, y es aquí donde se ubica el nuevo gran hermano: "Big Data".

La Web 2.0 permitió el auge de los conocidos como proyectos colaborativos, son los que permiten la creación de contenidos de forma conjunta y simultánea por parte de muchos usuarios, y en el turismo se les denomina Comunidades de viajes online o comunidades virtuales. Aquí es donde miles de personas expresan sus opiniones sobre sus experiencias vividas en lugares, hoteles, viajes, lo que deriva en ranking de lugares y donde destaca TripAdvisor, una referencia obligada en el mundo de los viajes.

Junto a ésta están los famosos Blogs, sitios de opiniones personales que se actualizan y actúan con otros enlaces. Para ser considerado un bloguero es necesario publicar sus aportes en un sitio de fácil acceso, mostrar un cierto esfuerzo de creatividad y hacer de esto una rutina o práctica. Éste es otro aporte de la socialización masiva que produce el internet.

Hay otros modelos de socialización de información de diferentes tipos, como es el caso de las comunidades de contenidos, que son los sitios web cuyo objetivo es el de compartir contenidos entre usuarios que comparten libros, denominado BookCrossing; los flickr para compartir fotos; el tradicional Youtube para compartir videos y el Slideshare para socializar presentaciones en PP.

El gran impacto de las TIC's en la industria turística es amplio y permiten la desintermediación del sector al facilitar el contacto directo entre las empresas y los clientes, convirtiéndose éstos en sus propios agentes de viaje. Así también, la generación de valor que crea ventajas comparativas, ya que facilitan la transformación de la cadena de valor al disminuir los costes en la industria, al transparentar precios, por lo que se transforma en factor clave para la definición de una estrategia.

Las TIC's están incrementando las relaciones verticales, al generar mayor interacción entre empresas, proveedores y clientes en las comunidades virtuales, que son muy útiles para gestionar relaciones y para atraer clientes nuevos a través de la interacción social.

Lo más conocido de las TIC's está en su incidencia en el marketing y la promoción, el cual se ha transformado radicalmente ya que hoy las empresas ya no controlan la información sobre ellas y menos las agencias especializadas, lo cual obliga que el nuevo marketing debe ser basado en la web, donde deben competir con nuevos modelos, como son los tours virtuales que se destacan por ser un gran vendedor.

Pero todo esto ha dado en estos últimos dos años un salto impensable antes, que es la gran explotación de una minera, la de datos, a través de la nueva tecnología que plantea Big Data.

3 CONCLUSIONES

La sociedad de los servicios toma mayor dinamismo y poder que la sociedad de la producción, y éstos a su vez tienen una mayor carga de imaginarios, pasando de ser una excepción estacional como eran las

vacaciones a ser un continuum de viajes y experiencias en donde se combina lo laboral y profesional con el ocio.

Las nuevas tecnologías transforman la dinámica del turismo desde su operación como modelo a su administración como servicio.

El efecto demostración tradicional deja de ser la síntesis del souvenir y el turista comparte en tiempo real sus experiencias, pero también trabaja en sus responsabilidades y aporta sus calificaciones de los servicios que utiliza. Al final, el viaje es de comprobación, porque el viaje previo a través de la red no solo le indica lo mejor sino que crea una mayor expectativa, y la vez confianza por llegar a un lugar ya “conocido”.

La sociedad en red y el turismo han generado una dimensión propia que cada vez crece más y hace de este modelo un producto de consumo permanente en un nuevo mundo en movimiento.

Hoy en día, la industria del turismo se encuentra en un momento decisivo y el uso de Big Data tiene el potencial de reformar radicalmente el negocio turístico y la experiencia de viajar, por lo que las empresas que ya adoptaron el uso de éste de forma pionera y ya tienen iniciativas en marcha, llevan una gran ventaja, aunque se encuentran en las primeras etapas de desarrollo. Pero para poder aprovechar al máximo los beneficios del uso de Big Data, los proveedores de viajes necesitan desarrollar un detallado plan de acción.

El otro problema que hay que resolver para entrar a esta tecnología es el que viene porque las tecnologías tradicionales de gestión de datos son incompatibles con las características que presenta ésta: volumen masivo, desestructurado y flujo continuo de información, esto obliga a adquirir una nueva generación de software de procesamiento de datos para administrar Big Data.

Hay un gran número de nuevas tecnologías para que los proveedores de viajes investiguen cuando adopten el uso de Big Data, como las nuevas bases de datos, los nuevos lenguajes de programación: Python, Pig y Hive, las nuevas arquitecturas de hardware para el procesamiento de datos como los ‘dispositivos’ que usan y el análisis de datos en memoria, características que forman parte del innovador panorama que ofrece el uso de Big Data.

BIBLIOGRAFÍA

BAUMAN, Zygmunt. *La globalización: consecuencias humanas*. México. FCE, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *La modernidad líquida*. Argentina. FCE, 2003.

BECK, Ulrich. *¿Qué es la globalización?* España. Paidós, 1998.

DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Argentina. Biblioteca de la Mirada, 1995.

DE KADT, Emanuel. *Turismo: ¿Pasaporte al Desarrollo?* Madrid. Endymion, 1991.

LOZANO, Irene. *El saqueo de la imaginación*. España. Debate, 2008.

MacCANELL, Dean. *Lugares de encuentros vacíos*. España. Melusina, 2007.

NASH, Dennison. El turismo considerado como una forma de imperialismo. En: SMITH, Valene L. (Comp.) *Anfitriones e Invitados: antropología del turismo*. Madrid, Endymion, 1989.

TALARN, Antonio. *Globalización y salud mental*. Barcelona. Plaza Ediciones, 2007.

ESCENARIOS TURÍSTICOS E INSEGURIDAD EN EL TURISMO

Víctor Vladimir Sánchez Mendoza

Resumen: El presente artículo se deriva de la segunda parte del marco teórico de mi tesis doctoral titulada “Percepción del imaginario turístico de los turistas estadounidenses y mexicanos en Mazatlán, en un escenario de inseguridad” a partir de una revisión bibliográfica detallada cuya finalidad es la de proporcionar un cuerpo fundamental de las teorías principales que ayudan a construir el núcleo conceptual de este trabajo. Este artículo se divide en tres partes: la primera muestra la conceptualización del turismo y sus actores; la segunda expone el bagaje teórico de los escenarios turísticos (front y back) de un destino con la propuesta de Dean MacCannell; y el tercero presenta el papel de la inseguridad en el turismo, además, la propuesta de seguridad y confianza en un destino turístico. Para finalizar, se exponen las conclusiones del artículo.



Este obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não
Comercial-Sem Derivações 4.0
Internacional.

¹ Doctor en Ciencias Sociales, Maestro en Ciencias Sociales con énfasis en Desarrollo Regional y Licenciado en Comercio Internacional; Además, es Docente de la Escuela de Turismo en Universidad Autónoma de Sinaloa en Mazatlán, Sinaloa, México. Miembro Activo Red de Investigadores y Centros de Investigación Turística en Turismo del Instituto de Competitividad Turística de la Secretaría de Turismo, México. [victor0113@hotmail.com].

Artigo convidado - Editor científico / Scientific editor: PhD. Thiago D. Pimentel

Recebido em 20 de novembro, 2015; aceito em 30 de novembro, 2015; publicado online em 15 de dezembro, 2015.

Received on november 20, 2015; accepted on 30 november, 2015, published online on december 15, 2015.

Palabras claves: Turismo. Escenarios turísticos. Inseguridad. Seguridad Turística.

CENÁRIOS TURÍSTICOS E INSEGURANÇA NO
TURISMO

Resumo: Este artigo é derivado de minha tese de doutorado intitulada "Percepção do Imaginário Turístico dos Turistas Americanos e Mexicanos em Mazatlan, em um Cenário de Insegurança" a partir de uma detalhada revisão de literatura, cujo objetivo foi fornecer um corpo chave das principais teorias que ajudam a construir o núcleo conceitual deste trabalho. Este artigo é dividido em três partes: a primeira apresenta a conceituação do turismo e seus atores ; a segunda apresenta o embasamento teórico dos cenários turísticos (frente e verso) de um destino com a proposta de Dean MacCannell; e o terceiro apresenta o papel da incerteza no sector do turismo, além disso, a garantia proposta e confiança em um destino turístico. As conclusões do trabalho são definidos ao fim.

Palavras-chave: Turismo. Cenários turísticos. Insegurança. Segurança Turística.

TOURIST SCENARIOS AND INSECURITY IN
TOURISM

Abstract: This article is derived from my doctoral thesis entitled "Tourist Imaginary Perception of Americans and Mexican Tourists in Mazatlan, in a Scenario of Insecurity" from a detailed literature review whose aimed to provide a key body of the main theories that help build the conceptual core of this work. This article is divided into three parts: the first shows the conceptualization of tourism and its actors ; the second presents the theoretical background of the tourist scenarios (front and back) of a destination with the proposal of Dean MacCannell; and the third presents the role of uncertainty in tourism, in addition, the proposed security and trust in a tourist destination. Finally, the conclusions of the exposed section.

Keywords: Tourism. Tourist scenarios. Insecurity. Tourist safety.

I INTRODUCCIÓN

El presente artículo titulado “Escenarios e Inseguridad Turística” es la segunda parte del marco teórico de una tesis de doctorado que se divide en tres apartados y tiene como objetivo analizar los elementos teóricos-conceptuales transcendentales que fundamentan la estructura o bagaje de este trabajo de investigación según los diversos teóricos que los han estudiado.

En un primer acercamiento se observa la conceptualización del turismo desde las perspectivas de la OMT (2008) y otros autores como: Hunziker y Krapf (citado por FIGUEROLA, 1990), De la Torre Padilla con enfoque social (1997), y unos de los clásicos como es Lickorish (1997); asimismo, se habla sobre el actor social un eslabón principal en el desarrollo de esta tesis que es el turista (Augé, 2008): clasificación (GURRIA DI BELLA, 2002; LICKORISH, 1997; GIMÉNEZ, 2007) y la mirada del turista desde la perspectiva de Urry (2002).

El imaginario colectivo se fortalece a partir de la construcción de “escenarios turísticos” que evoca Dean MacCannell (2003) con su obra “El turista: una nueva teoría de la clase ociosa” donde presenta una forma de estudiar al turismo desde la sociología del turismo. A partir de esta idea, MacCannell se nutre de la microsociología de Erving Goffman para estudiar el ritual del turista en lugares públicos que se van transformando en “atracciones turísticas” que surge de ciertos signos, símbolos o emblemas que configuran ese imaginario que desea el turista por medio de los itinerarios o recorridos turísticos en el destino. Se considera importante, plantear ideas centrales sobre el concepto de espacio turístico, con base en los comentarios de Méndez (2009) como espacio social y por Harvey (1977) como espacio absoluto. Es decir, el espacio turístico se encuentra invadido por montajes, sin embargo, se contempla que en el destino turístico sobresalen dos estructuras de escenarios turísticos: *Front y Back*.

Para finalizar esta segunda parte se habla sobre la conceptualización del turismo y de su actor social (el turista), de la seguridad turística, la inseguridad en el turismo y la Confianza son elementos fundamentales para estructurar el escenario o contexto donde el turista desarrolla las experiencias turísticas en el destino, por eso, es necesario observar las diversas propuestas conceptuales de seguridad por Grunewald (2010), Morales (apud LOZANO CORTES, 2007) y Sturken (2007); además, se exponen temas de inseguridad por Grunewald (2010), Silva (2003),

Espinoza Castillo (2007), Torrente (2001), Kessler (2011) y Santamaría Gómez y Flores Gamboa (2012). Por último, se muestra el concepto de Confianza de Fukuyama (1994) con la intención de que el turista perciba el imaginario turístico dentro de un escenario de inseguridad.

1.1 Conceptualización del turismo

De entrada, es necesario conocer la raíz etimológica acerca del concepto de turismo. Se encontró que las raíces *tour* y *turn* proceden del *latín*, ya sea del sustantivo *tornus* (“torno”) o del verbo *tornare* (“girar”, en latín vulgar) cuya connotación resultaría sinónima de “viaje circular”. Además, Haulot advierte que el vocablo *tour* tiene posiblemente un origen hebreo. Cualquiera que sea el origen de la palabra turismo, el motivo es que finalmente fueron tomadas del francés *tour* para ser utilizadas en otros idiomas como el inglés o español (DE LA TORRE, 1997, p. 13).

A partir de las aportaciones etimológicas del término de turismo, se han elaborado múltiples definiciones conceptuales que han ayudado a contrastar la evolución y desarrollo del estudio del mismo y que en algunas ocasiones han sido diferentes entre sí.

1.1.1 Enfoques conceptuales del turismo

Una de las primeras conceptualizaciones del turismo fue creada por los profesores Hunziker y Krapf en 1942. Establecían una definición, en principio, universalmente aceptada y aprobada por la Asociación Internacional de Expertos Científicos del Turismo (AIEST), para ellos el turismo es “el conjunto de las relaciones y fenómenos producidos por el desplazamiento y permanencia de personas fuera de su lugar habitual de residencia, en tanto que dichos desplazamientos y permanencia no estén motivados por una actividad lucrativa principal, permanente o temporal” (apud FIGUEROLA, 1990, p. 13).

Además, De la Torre Padilla, en su obra *Turismo: fenómeno social*, da una definición completa, debido a que permite comprender el concepto en un sentido más extenso; el turismo es “el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas, que fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural” (DE LA TORRE, 1997, p. 16).

En comparación, para algunos autores clásicos como Lickorish (1997), el turismo lo define como “la suma de los fenómenos y relaciones que surgen a raíz del desplazamiento y estancia de no residentes, siempre que no mantengan residencia permanente y no estén conectados con actividad lucrativa alguna” (LICKORISH et al., 1997, p. 50).

En cambio, que sucede cuando los turistas no son permanentes en ningún lugar del orbe, la Organización Mundial de Turismo (OMT) organismo rector a nivel mundial del turismo indica que el parámetro de su estancia para definir a un turista es de doce meses. En contraste, para la Ley General de Población de México en su capítulo III en su artículo 42 denomina a la categoría de turista como aquella persona que se interna al país con fines de recreo o salud, para actividades artísticas, culturales o deportivas, no remuneradas ni lucrativas con temporalidad máxima de seis meses (Ley General de Población, 2009). Es decir, medio año (6 meses) menos en periodo de estancia que lo establecido por la OMT.

Además, estas dos últimas propuestas conceptuales del turismo (DE LA TORRE; LICKORISH) dejan de un lado las nuevas tendencias del mismo como son: el “turismo de negocios” y el de “estudios u académico”. En contraste, la propuesta conceptual de la Organización Mundial de Turismo (OMT) si recoge la modalidad del turismo de negocios, pero, no incluye la vertiente del turismo académico. Entonces, ¿Dónde queda este nuevo tipo de turismo? A continuación se expresa la concepción que ofrece la OMT.

Según la concepción que utiliza la Organización Mundial de Turismo (OMT), el turismo “comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros motivos no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado” (OMT, 2008).

1.1.2 El turista

Marc Augé (2003) en su obra “*El tiempo en ruinas*” establece varias ambivalencias donde se recogen las dos primeras de ellas que son: el turismo y la migración, y la segunda es lo local y lo global. En primer término, el turismo adquiere día a día una importancia creciente, y existen países que, hace algunos años, eran importadores de turistas que en la actualidad se han transformado también en exportadores de turistas. La

mayoría de ellos, pertenecen a los países más desarrollados del mundo, y una buena parte de ellos viaja a los países subdesarrollados donde los inmigrantes abandonan por motivos económicos o políticos; si, pero las principales zonas turísticas en llegadas de turistas del mundo son las ricas o desarrolladas (Las primeras cinco son: Francia, Estados Unidos, España, China e Italia, excepto China que es una economía en crecimiento constante pero la distribución de la riqueza es desigual y atrás de este país le sigue Inglaterra⁶). En un segundo término, el turismo, al igual que otros fenómenos sociales, relaciona a su manera la oposición de local y lo global. En los propios países en los que es importante el impulso del turismo con destino al extranjero, la voluntad de atraer al destino turístico a los turistas nacionales y foráneos se afirma y se exhibe con una importante brillantez (AUGÉ, 2008, p. 60-62).

Por eso, es importante mencionar la conceptualización del actor social de esta investigación quien es el turista y se clasifica en: turista internacional y turista nacional con la finalidad de diferenciar el rol de cada actor. Es preciso, iniciar con la definición de turista como lo comenta Di-Gurria (2002) en su obra *Introducción al turismo* definiéndolo como “un visitante temporal que permanece cuando menos 24 horas en el país visitado y cuyo propósito de viaje puede ser clasificado bajo los siguientes rubros: tiempo libre o negocios” (Gurria Di-Bella, 2002, p. 15). Aquí, este autor ya incluye el turista de negocios, pero, todavía no incorpora al turista de congresos académicos o de estudios y no se considera a los visitantes de cruceros o cruceristas.

Ahora bien, Lickorish (1997) en su obra también llamada una *Introducción al turismo* define a un turista internacional como un “visitante no residente que permanece al menos una noche en un alojamiento colectivo o privado en el país visitado” (Lickorish; 1997, p. 57); A su vez, define al turista nacional como un “visitante residente de un país que viaja a un lugar de ese país y que permanece al menos una noche en un alojamiento colectivo o privado en el lugar visitado” (Ibíd.; p. 58).

Desde la perspectiva identitaria de la vida posmoderna de Gilberto Giménez (2007) en su obra

⁶ Según Ranking Mundial de la OMT en llegadas de turistas internacionales en el año 2010 consultada a través del Sistema Integral de Información de Mercados Turísticos (SIIMT), en Febrero de 2012. Disponible en <http://www.siimt.com/>. Cabe sugerir que este portal es de bastante utilidad para profundizar en indicadores turísticos o de otra índole.

“*Estudios sobre la cultura y las identidades sociales*” propone una definición del turista como aquella persona que “se mueve de lugar en lugar, pero contrariamente al vagabundo, sabe adónde quiere ir. Sin embargo; no viaja para lograr un fin último, como el peregrino, sino sólo para adquirir nuevas experiencias, para ver algo diferente o hacer algo que no ha hecho antes.”. De modo semejante, el individuo posmoderno también puede dedicarse a ensayar nuevas identidades, buscando siempre algo nuevo que probar (GIMÉNEZ, 2007, p. 81).

Por último, Marc Augé (1998) refiere en su obra *El viaje imposible: turismo y sus imágenes* al señalar que “los turistas coleccionan los recuerdos personales, pero ellos son también un elemento del espectáculo cotidiano que simboliza la situación (...) el espacio inicial del espectáculo se dispersa así en el no lugar de sus múltiples reproducciones” (AUGÉ, 1998, p. 125-126).

1.1.3 La mirada del turista

John Urry (2002) comenta que mucho se ha escrito acerca de la mirada del turista. Con base en la noción de Foucault de una forma institucionalizada del futuro. Urry define la mirada del turista como la forma organizada y sistematizada en la que los turistas contemplan paisajes, naturales, sitios históricos y otros objetos de interés. La mirada del turista es a menudo dirigido por guías de turismo en el caso de los viajes organizados en grupo o por guías como Lonely Planet, en el caso de los viajes individuales. El marketing turístico tiene un interés en dirigir con éxito a sus propias ofertas. Paneles interpretativos, folletos, o recorridos de audio ofrecen a los turistas con información interpretativa la finalidad de ayudarlos a darle un sentido a lo que están mirando (apud GRETZEL, 2010, p. 45).

Asimismo, McGregor (2000); Bhattacharyya (1997); y Koshar (1998) enuncian que estas fuentes refuerzan ciertas imágenes y promueven puntos de vista dominantes, por lo tanto influyen en la percepción del turista de lo que miran y lo que deben estar experimentando al mismo tiempo en un destino. En lugar de tomar la información sensorial a través de los ojos, los turistas utilizan las tecnologías (Internet y redes sociales) para extender su alcance sensorial. (Ibíd, p. 45).

Antes, McLuhan (1964) ya había dicho que las tecnologías utilizadas por los turistas para contemplar los objetos que registró la vista cambian los patrones de percepción, y también crea una barrera entre los turistas y los objetos de su mirada. El resultado es un modo muy

particular de vivir. McGregor (2000) opina que la mirada del turista ha sido criticada como una forma particular de ver que es muy pasiva, superficial, condescendiente, y con frecuencia conducen a experiencias mercantilizadas. Aunque, Perkins y Thorns señalan que es una mirada distante y superficial no es necesariamente una actividad dominante para todos los turistas, es una forma muy común que los turistas enfocan la experiencia de “lo exótico” (Ibíd, p. 45).

En resumen, el turismo es el acto de desplazarse voluntariamente de un lugar a otro sólo con fines de recreación y de descanso, además, de satisfacer sus placeres y provocando interacciones de carácter social, cultural entre otras. Asimismo, al turista se le define como aquel individuo hedonista que su estadía es más de un día en algún lugar que visita en su mismo país u otro; en contraste, los estudiosos del turismo así como las dependencias institucionales que lo promueven; han comentado que las últimas tendencias del turismo determinan que la visita de un turista a un lugar es también para hacer turismo de negocios o de estudios u académico. Entonces ¿A qué se la llama turismo de negocios? “es un conjunto de corrientes turísticas cuyo motivo de viaje está vinculado con la realización de actividades laborales y profesionales. Puede ser de tipo individual o grupal” (SECTUR México, 2011). El turismo de negocios en grupo atiende las siguientes variantes: congresos, convenciones, ferias, exposiciones y viajes de incentivo. Es aquí en la primera variante (congresos) donde se presenta una manifestación conceptual del turismo académico o de estudios “se define como congreso toda reunión profesional que tiene por objeto realizar una discusión y un intercambio profesional y/o académico en torno a un tema de interés. La iniciativa de realizar el congreso puede ser gremial o institucional, la convocatoria es abierta y la participación voluntaria” (Ibíd, 2011). Por último, los turistas se clasifican en dos tipos: internacionales y nacionales.

1.2 Escenarios turísticos

La propuesta que crea Dean MacCannell (2003) en su obra *El turista: una nueva teoría de la clase ociosa* donde presenta una nueva forma de estudiar al turismo que es la sociología del turismo. Partiendo de la semiótica de Marx acerca del proceso de producción de los obreros en las fábricas y su contraposición con los “tiempos de ocio” fuera de ella, MacCannell se propone constituir una teoría de la modernidad que cuestiona el valor en base a la “experiencia” que produce el comprador, y para MacCannell, las experiencias

turísticas son experiencias culturales, es decir el valor de éstas provienen finalmente de los turistas y sus culturas de origen, así como también de las culturas presentes de los lugares donde se efectúa la visita turística. “El ocio se construye a partir de experiencias culturales” (MACCANNELL, 2003, p. 23).

A partir de esta idea, MacCannell se alimenta de la microsociología de Erving Goffman para estudiar el comportamiento ritual del turista en lugares públicos. Al crearlo, va exponiendo cómo es el comportamiento del turista el que va estableciendo que ciertos lugares se transformen en “atracciones turísticas” a partir de ciertos signos, símbolos o atractivos que configuran ese imaginario que desea el turista. En ello interactúan el “turista”, una “vista” y sus “marcadores”, ya que la atracción turística es una “relación empírica entre el turista, una vista y un marcador (una información empírica sobre la vista)”. Algunas veces, MacCannell señala que algunas vistas son tan espectaculares que no necesitan ser marcadas por nadie: “tienen valor por sí mismas” (Ibíd, p. 43-50).

De esta manera, uno de los conocimientos de mayor relevancia de la teoría de Dean MacCannell es la “autenticidad”: la experiencia del turista busca ser “auténtica”, es decir, el turista busca entrar en correspondencia con cosas, sucesos o eventos que antes no ha experimentado. Ahí reside el valor que puede adquirir la experiencia turística (Ibíd, p. 91).

1.21 Espacios turísticos

El espacio generado en los destinos turísticos de sol y playa componen los sitios donde se expresan los deseos, fantasías y motivaciones sobre el lugar. El espacio se ha formado en sitios donde el simulacro de las condiciones y relaciones sociales es permeable al tejido social autosegregado mediante umbrales socioeconómicos, de raza, de género y creencias. La movilidad de masas atraídas por el turismo solicita la generación del espacio turístico y sobre todo el espacio social. Así que estos actores insertos en la ciudad turística buscan los escenarios turísticos a ocupar por estancias temporales (vacaciones) (Rodríguez, 2011, p. 23).

El espacio turístico visto como un espacio social por Eloy Méndez señala el concepto de espacio en alusión a Pierre Bourdieu, comenta que “(...) el espacio social es una representación de la noción de la clase social. Si bien es imposible lograr una representación gráfica –visible– del complejo tejido social, es razonable aceptar que se

objetiva el espacio físico o que éste no se explica sin aquél” (Méndez, 2009, p. 140).

Por otro lado, David Harvey (1977) en su obra “Urbanismo y desigualdad social” hace una reflexión sobre la esencia del espacio, indica que existen varias formas de concebir el espacio como tal, entre ellas se entiende como algo absoluto y relativo. En este sentido, el espacio relativo sería la propuesta más próxima a la estructura del espacio turístico, puesto que los turistas se desplazan sobre las zonas con la finalidad de descubrirlos (HARVEY, 1977, p. 5-6).

Dean MacCannell señala que “la visita se caracteriza por una organización social diseñada para revelar el funcionamiento interno del lugar y enfatiza que la construcción de los escenarios turísticos posmodernos y sobre todo la actuación del imaginarios colectivos” (MACCANNELL, 2003, p. 122).

Este autor retoma la propuesta elaborada por Goffman, siguiendo una división de sentido común estructural de los establecimientos sociales a través de lo que denomina regiones delanteras y traseras también los considera como dos grandes escenarios. El frente “es el lugar de reunión de anfitriones y huéspedes o de clientes y personal de un servicio” y la región trasera es “el sitio a donde se retiran los miembros del equipo local entre una actuación y otra, con el fin de relajarse y prepararse” (Ibíd, p. 122).

El espacio turístico es una clara muestra de la cara frontal de los destinos turísticos y es la realidad imaginada hecha por el turista, donde lo importante es satisfacer el deseo del visitante por encontrar el sitio indicado, de tal manera que, al señalar a este lugar se considera como de atracción, de encuentro y mercantilizado por el marketing para ser ofertado al viajero de modo que se transforma en una “*frente delantera* o “*región frontal*”, o sea, un espacio turístico para el cual están determinados los rituales de comportamiento, tanto para los turistas mexicanos como para los estadounidenses.

Asimismo, estos espacios no consisten en un sólo atractivo, sino en una estructura o conjunto de atractivos turísticos que integran la zona turística, con lo que el promotor, el guía de turista o el vendedor planean cautivar a la persona durante su recorrido o tour en la zona turística del destino. En contraparte, eso oculta la “*región trasera*” o – “*back*”, o sea, el espacio donde se muestran los comportamientos y formas de vida locales “tal como son” los residentes o anfitriones, también, refleja la dualización del territorio segregado y

fragmentado o la parte tercermundista, sin escenificación de rituales para visitantes (“autenticidad escenificada”). Por lo cual, el objetivo del turista que se enfoca a la búsqueda de la autenticidad buscaría “vivenciar la vida local tal como se vive” sin rituales especiales de exhibición de lo típico local, por ello, se aporta a la encomienda de avanzar paulatinamente desde la frente delantera a la trasera. “La búsqueda de la autenticidad está marcada por etapas en el pasaje desde el frente hasta la parte trasera” (Ibíd, p. 127-134).

1.2.2 Estructura de los escenarios turísticos

El desarrollo actual de la estructura social viene marcado por la aparición de espacios turísticos en cualquier lugar. Este espacio puede ser llamado escenario turístico o sencillamente escenario, según la medida en que se elabore la exhibición para el turista.

Los escenarios se caracterizan porque el único motivo necesario para visitarlos es el deseo de verlos; en este aspecto son únicos entre los lugares sociales; están físicamente próximos a una actividad social seria o la actividad seria es limitada en ellos, y contienen objetos, herramientas y máquinas especializadas en rutinas específicas, sociales, ocupacionales e industriales, y están abiertos, al menos en horarios específicos, a la visita de los espectadores. La conciencia y representación turística viene motivada por el deseo de verlos y vivir las experiencias auténticas y el turista puede creer que está en esa dirección para la visita turística (Ibíd, p. 133-134).

La estructura de los escenarios turísticos para Dean MacCannell (2003) “(...) pueden ser dispuestos en un continuo, comenzando por el frente y terminando por la trasera, reproduciendo la trayectoria natural del ingreso inicial de un individuo en una situación social” (Ibíd, p.134).

Basado en la teoría de Erving Goffman “El turista: una nueva teoría de la clase ociosa” (1959) donde se muestra indicadores empíricos y se distingue seis etapas que permiten estructurar los recorridos, tours e itinerarios turístico donde se exponen los escenarios turísticos, a través de un continuo.

a) Escenario Frontal (Región delantera)

Para, MacCannell (2003), la “Primera etapa” es la región frontal de Goffman; la clase de espacio social que los turistas intentan vencer o dejar atrás. (Ibíd, p. 134). Es

decir, la primera etapa, está configurada en la ciudad turística y se le llama región frontal.

Mientras expresa Dean MacCannell (2003) que la “Segunda etapa” es una región frontal turística (...) Funcionalmente, esta (segunda) etapa es completamente una región frontal, como lo siempre lo ha sido, pero está superficialmente decorada con recordatorios de actividades en las regiones traseras: momentos que nadie se toma en serio, llamados <<ambiente>> (Ibíd, p. 134). Es decir, esta segunda etapa, la región frontal turística es el montaje limpio del escenario turístico.

Además, MacCannell (2003) expresa que la “Tercera etapa” es una región frontal que está totalmente organizada para parecer una región trasera (...). Esta etapa es problemática: cuanto mejor es la simulación, más difícil resulta diferenciarla de la cuarta etapa. (Ibíd, p. 134-135). Es decir, esta etapa se transforma en el montaje del escenario turístico de la simulación, donde se muestra abierta y completamente el itinerario turístico que deberá cumplir con las representaciones simuladas de la realidad.

b) Escenario Trasero (Región Trasera)

Continua, MacCannell (2003) comenta que la “Cuarta etapa” es una región trasera abierta a extraños. Artículos sensacionalistas en revistas sobre las andanzas privadas de personajes famosos; revelaciones oficiales acerca de los detalles de negociaciones diplomáticas secretas. El hecho de que sean abiertos distingue estos escenarios turísticos especiales (etapas tres y cuatro) de otras regiones traseras; el acceso a mayor parte de las regiones traseras no turísticas está bastante restringido (Ibíd, p. 135). En otras palabras, son algunos marcadores que no constituyen parte del escenario turístico, pero sí del recorrido o tour, es decir, son los lugares que los turistas desean encontrarse sin explicar en su búsqueda como mitos y leyendas.

Asimismo, este autor explica en la “Quinta etapa” que una región trasera puede ser limpiada o alterada debido a que los turistas tiene permitido echarle un vistazo ocasional: la cocina de Erving Goffman; los casos de fábricas, barcos y orquestas; filtraciones a la prensa (Ibíd: 135). Es decir, la región trasera alterada es la evasión de la realidad de la ciudad turística que produce efectos desfavorables con la fabricación de la realidad expuesta al turista, durante sus vacaciones.

Por último, la “Sexta etapa” es la región trasera de Goffman; la clase de espacio social que motiva la conciencia turística (Ibíd, p. 135). También, denominada

como región trasera motivadora consiste en el encuentro del turista con la segregación y fragmentación de la ciudad turística que genera en el turista una conciencia turística.

En suma, en la parte delantera se monta el primer escenario por ser atractiva y de encuentro, señalada por marcadores que fomentan el deseo de visitar al sitio y se evita el paso por la ciudad real o cotidiana, siempre dirigido a las zonas turísticas donde se ubican tanto los atractivos naturales como los urbanos, actitud que los medios de comunicación y la mercadotecnia han desarrollado papeles fundamentales. Por ello, los empresarios del sector turístico trabajan en integrar espacios turísticos con la finalidad del agrado del turista. En contraparte, la parte trasera recoge la vida cotidiana de los residentes en distintos escenarios como: el turista experimenta la interacción de los residentes en diferentes lugares como: los ancianos platican en la plazuela, las amas de casa asisten a hacer sus compras al típico mercado o como los creyentes asisten a misa a la iglesia; además, de mirar a los pescadores utilizando sus diferentes técnicas para filetear los pescados en el muelle pesquero, entre otras cosas; es decir, gozar de los diferentes colores y olores, así como conocer las costumbres, las tradiciones y los hábitos de la vida cotidiana del destino turístico. Por otro lado, el turista no queda exento de vivenciar sucesos desagradables dentro de la vida común de los residentes como (actos de violencia, robos, pobreza, marginalidad, congestión vial, contaminación ambiental y visual, entre otros).

2 LA CONCEPTUALIZACIÓN DE LA INSEGURIDAD Y SEGURIDAD EN EL TURISMO

Introducción a la gramática de inseguridad
"El tema de la inseguridad quizá sea el imaginario más fuerte que se manifiesta en las ciudades de América Latina" Armando Silva (2003, p. 84).

Aquí se observa, al turismo como actividad económica activa y como institución social asociado a un sinnúmero de variables y a problemas globales que pueden afectar su desarrollo, tales como los atentados terroristas, las crisis financieras, las enfermedades infecciosas y la violencia delictiva. Para ello, R. Schutler considera que el turismo es un fenómeno retráctil porque se contrae por eventos y situaciones que impliquen cierto peligro para los turistas como ser

atentados, robos, asesinatos, crímenes u otros actos de otra naturaleza (apud KORSTANJE, 2010, p. 390).

Por lo cual, la cercanía de estos sucesos violentos o peligrosos para el turista determina la percepción del miedo⁷ a una amenaza o peligro; Por ende, modifica la construcción del imaginario del destino turístico en un escenario de inseguridad, por eso, hay que tener claro que el concepto de seguridad como lo expresa Silvia Morales citado por Lozano Cortes en su trabajo *La construcción social de la seguridad en la actividad turística* (2007) manifiesta que es una construcción social, "...un estado subjetivo que nos permite percibir que nos desplazamos en un espacio exento de riesgos potenciales o reales".

Y en esta dirección, no se puede ignorar, para abordar y comprender la seguridad y específicamente la que está relacionada al desarrollo del turismo, una perspectiva de interés como es la se puede denominar como seguridad subjetiva, es decir, el grado de percepción de seguridad que experimentan o construyen los ciudadanos ante múltiples contingencias. La percepción de la inseguridad, esto es, la interpretación por el sentido común de ciertas situaciones como inseguras, es para la doctrina "el resultado de un complejo proceso subjetivo, de definiciones y atribuciones valorativas, es una construcción social de la realidad (Berger y Luckman, 1966).

2.1 La inseguridad en el turismo

De tal manera, Diego Torrente (2001) dice que es difícil medir el concepto de seguridad ya que varía según la persona y además, hay que tener en cuenta que el sentimiento de inseguridad⁸ está influenciado por creencias, actitudes y experiencias que no necesariamente tiene que ver con el delito (Espinoza Castillo, 2007, p. 84).

De acuerdo con lo anterior, LaGrange (1995) propone el término de "miedo derivativo" como el que no requiere una experiencia previa concreta y suele ser parte, por ejemplo, de un discurso general sobre los peligros o acontecimientos de violencia actuales, la degradación moral de la sociedad o las consecuencias

⁷ El miedo es un sentimiento legítimo tanto en hombres como en mujeres cuando hay consenso en que se está viviendo bajo la amenaza del delito (KESSLER, 2011, p. 43).

⁸ El sentimiento de inseguridad es una percepción sociológica, ya que no ha sido objeto de desarrollo teórico como otros conceptos cercanos como el riesgo o el pánico (Ibíd, p. 29).

de la situación social (KESSLER, 2011, p. 36). Es decir, no es necesariamente ser una víctima de un delito o un acto violento para percibir los factores que determinan un escenario de inseguridad.

Según, Diego Torrente (2001) dice que existen seis factores primordiales que influyen en la percepción de la inseguridad de las personas (*op. Cit:* 85):

- 1) El primer factor es el haber sido víctima de un delito.
- 2) El segundo factor es el riesgo objetivo de ser víctima de un delito.
- 3) El tercer factor es la percepción sobre el propio riesgo personal.
- 4) El cuarto factor son las condiciones físicas o sociales.
- 5) El quinto factor se refiere a la información que se dispone sobre el delito y la víctimas (los medios de comunicación comunican sobre estos sucesos).
- 6) El sexto factor es precisamente la confianza en la policía y el sistema penal.

Es notable, la contra oposición y el contraste de ideas que proponen por un lado LaGrange y por el otro Diego Torrente sobre una de las principales características que se toman en cuenta para determinar la percepción de inseguridad de las personas. El primero dice que no forzosamente hay que ser víctima de un hecho delictivo para percibir la inseguridad. En oposición, Torrente comenta, y lo subraya que el primer factor para percibirla es el haber sido víctima de un delito. Por lo cual, ambas ideas se contradicen, pero, pueden apoyar al turista a una mejor percepción de la inseguridad en un destino turístico.

Una mención especial merecen los trabajos de Norbert Lechner (1990) donde distingue tres dimensiones de la inseguridad: el miedo al otro como potencial agresor, a la exclusión económica y social y, por último, al sinsentido de una situación que se considera fuera de control. Algunos autores estadounidenses realizaron una serie de trabajos sociológicos en los noventa donde llegaron a la conclusión que el miedo es un recurso intencionalmente manipulado por motivos económicos, políticos o étnicos: cortinas de humo para ocultar cuestiones más graves. Pese a ello, no se desconoce que estos miedos tienen eco en la sociedad porque existe un sentimiento general de inseguridad ante la pérdida o debilidad de poderosas metanarrativas religiosas, políticas, artísticas o

científica que tuvo lugar en el siglo XX (Kessler, 2011, p. 27-30).

Otro elemento central que tiene un lugar significativo en la noción de inseguridad, es el riesgo que ha ocupado gran importancia en los estudios de la teoría social en la década pasada, a tal punto que llegó a establecerse que se vive en una “sociedad de riesgo”. El riesgo no es un hecho social, sino un fenómeno que se transforma en riesgoso por medio de una operación cognitiva de cierta complejidad, ligada al cálculo de probabilidades: convertir un peligro en riesgo es adjudicarle una serie de factores cuya presencia lo hace más probable. Para Beck, el riesgo es algo que nosotros generamos: somos el origen de lo que luego será nuestra propia amenaza, y de aquí proviene la necesidad de la reflexividad. En la visión de la inseguridad, por el contrario, se construye una frontera demarcada entre un nosotros como víctima potencial y un ellos amenazante (KESSLER, 2011, p. 58-60).

Luego, Robert Castel (2003) el sentimiento de inseguridad lo llama “frustración securitaria” porque no es proporcional a los peligros reales que amenazan a una sociedad. En efecto, este sentimiento no es un dato inmediato de la conciencia, sino que la seguridad y la inseguridad están relacionadas con el tipo de protecciones que una sociedad garantiza o no de manera adecuada. La creciente sensibilidad frente a la inseguridad sería consecuencia de un desfase entre una expectativa de protecciones socialmente construida y las capacidades efectivas de esa sociedad para proporcionarlas (apud Kessler, 2011, p. 60).

En consecuencia, el sentimiento de inseguridad no se refiere a todos los delitos y aquello que genera inseguridad no necesariamente supone la infracción de la ley. Su rasgo particular es la aleatoriedad del peligro. De modo que, la inseguridad podría definirse como una amenaza a la integridad física, más que a los bienes, que pareciera poder abatirse sobre cualquiera (Ibíd, p. 97).

Desde la perspectiva de Luis Grunewald expresa que el miedo por la inseguridad es “una emoción básica subjetiva de la conducta del hombre y como toda actividad fisiológica potencia los sentidos (vista, olfato, audición y tacto)” (Grunewald, 2010, p. 24). El miedo es un componente necesario de la vida de una persona y podemos distinguir un miedo verdadero (es una emoción situación de peligro que hay que enfrentar-) y uno injustificado que puede ir desde un temor intenso que le produce angustia (es un estado de ansiedad con temor) hasta el pánico (impide el razonamiento, paraliza, genera sensaciones de malestar, produce

daños psíquicos, y afecta el tiempo de vida de las personas) (Ibíd, p. 24-25). Entonces, el miedo modifica las conductas y las percepciones de las personas.

Las sensaciones de miedo son producidas por causas: biológicas, el entorno familiar y el escenario social (el medio donde se desenvuelve es inseguro). El miedo genera inseguridad y la inseguridad tiene costos de tipo moral, económico y psicológico. La inseguridad es una variable de valoración totalmente subjetiva, ya que es interpretada de distinta manera de acuerdo al segmento del que se forma parte -la tercera edad le da un determinado valor, que es distinto al segmento de jóvenes y difiere del segmento de segunda edad-, por lo que requiere ser analizado desde dos puntos de vistas: desde la óptica del visitante o turista y del destino turístico (Ibíd, p. 25).

Dentro de este contexto, los investigadores Santamaría Gómez y Flores Gamboa (2012) elaboran esquemas con la finalidad de analizar la violencia desde una escala de cuatro escenarios en los que determinados sucesos o hechos vinculados no sólo con manifestaciones violentas sino con aquellos que también generan inseguridad y que no necesariamente producen daño físico o económico podrían afectar de diversas maneras a determinados destino turístico, titulados “escenarios de violencia e inseguridad en los destinos turísticos” (Santamaría Gómez y Flores Gamboa, 2012, p. 52). Cuyo beneficio reside no sólo en identificar la magnitud del problema, sino también permite la formulación de estrategias que ayuden a minimizar o solucionar un determinado conflicto.

Figura 3. Esquema de los escenarios de violencia e inseguridad en los destinos turísticos



Fuente: Elaboración propia con información de Santamaría Gómez y Flores Gamboa (2012).

* Escenario tipo 1 (nivel local): como parte del primer escenario, los actos violentos que suceden en el destino turístico o en el municipio al que se pertenece, como por ejemplo hechos delictivos como el robo violento y los homicidios doloso producto del narcotráfico, problemas sociales, entre otros, afectan no sólo a la imagen turística del destino sino que también se influye en la decisión de potenciales turistas a nivel

estatal en visitarlo. Esta situación está relacionada con los medios de comunicación dentro del mismo espacio territorial, regional, nacional o internacional (Ibíd, p. 53).

* Escenario tipo 2 (nivel estatal): en cuanto al segundo escenario la violencia que se presenta se manifiesta a nivel regional, específicamente en los homicidios, actividades ligadas al narcotráfico, delitos relacionados con el robo violento, secuestros y todas aquellas actividades o situaciones de inestabilidad social que se crean dentro del espacio territorial que identifican a determinada estado al que pertenece políticamente el destino turístico. Dicha situación, afecta también a la imagen turística y a las personas que hayan realizado alguna reservación o la intención de viajar. Ya que por su relación geográfica e importancia, los hechos de inseguridad se difunden a través de los medios de comunicación nacional según la severidad del caso hasta en medios internacionales (Ibíd, p. 95).

* Escenario tipo 3 (nivel nacional): dentro del este escenario la violencia que se registra y se difunde a nivel nacional de forma permanente en los diferentes medios de comunicación masiva, tanto nacionales como extranjeros, puede afectar la decisión de viajar a determinado destino por parte de los turistas (nacionales como extranjeros), así como la cancelación de servicios turísticos ya contratados, quienes por no contar con información precisa y confiable sobre determinada situación violenta se “etiqueta” no sólo al destino o la región como insegura, sino que también al país (Ibíd, p. 106).

* Escenario tipo 4 (nivel internacional): En lo que respecta al cuarto escenario de análisis, este se puede desarrollar cuando hechos violentos que se suscitan dentro de los mercados emisores de turistas inhiben la decisión de viajar, afectando directamente al destino receptor de los mismos (Ibíd, p. 113).

En suma, la propuesta de este esquema es de vital importancia debido a que orienta a identificar en qué escenario o nivel se ubica un destino turístico dentro del contexto de la violencia o de inseguridad que se manifiesta en él, lo cual conduce a elaborar y proponer estrategias sobre temas de imagen y de seguridad turística que serán abordados en los siguientes renglones.

2.2 La seguridad turística

Autores como Luis Grunewald (2010), Silvia Morales en Espinoza Castillo (2007) y Blanco Herranz (2004)

proponen conceptos sobre seguridad turística que nacen de la preocupación del factor de inseguridad que impacta o se relaciona no sólo con el anfitrión, sino también al turista en un destino turístico.

La seguridad es un concepto abstracto y polifacético, brevemente puede definirse como la percepción de la ausencia de riesgos (seguridad subjetiva) y la efectiva ausencia de los mismos (seguridad objetiva). Por lo tanto, el análisis de estas dos perspectivas permite extraer elementos comunes al momento de conceptualizar este término (BLANCO HERRANZ, 2004, p. 13):

1. Minimización de riesgos y peligros para los turistas y sus bienes.
2. Cuidado del soporte territorial en que se desarrolla y la sociedad local.
3. Las perspectivas y sentimientos del turista.

Esta posición manifiesta el carácter transversal de la seguridad en el turismo y permite que se hayan ido desarrollando diversas definiciones de tal término. De esta manera, Blanco Herranz (2004) propone una definición de “seguridad turística” señalándola como “conjunto de medidas, condiciones objetivas y percepciones existentes en el ámbito social, económico y político de un destino turístico, que permiten que la experiencia turística se desarrolle en un entorno de libertad, confianza y tranquilidad y con la mayor protección física, legal o económica para los turistas y sus bienes y para quienes contraten servicios turísticos en dicho destino” (Ibíd, p. 14). Asimismo, esta definición, aunque completa, todavía no incluye ciertos factores como el bienestar o el desarrollo de las comunidades receptoras.

Asimismo, definiciones como la de Luis Grunewald (2010) se asemejan más a la proporcionada por la OMT (1991) que entiende la seguridad turística como “la protección de la vida, de la salud, de la integridad física, psicológica y económica de los visitantes, prestadores de servicios y miembros de las comunidades receptoras”. Se incluyen otros elementos tanto de naturaleza objetiva como subjetiva, al relacionar medidas concretas con aspectos más difíciles de medir como son las impresiones o percepciones.

Para Grunewald (2010) expone el concepto de seguridad turística como “la protección de la vida, salud, de la integridad física, psicológica y económica de los visitantes, prestadores de servicios y anfitriones de las comunidades receptoras”. Entonces, la seguridad implica diseñar y ejecutar medidas que ofrezcan protección

social, económica y jurídica al turista para que pueda trasladarse sin riesgo y temor en el destino, y a su vez, la población local goce de los beneficios de esta actividad de manera que les permita vivir con calidad. En este sentido, en turismo se habla de: seguridad pública, seguridad social, seguridad médica, seguridad informativa, seguridad económica, seguridad de los servicios turísticos, seguridad en eventos, seguridad vial y del transporte (Grunewald, 2010, p. 19).

De acuerdo con Luis Grunewald propone que la percepción de la seguridad de ser interpretada como “un estado subjetivo que nos permite percibir que nos desplazamos en un espacio exento de riesgos reales o potenciales” (Ibíd, p. 23). La falta de seguridad genera un conflicto, un choque o lucha de valores y derechos que consideran:

- Un escenario, el medio urbano se desplaza en forma permanente o transitoria (Ibíd, p. 23).
- Los intereses personales, como ya hemos dicho el ciudadano somatiza el sufrimiento y la incertidumbre por su familia, su vida, sus bienes y en algunos casos el daño moral si ya han sido víctima de un hecho delictivo, que le produce una sensación concreta de pérdida de valores sociales y personales (Ibíd, p. 23).
- La participación de los actores directos en el conflicto -el ciudadano y el agente de seguridad- (Ibíd, p. 23).

Asimismo, Silvia Morales (2002), citado por Lozano Cortes en su trabajo *La construcción social de la seguridad en la actividad turística* (2007), menciona que el ser humano ante todo busca seguridad, se mueve con temor, de manera que si antes en materia turística sólo se vendían paisajes, ahora se busca vender seguridad. No sólo exige variación en las ofertas, destinos novedosos, aventuras, sobre todo, la seguridad. Para muchos, a la hora de viajar, el factor de decisión más importante es el de seguridad (LOZANO CORTES, 2007, p. 77-80).

2.3 Confianza en los destinos turísticos

Otro elemento que genera certidumbre al turista para visitar un destino turístico es la confianza ya que Fukuyama (1998) en su obra “*Confianza*” comenta que las comunidades dependen de la confianza mutua y no surgirán espontáneamente sin ella. Asimismo, que la comunidad depende de la confianza, y la confianza, a su vez, es algo culturalmente determinado, se llega a la conclusión que la comunidad espontánea irá emergiendo en distintos grados, en diferentes culturas (Fukuyama; 1998, p. 44) lo cual propone una definición sobre el

termino de confianza que es “la expectativa que surge dentro de una comunidad de comportamiento normal, honesto y cooperativo, basada en normas comunes, compartidas por todos los miembros de dicha comunidad. Esas normas pueden referirse a cuestiones de valor profundo, como la naturaleza de Dios o de la justicia, pero también comprenden normas seculares como las pautas profesionales y los códigos de conducta” (Ibíd, p. 45).

En pocas palabras, es importante indicar que la elección de un destino turístico como seguro o inseguro a su vez genera confianza o desconfianza depende del grado de familiaridad del turista a través de la promoción que se le da a este destino por medio de los medios de comunicación y tecnológicos masivos aun sin que el turista haya pisado el destino turístico. Además, lo expresan Reisinger y Mavondo (2005) los turistas extranjeros (estadounidenses) tienden a evaluar una cantidad de variables mayores que los nacionales (mexicanos), esto se fundamenta en las culturas e identidades de sus nacionalidades, a la hora de desplazarse (apud KORSTANJE; 2010, p. 397). De modo que, en los últimos años el movimiento del turismo en el mundo crece o decrece de acuerdo a la pérdida de confianza y en la seguridad del destino turístico.

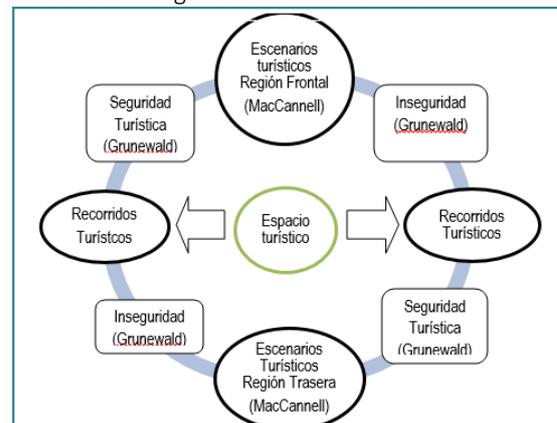
Entonces, toda esta propuesta teórica sobre el concepto de confianza con su vinculación con el turismo conduce o dirige a proponer un nuevo debate o en su caso un concepto dentro de los estudios turísticos actualmente. Por lo cual, se define como confianza turística a “la expectativa de seguridad que tienen los turistas sobre el comportamiento respetable basado en normas o códigos de conducta compartidas por todos los integrantes de un destino turístico”. Asimismo, es transcendental observar el origen de las nacionalidades de los turistas potenciales (culturas e identidades) al momento de desplazarse al destino turístico.

Después de realizar este recorrido conceptual desde diversas perspectivas de las teorías que fundamentan la segunda parte del marco teórico de este proyecto de investigación y que señalan el inicio del tratamiento de este mismo es necesario plantear un modelo teórico sintético y una tabla comparativa de los principales conceptos (teorización, operatividad, características y elementos a identificar en el campo) con la finalidad de identificar elementos claves útiles y tener un amplio panorama del desarrollo de los próximos apartados que integran esta tesis como la propuesta metodológica y las dimensiones de lo real, simbólico e imaginario.

Respecto a este modelo llamado “Escenarios turísticos e inseguridad en el turismo”, cabe destacar la importancia de los escenarios turísticos dado a que se caracterizan porque el único motivo para visitarlos es el deseo de verlos ya que se dividen en dos regiones: la frontal o delantera y la trasera. Asimismo, el espacio turístico es el espacio creado en el destino turístico conforma los lugares o sitios donde se manifiestan deseos, fantasías y motivaciones sobre el territorio por parte de turistas.

Durante la estancia turística de los visitantes llevan a cabo sus itinerarios y realizan sus recorridos turísticos en la región frontal como en la parte trasera de la ciudad turística con la intención de conocerlo y tener experiencias auténticas donde se pueden o no manifestar hechos o eventos de inseguridad dentro de la cotidianidad del destino. Además, la región delantera diseñada especialmente para el turista con la finalidad de encontrarse con lo deseado motivado por la promoción turística creando así un imaginario turístico del destino, en cambio, en ocasiones la región trasera se vuelve atractiva para visitarla debido a que suceden hechos o eventos de inseguridad que despiertan el deseo de visitarla por el turista, es decir, se convierte en la parte delantera aunque no creada para esto pero si estimula al turista a desearla o visitarla.

Tabla 1: Modelo teórico sintético “Escenarios turísticos e inseguridad en el turismo”.



Fuente: Elaboración propia con información obtenida por Lickorish (1996), MacCannell (2003) y Grunewald (2010).

Respecto a este modelo llamado “Escenarios turísticos e inseguridad en el turismo”, cabe destacar la importancia de los escenarios turísticos dado a que se caracterizan porque el único motivo para visitarlos es el deseo de verlos ya que se dividen en dos regiones: la frontal o delantera y la trasera. Asimismo, el espacio turístico es el espacio creado en el destino turístico

conforma los sitios donde se manifiestan deseos, fantasías y motivaciones sobre el territorio por parte de turistas.

Durante la estancia turística de los visitantes llevan a cabo sus itinerarios y realizan sus recorridos turísticos en la región frontal como en la parte trasera de la ciudad turística con la intención de conocerlo y tener experiencias auténticas donde se pueden o no manifestar hechos o eventos de inseguridad dentro de la cotidianidad del destino.

Además, la región delantera diseñada especialmente para el turista con la finalidad de encontrarse con lo deseado motivado por la promoción turística creando así un imaginario turístico del destino, en cambio, en ocasiones la región trasera se vuelve atractiva para visitarla debido a que suceden hechos o eventos de inseguridad que despiertan el deseo de visitarla por el turista, es decir, se convierte en la parte delantera aunque no creada para esto pero si estimula al turista a desearla o visitarla.

Cuadro 1: síntesis de las categorías del estudio.

Conceptos	Definición Teórica	Características	Definición Operativa	Elementos a identificar en el campo
Turismo	Comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año con fines de ocio, por negocios y otros motivos no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado (OMT, 2008).	Ocio, tiempo libre, recreación, negocios, académicos, de salud, segunda residencia entre otros.	Es un desplazamiento que los turistas hacen de su lugar de origen con la finalidad de experimentar hechos auténticos y percibir un servicio turístico agradable, seguro, cortes entre otros y que pernocten una noche en un destino turístico.	Mirada e identidad del turista, Experiencia, Familiaridad e Información.
Escenarios Turísticos	Son espacios que se elaboran para la exhibición de los turistas. Único motivo necesario para visitarlos es el deseo de verlos y vivir las experiencias auténticas; son únicos entre los lugares sociales; están cerca de una actividad social (MacCannell, 2003).	Región Frontal y Trasera	Pueden ser dispuestos en un continuo, comenzando por el frente y terminando por la trasera, reproduciendo la trayectoria natural del ingreso inicial de un individuo en una situación social.	Espacios turísticos, Emblemas turísticos, Recorridos, tours e itinerarios turísticos
Seguridad Turística	Es la protección de la vida, salud, de la integridad física, psicológica y económica de los visitantes, prestadores de servicios y anfitriones de las comunidades receptoras (Grunewald, 2010).	Generar libertad, confianza y tranquilidad con la mayor protección integral a los turistas y al anfitrión. Información disponible sobre el delito y la víctimas (los medios de comunicación) Confianza en los residentes, la policía y en el destino turístico.	Diseñar y ejecutar medidas que ofrezcan protección social, económica, psicológica y jurídica al turista para trasladarse sin riesgo y temor en el destino, a su vez, a la población local que goce de los beneficios.	Seguridad pública, seguridad social, seguridad informativa, seguridad de los servicios turísticos, seguridad en eventos, seguridad vial y del transporte, por último, policía turística.
Inseguridad	Expresa que el miedo por la inseguridad es “una emoción básica subjetiva de la conducta del hombre y como toda actividad fisiológica potencia los sentidos (vista, olfato, audición y tacto)” (Grunewald, 2010)	Víctima del delito. Percepción sobre riesgo personal. Condiciones físicas o sociales.	Inseguridad no se refiere a todos los delitos y aquello que genera inseguridad no necesariamente supone la infracción de la ley. Su rasgo particular es la aleatoriedad del peligro. De modo que, la inseguridad podría definirse como una amenaza a la integridad física y emocional, más que a los bienes, que pareciera poder abatirse sobre cualquiera (Kessler, 2011).	Tipos o niveles de escenarios de violencia o de inseguridad. Hechos violentos o eventos de inseguridad que los turistas hayan experimentado y sucedido en el destino turístico (Zona turística o en el resto de la ciudad) ya sea en el día o en la noche.

Fuente: Elaboración propia con base en OMT (2008), MacCannell (2003), Grunewald (2010) y Kessler (2011).

3 CONCLUSIONES

El turista se ha integrado al imaginario colectivo para configurar una brecha al incorporarse al turismo de masas. Así lo menciona Augé (1998) que los turistas coleccionan los recuerdos personales y cada una de las imágenes representadas en su visita y recorrido turístico de los sitios deseados es un ejemplo de la transformación que realiza el turista a través de su imaginario colectivo. Para el turista ya no es necesario distinguir entre lo real y la ficción porque para él existe una sola realidad, la que ha formado en el destino turístico lo cual llevara como un recuerdo personal mayor más que un suvenir.

Por medio de la mirada del turista se va al destino turístico con ideas o imágenes preconcebidas o con un imaginario preestablecido a través de los medios tecnológicos (internet o redes sociales) y de recibir lo que compró y por lo que pagó, pero conseguirá experiencias turísticas que condicionan sus días, sus noches y en general su comportamiento en el destino turístico. Además, el turista es un consumidor de dichas imágenes y experiencias; Aún con poco tiempo puede registrar cada momento, cada lugar, cada espacio que motivó su viaje y experimentarlo. Asimismo, el turista es visto como aquella persona que “se mueve de un lugar en lugar, pero contrariamente al vagabundo, sabe adónde quiere ir. Sin embargo; no viaja para lograr un fin último, como el peregrino, sino sólo para adquirir nuevas experiencias, para ver algo diferente o hacer algo que no ha hecho antes” (Giménez, 2007).

La estructura de los escenarios turísticos se divide en: frontal y trasero. El primero está compuesto por: 1) escenario frontal, este es atractivo y de encuentro, señalados por marcadores que fomentan el deseo de visitar al sitio; 2) escenario frontal turístico, es la imagen capturada por el turista en el destino turístico; 3) escenario frontal organizado, es la imagen proyectada por los medios de promoción en la adquisición del plan de vacaciones; 4) escenario trasero, recupera hechos históricos a través de relatos, es decir, lo que no publicitado o lo no promovido; 5) escenario trasero alterado, se integra los efectos que pueden formar parte de la visita de los turistas; y 6) el escenario trasero motivador, incluye la realidad social como parte de la construcción de la ciudad; es decir lo no publicitado o promovido por las instituciones encargadas de promover el turismo, o en cambio, algunos visitantes se encargan de promoverlo a través de boca en boca o de las redes sociales.

El escenario frontal caracterizado con el montaje de construcciones o edificaciones turísticas donde el espacio turístico establece el escenario tematizado para la atracción de los turistas generado por los empresarios o dependencias públicas turísticas con la finalidad del agrado del turista, o es la imagen capturada por el turista a la llegada al destino turístico apoyada por los símbolos naturales, espaciales y culturales que evocan el deseo por tener la experiencia turística. En cambio, el escenario trasero que recoge la segregación, pobreza, miedo o la inseguridad de la ciudad. Asimismo, se transforma en la presentación de algunos contrastes que no forman parte del escenario turístico, pero si del recorrido y el itinerario de los visitantes, es decir, son los espacios con los que los turistas desean encontrarse debido a que se vuelven atractivos para tener una experiencia turística porque presenta la realidad social de la ciudad, revelaciones históricas, morbo, mitos, leyendas, entre otras cosas.

Es significativo señalar que la elección de un destino turístico como seguro o inseguro a su vez genera confianza o desconfianza depende del grado de familiaridad del turista a través de la promoción que se le da a este destino a través de los medios de comunicación y tecnológicos masivos aun sin que el turista en el caso particular haya visitado el destino turístico. Además, lo expresan Reisenger y Mavondo (2005) los turistas extranjeros tienden a evaluar una cantidad de variables (seguridad, alertas de viajes, entre otras cosas) mayores que los nacionales, esto se fundamenta en las culturas e identidades de sus nacionalidades, a la hora de desplazarse (citado por Korstanje; 2010: 397). De modo que, en los últimos años el movimiento del turismo en el mundo crece o decrece de acuerdo a la pérdida de confianza y en la seguridad del destino turístico.

BIBLIOGRAFÍA

- AUGÉ, Marc. *El viaje imposible: El turismo y sus imágenes*, editorial Gedisa, Barcelona, pp. 125-126. 1998.
- *El tiempo en ruinas*, editorial Gedisa, Barcelona, pp. 60-62, 2008
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *La construcción social de la realidad*, editorial Amorrortu, Buenos Aires, 1966.
- BLANCO HERRANZ, Francisco J. “Reflexiones sobre seguridad, poderes públicos y actividad turística”, *Revista Estudios Turísticos*, N° 160, España pp. 13-14., 2004
- DE LA TORRE PADILLA, Óscar. *El turismo: fenómeno social*, editorial Fondo de Cultura Económica, México, 2da. Edición, pp. 13-16, 1997.

- FIGUEROLA, Manuel. *Teoría económica del turismo*, editorial Alianza, Madrid, 13 pp, 1990.
- FUKUYAMA, Francis. *Confianza*, editorial Atlántida, Buenos Aires-México, pp. 44-45, 1998.
- GIMÉNEZ, Gilberto. *Estudios sobre la cultura y las identidades sociales*, editorial Consejo Nacional para las Cultura y las Artes: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, México, 81 pp, 2007.
- GRETZEL, Ulrike. *Travel in the network: redirected gazes, ubiquitous, connections and new frontiers*, editorial Peter Long, Estados Unidos, 45 pp, 2010.
- GRUNEWALD, Luis *et al.* "Municipio, Turismo y seguridad", editorial O.E.A.-Universidad Nacional de Quilmes, Programas de seguridad y turismo, pp. 19-25, 2010.
- GURRIA DI-BELLA, Manuel. *Introducción al turismo*, Trillas, México, pp. 15-81, 2002.
- HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad*, Siglo Veintiuno editores, España, pp.5-6, 1997.
- KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*, editorial Siglo Veintiuno, Buenos Aires, pp. 36-97, 2011.
- KORSTANJE, Maximiliano. "El 11 de Septiembre y la teoría de la percepción del riesgo", Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Volumen 008, número 2, Universidad de la Laguna, España, pp. 390-397, 2010.
- LICKORISH, Leonard J. y Jenkins, Carson L. *Una introducción al turismo*, editorial síntesis, Madrid, pp. 50-58, 1997.
- LOZANO CORTES, Maribel. "La construcción social de la seguridad en la actividad turística" en Espinoza Castillo, Maribel; coordinadora. *Tendencias de investigación turística a principios del siglo XXI*, editorial Instituto Politécnico Nacional, México, pp. 77-80, 2007.
- MACCANNELL, Dean. *El turista: una nueva teoría de la clase ociosa*, editorial Melusina, pp. 23-135, 2003.
- MÉNDEZ SAINZ, Eloy. *Arquitectura simulacro*, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 140 pp., 2009.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO (2008).
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Sylvia Cristina. *Urbanizaciones turísticas de sol y playa: Estudio del diseño urbano a partir del imaginario*. Tesis para obtener el grado de Doctor en Ciudad, Territorio y Sustentabilidad en el Centro Universitario de Arte, Arquitectura y Diseño de la Universidad de Guadalajara, 2011.
- SANTAMARÍA GÓMEZ, Arturo y Flores Gamboa, Silvestre. *Escenarios de violencia e inseguridad en los destinos turísticos: Mazatlán como estudio de caso*. Editorial Facultad de Ciencias Sociales, Mazatlán, pp. 52-113, 2012.
- SILVA, Armando. *Bogotá Imaginada*, Convenio Andrés Bello-Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 84 pp., 2003.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. PROCESSO GERAL

RLAT usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter dois arquivos separados em dois momentos da submissão: um com o texto sem identificação direta ou indireta de autoria (manuscrito) e outro com dados autorais (documento suplementar). Sobre como inserir o manuscrito e o documento suplementar, favor consultar o conteúdo deste link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir “como analisamos no estudo” por “como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: “[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: “(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing”.
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

Somente no outro arquivo, o documento suplementar, deve constar nomes, formação acadêmica, afiliações, país da instituição afiliada, endereço completo para correspondência, com número de telefone e email.

2 MANUSCRITO

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol.

Palavras chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1 GENNERAL PROCESS

RLAT uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

2 MANUSCRIPT

Languages: the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French.

Typography: The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

Abstract: The article should come accompanied by an abstract in the original language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. abstract in the vernacular language and foreign language (150 to 250 words), the internal divisions that consider necessary (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (que não ultrapasse 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês deve ser enviado um resumo em português ou espanhol, assim como o título; palavras-chave (entre três a seis, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referência: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notas: as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

Para conhecer os critérios de avaliação consulte:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, RLAT exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.

3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.

keywords: the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

Title: should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

Text: the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews.

Illustrations: illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitle-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

Abbreviations and acronyms: Should be defined clearly in its first use in the text.

Citations and reference: the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notes: the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9.

To meet the evaluation criteria see:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3. CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, RLAT requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."

4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
5. RLAT se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, RLAT publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
7. RLAT não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
8. RLAT poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação Cega por Pares*. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassarem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <RLAT.ufjf@gmail.com>.
13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.
3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.
4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
5. RLAT reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations) periodic assessment.
6. Likewise, in order to avoid concentration, RLAT publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
7. RLAT does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
8. RLAT may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people from the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
9. In order to avoid endogenic concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in *Ensuring the Blind Peer Review*. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <RLAT.ufjf@gmail.com>.

14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). O detalhamento completo dos padrões de estilo e requisitos bibliográficos estão descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
15. Todos os endereços "URL" devem estar ativos.
16. Os artigos devem cumprir todos os trâmites do processo editorial (cf. Política de Avaliação).

4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Aviso de Direito Autoral Creative Commons

Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

- (a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included in the text, not at the end of the document, such as attachments.
14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in Guidelines to Authors, in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
15. All addresses "URL" must be on active status.
16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

4. COPYRIGHT DECLARATION

Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights

- (a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.
- (b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.
- (c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

5. PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.